



Márcia Bastos de Araujo

A Resistência é Feminina: O protagonismo das mulheres no controle social da Política Urbana destinada às favelas cariocas à partir da experiência do Conselho Popular.

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Rafael Soares Gonçalves

Rio de Janeiro
Julho de 2019



Márcia Bastos de Araujo

A Resistência é Feminina: O protagonismo das mulheres no controle social da política urbana destinada às favelas cariocas à partir da experiência do Conselho Popular.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof. Rafael Soares Gonçalves

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof.^a Andréia Clapp Salvador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof.^a Letícia de Luna Freire

Departamento de Ciências Sociais e Educação –
UERJ

Rio de Janeiro, 30 julho de 2019

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Márcia Bastos de Araújo

Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), desde 2015. Membro do Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais (LEUS). Assistente Social na Coordenação de Bolsas da Vice Reitoria para Assuntos Comunitários da PUC- Rio.

Ficha Catalográfica

Araujo, Márcia Bastos de

A resistência é feminina : o protagonismo das mulheres no controle social da política urbana destinada às favelas cariocas, a partir da experiência do conselho popular / Márcia Bastos de Araujo ; orientador: Rafael Soares Gonçalves. – 2019.

153 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2019.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Direito à cidade. 3. Favela. 4. Resistência. 5. Protagonismo feminino. 6. Política urbana. I. Gonçalves, Rafael Soares. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD:361

Agradecimentos

Muitas pessoas caminharam comigo nesta trajetória. Ansiei muito por fazer esses agradecimentos. O percurso foi difícil, mas prefiro destacar afetos, empatias, companheirismo, força e luta.

Agradeço a Deus. Ele é chão, e também singelo teto das minhas mais profundas raízes. É Dele que vem a seiva e a força para renascer e florescer diariamente. Ele que me move continuamente, e permanentemente. Ele é o amor infindável que me impulsiona. Ele continua sobre as histórias e sobre os acasos, Ele continua sendo bom, Ele continua sendo Deus. Ele é motivo da minha mais profunda gratidão.

Ao meu marido e ao nosso amor. Ele é potência que me impulsiona. A alavanca que me permite ir à frente. Essa empreitada não teria sido possível sem o meu companheiro de vida, que é força, esperança, refúgio e paz.

Aos meus pais e irmão. Deus me gerou em um lugar entre luta e bondade, força e coragem. Não poderia ter sido melhor, meus pais são motivo de orgulho e esperança pra mim.

Ao meu querido orientador Rafael que, generosamente tem agregado a minha trajetória acadêmica, profissional, desde a graduação. Meu imenso obrigado em especial ao período de construção desta dissertação. Imprimiu em mim coragem, se manteve sempre empenhado em desenvolver e aprimorar os debates fomentados em minha produção. Toda compreensão e incentivo foram de extrema importância.

Aos queridos professores do mestrado, que compartilharam diligentemente conhecimento com muito comprometimento.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Aos colegas da PUC-Rio pela troca de conhecimento e respeito, que agregaram minha vida acadêmica com suas experiências, conhecimentos e generosidade.

A todos os professores e funcionários do Departamento de Serviço Social pelo diálogo, ensinamento e disponibilidade. Em especial aos meus professores da graduação, minha eterna admiração e carinho.

As professoras Andréia Clapp e Letícia Luna, que gentilmente aceitaram compor essa banca e pelas contribuições enriquecedoras para a construção deste trabalho, desde a qualificação do projeto de dissertação. Donas de trajetórias pessoais e profissionais que representam muito bem a discussão travada neste estudo. Verdadeiras flores que furam o asfalto.

As minhas amigas Érika Tolentino e Ana Caroline, presentes mais que especiais. Ofertaram apoio único e raro em momentos cruciais.

Aos moradores de favelas no Rio de Janeiro que lutam pelo direito à moradia e a vida diariamente.

Aos companheiros do Conselho Popular, e toda receptividade com esta pesquisa.

As mulheres, que dos escombros ora de suas casas, ora da casa de amigos ou familiares renascem. Obrigada por compartilharem suas histórias comigo com tanta generosidade. Tenho visto de perto, o direito à moradia ser defendido por mulheres gigantes incansavelmente. A cada covardia do poder público elas se reinventam, e reagem com respostas coletivas, persistência e articulação política na cidade e pela cidade. Em especial agradeço a Andrea, Jaqueline e Simone.

A todos que, de alguma forma, contribuíram direta ou indiretamente para a elaboração deste estudo. Minha gratidão e o meu respeito!

Resumo

Araujo, Márcia Bastos; Gonçalves, Rafael Soares (orientador). **A Resistência é Feminina: O Protagonismo Feminino no controle social das Políticas Urbanas destinada às favelas cariocas à partir da experiência do Conselho Popular.** Rio de Janeiro, 2019. 153p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A partir de uma perspectiva crítica a respeito da relativização das demandas femininas, apontamos neste estudo para a necessidade de uma epistemologia feminista decolonial visando o reconhecimento das narrativas resistentes de mulheres faveladas, como protagonistas da luta política pelo direito à cidade. Nesse sentido, a presente dissertação tem como objetivo ampliar o debate sobre a participação das mulheres na luta contra a remoção no Rio de Janeiro. Pensamos a cidade como um espaço de disputas, e a busca por mudança dos lugares convencionados como normativos, surge como um desafio, na medida em que a política urbana tem sido construída historicamente, segregada e desigual. O Rio de Janeiro se constitui como lócus central para nossa discussão, pois tem concentrado de forma expressiva nos últimos anos, violações de direitos, em especial para os moradores das favelas cariocas. Atualmente, com a eleição do Marcelo Crivella (PRB) as remoções seguem fazendo parte de um projeto bem delineado de poder. A política urbana da nova gestão municipal concilia os mesmos mecanismos de planejamento urbano consolidado durante a preparação da cidade para os megaeventos. O ciclo dos Jogos terminou com algumas vitórias das favelas que resistiram à remoção, mas novos desafios são imediatamente colocados. Desses embates cotidianos, é que a resistência vem se tornando caminho comum para as favelas cariocas. Portanto, a luta das mulheres articuladas no Conselho Popular, como protagonistas, revela as atuais nuances da luta ampla pelo direito à cidade, e a urgência do controle social das políticas urbanas.

Palavras-chave

Direito à Cidade; Favela; Resistência; Protagonismo Feminino; Política Urbana; Controle Social; Conselho Popular.

Abstract

Araujo, Márcia Bastos; Gonçalves, Rafael Soares (advisor). **Resistance is Feminine: the role of women in the social control of urban policy aimed at Rio's favelas based on the experience of the Popular Council.** Rio de Janeiro, 2019. 153p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

From a critical perspective regarding the relativization of the feminine demands, we pointed out in this study the need for a decolonial feminist epistemology aiming at the recognition of the resistant narratives of women from favelas (faveladas), as protagonists of the political struggle for the right to the city. In this sense, the present dissertation aims to broaden the debate about the participation of women in the fight against the removal of their house in Rio de Janeiro. We think of the city as a space of disputes, and the search for a change in the places that are conventionally considered as normative, arises as a challenge, owing to the urban politics has been historically constructed in segregated and unequal way. Rio de Janeiro is the central place for our discussion, since it has concentrated expressively in recent years, violations of rights, especially for the residents of the favelas. Currently, with the election of Marcelo Crivella (PRB) the removals continue to be part of a well-delineated project of power. The urban policy of the new municipal management reconciles the same mechanisms of consolidated urban planning during the preparation of the city for the mega-events. The Games cycle ended with a few favelas victories that resisted the removal, but new challenges are immediately posed. From these daily conflicts, it is that resistance has become a common path for the favelas of Rio. Therefore, the struggle of women articulated in the People's Council, as protagonists, reveals the current nuances of the broad struggle for the right to the city, and the urgency of social control of urban policies.

Keywords

Right to the City; Favela; Resistance; Female Protagonism; Urban Politics; Social Control; Popular Advice.

Sumário

1. Introdução	12
2. Mulheres e ação política pelo Direito à cidade: Uma reflexão feminista	23
2.1. O Feminismo Decolonial e a construção social do gênero	33
2.2. Lugar de Fala: A busca pela legitimidade social da mulher como sujeito político distinto	41
2.3. A cidade como espaço de construção de identidade política para as mulheres	47
3. Direito à cidade: Projetos em disputa	53
3.1. Considerações sobre o processo de remoção das favelas cariocas e seus repertórios	56
3.2. Notas sobre Empresariamento Urbano e a negação do Direito à cidade	65
3.3. Perspectiva global dos impactos sociais e urbanos dos Megaeventos	72
3.3.1. O “legado” das Olimpíadas para as favelas no Rio de Janeiro	79
4. Caminhos de resistência feminina: Rumo à democratização das políticas públicas urbanas	90
4.1. Formas de controle social: O Conselho Popular	101
4.2. Protagonismo Feminino no controle social da política urbana: A experiência de mulheres moradoras de favelas integrantes do Conselho Popular	116
5. Considerações finais	138
6. Referências bibliográficas	143
7. Anexos	152
7.1. Esclarecimento sobre uso de imagem e identificação das entrevistadas	152
7.2. Roteiro de entrevista	153

Lista de siglas

ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
AMABA	Associação de Moradores da Barra da Tijuca
ANF	Agência Nacional das Favelas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEPACS	Certificados de Potencial Adicional de Construção
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CF	Constituição Federal
FAFERJ	Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro
FAPERJ Janeiro	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
GEO-RIO	Fundação Instituto de Geotécnica
LABICIDADE	Laboratório Direito à cidade e Espaço Público
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
MP	Medida Provisória
MP	Ministério Público
NUTH	Núcleo de Terras e Habitação
ONG	Organização Não Governamental
ONU- HABITAT	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos
OUC	Operação Urbana Consorciada
PCB	Partido Comunista Brasileiro

PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PEU	Projeto de Estruturação Urbana das Vargens
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

Lista de figuras

Figura 1 – Mapeamento das remoções de favelas no Rio de Janeiro na gestão do prefeito Eduardo Paes	85
Figura 2 – Reunião do Conselho Popular na Rocinha	106
Figura 3 – Reunião do Conselho Popular no Horto	111
Figura 4 – Mapa com a localização das favelas, Barrinha, Rio das Pedras e Rocinha na cidade	118
Figura 5 – Reunião do Conselho Popular na Barrinha	128
Figura 6 – Audiência Pública na ALERJ, sobre Moradia Digna e Má gestão orçamentária da Política Urbana no Rio de Janeiro	134

1

Introdução

A presente dissertação tem por objetivo analisar as implicações do protagonismo feminino no controle social da política urbana destinada às favelas cariocas, através da atuação do Conselho Popular entre 2015 a 2019. Esse período expressa os desdobramentos para o planejamento urbano em curso, após intensificação das remoções ocorridas no Rio de Janeiro durante a preparação da cidade para os megaeventos. Nesse sentido, o estudo apresenta algumas considerações a respeito da ação política das mulheres na cidade, por meio de um mecanismo alternativo e autônomo de controle social organizado prioritariamente por moradores de diversas favelas da cidade.

Em princípio, o interesse nesta temática de estudo, foi desenvolvido através da minha experiência como aluna no programa de iniciação científica no período de dois anos, sob a orientação do professor do Departamento de Serviço Social da Puc-Rio, Rafael Soares Gonçalves, no projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro –FAPERJ, com a temática de Mobilização Política, acesso a direitos e a ação do Partido Comunista Brasileiro -PCB, de 1945 a 1954. Esta experiência possibilitou o aprofundamento dos meus estudos sobre o processo de consolidação das mobilizações políticas nas favelas no período de legalidade do Partido Comunista Brasileiro – PCB, com foco na atuação dos Comitês Populares Democráticos nas favelas cariocas, como órgãos de luta política por direitos, a partir de uma identidade reivindicatória a respeito de condições mínimas de infraestrutura urbana para seus locais de moradia.

Conheci nesse contexto uma parte do processo da atuação das Uniãos Femininas, formadas na mesma perspectiva que os Comitês Populares Democráticos, e apesar de não terem sido o foco principal da pesquisa à época, me chamavam atenção à proposta de articulação e de luta que estes órgãos protagonizaram. A possibilidade de refletir a participação da mulher nas Uniãos Femininas a partir de um lugar central, e a representatividade dessa luta em um contexto tão antagônico, que foi o período de democratização após o Estado Novo,

me levou a pensar no cenário atual de luta por moradia no Rio de Janeiro, em um momento de radicalização profunda de transformação da cidade mercadoria, e os desdobramentos dessa concepção em especial para os moradores de favelas.

As remoções marcam a história urbana do Rio de Janeiro desde o início do século XX com a conhecida retirada de cortiços do centro da cidade. Porém, sabe-se que nos anos 60 e 70 se deu o acirramento dessa condição, onde aproximadamente 140 mil moradores foram removidos de cerca de 90 favelas, devido à intensificação da política remocionista durante a ditadura militar (Cavalcanti, 2009; Valladares, 2005). O retorno das remoções de favelas se deu no processo de produção da “cidade olímpica”. A luta contra essas remoções é o principal motivo para o início da aproximação com a discussão da luta das mulheres em defesa de suas moradias e locais de vida. Observa-se o protagonismo das mulheres no exercício do controle social urbano, como expressão de aprofundamento da luta contra as remoções.

Os megaeventos apenas potencializaram o papel das cidades na chamada globalização neoliberal. Nos termos de Maricato (2014), o fim do Estado provedor e a emergência da globalização neoliberal entre os anos 1970 e 1980 tiveram um impacto profundo nas cidades, em especial no capitalismo periférico, que nunca viveu a plenitude dos direitos sociais. A desregulamentação, flexibilização e privatização são práticas que acompanharam a reestruturação das cidades no intuito de abrir espaço para os capitais imobiliários de infraestrutura e serviço. Maricato (2014) destaca, ainda, que forças políticas-ideológicas tomam o comando desse processo de ideário urbanístico, ampliando a concepção de banalização e de naturalidade das desigualdades sociais. A cidade como parte fundamental nesse processo de acumulação, se coloca como espaço de renovação combinando perfeitamente com o ideário neoliberal, que pressupõe uma cidade subordinada às exigências de manutenção da acumulação capitalista.

Pensar as transformações nas cidades, a partir destas referências globais contribuiu com a análise do contexto atual do Rio de Janeiro. Dessa forma, foi percebido que as duas gestões municipais mais recentes vêm reproduzindo exatamente esses pressupostos estruturais e estruturantes de transformação da cidade em mercadoria, essencialmente potencializada a partir da coalizão

inédita, envolvendo os três níveis de governo. A preparação da cidade para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016 engendrou as condições de possibilidades sobre as quais o projeto de cidade em vigor foi edificado. Esse processo marcou a viabilização de uma ordem especulativa, e de exploração a partir da ampliação de investimentos públicos em grandes obras, realizadas por uma gestão pública orientada por interesses privados. E mesmo com o fim do ciclo de megaeventos esportivos realizados no Rio de Janeiro, a cidade continua sendo lançada na direção global de interesses do capital financeiro especulativo.

Na era das finanças do capitalismo globalizado, como aponta Rolnik (2016), a terra se tornou um elemento central no processo de circulação dos excedentes financeiros globais. Os problemas públicos urbanos que têm assolado a cidade explicitam dinâmicas de capital financeiro e político, que perpassam o Rio de Janeiro enquanto uma cidade global, produzida nos moldes do neoliberalismo, reforçando a ideia da cidade-empresa.

A intensificação das remoções durante o período que marcou o início da preparação da cidade para os megaeventos, em especial para os Jogos Olímpicos em 2016, provocou uma reação popular manifesta na resistência organizada por diversos atores sociais em novos espaços de construção política, onde o Conselho Popular se insere com a participação significativa de muitas mulheres faveladas. O Conselho Popular em suma vêm reunindo moradores de favelas ao longo de alguns anos, pautando a luta pelo direito à moradia na cidade. Será apresentado mais adiante maiores detalhes sobre sua atuação, e a relação do mesmo com as mulheres faveladas.

A resistência segue sendo reatualizada, diante dos novos arranjos políticos, expressos na atual gestão municipal, que prossegue oferecendo sustentação a ações que dão continuidade a mercantilização da cidade. O foco continua na remoção de favelas, e em projetos de grandes impactos promovidos através de parcerias público-privadas, fortalecendo a noção de especulação e subordinação ao mercado financeiro e imobiliário.

Envolvida por esta análise, pude perceber que as contradições para as favelas cariocas, nessa conjuntura, também se destacavam como uma contradição para

o Serviço Social, pois se colocam como novos arranjos da questão social, no que tange a relação do indivíduo com a cidade, bem como demanda o compromisso da profissão com as lutas sociais. Barroco e Terra (2012) destacam que o conjunto das conquistas efetivadas no Código de Ética da Profissão, em 1986, apresentou para o Assistente Social a responsabilidade, ética, política e ideológica de rompimento de uma pretensa perspectiva imparcial sobre as violações de direito.

Partindo dessa ideia, busquei conhecer os sujeitos envolvidos nos processos de luta pelo direito à moradia, e assim me deparei com a realidade, em que muitas mulheres vêm exercendo protagonismo na defesa do direito à cidade em seu sentido amplo. Tive a oportunidade de conhecer no curso de extensão Lutas em Cena, promovido pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a líder comunitária Fátima Amorim, e vice-presidente da Associação de Moradores da Estradinha, favela localizada na zona sul da cidade. Sua trajetória de resistência, desde 2013, contra as arbitrariedades perpetradas pelo poder público municipal, revela a força da organização e consciência coletiva presente na luta dos moradores das favelas afetadas pela remoção. Conhecer mais de perto essa realidade fortaleceu meu interesse em empreender esforço nesta pesquisa. Esse recorte apontou para a existência de uma construção perversa a respeito de normatividades de gênero, que pressionam as mulheres a permanecer à margem dos processos de participação política, de forma constrangida e segregada. No entanto, o protagonismo feminino, em especial na luta urbana, evidencia cotidianamente a capacidade de organização coletiva e determinada, que contraria normatividades socialmente construídas limitadoras da ação política feminina.

A participação política das mulheres como sujeitos coletivos, e agentes ativos em torno do direito à moradia apresentou um desafio maior para esta pesquisa, tendo em vista que o protagonismo feminino no contexto de luta está posto diante de muitos determinantes. A aproximação com o Conselho Popular foi crucial, na medida em que este espaço tem sido responsável por potencializar a participação das mulheres, que se unem em aliança neste espaço com elevada expressividade. Essa condição lançou como problemática central na elaboração da discussão proposta, o protagonismo feminino no exercício do controle social da política urbana destinada às favelas através da integração das mesmas no Conselho Popular.

A agenda política dos poderes públicos em relação às favelas tem consolidado a lógica do empresariamento urbano como orientação do processo neoliberal em curso. Consideramos nesse sentido, a importância de identificar especificamente as principais características do empresariamento urbano e seus efeitos para as favelas cariocas, Bem como de analisar os impactos propositivos da resistência às remoções protagonizada por mulheres para a política urbana. Buscamos, assim, identificar, a partir do aprofundamento da realidade pesquisada, o redimensionamento do papel social de gênero a partir da participação política feminina, em especial por meio do exercício do controle social. Consideramos o controle social como espaço de pactuação de interesses, não definido exclusivamente nos espaços institucionais regulamentados constitucionalmente. Neste caso o Conselho Popular alimentado pelo anseio da garantia efetiva do direito à moradia digna, é evidenciado como lugar ativo do controle social da política urbana.

De acordo com Mota e Amaral (2016), a produção do conhecimento não é um reflexo passivo e mecânico do sincretismo da prática. Nessa esfera, a autonomia relativa do pesquisador é mais elástica e o Serviço Social pode como área de conhecimento, qualificado e em diálogo com os fundamentos do conhecimento sobre a sociedade, explorar novos caminhos de investigação, e postular objetos de pesquisa, apoiados em pressupostos que dialoguem com o projeto ético político da profissão. Com base nessa construção, essa proposta justifica-se, pois a resistência das mulheres através de práticas de controle social do planejamento urbano no contexto pré pós-olimpíadas como instrumento político de luta por moradia nas favelas, abre possibilidades de mudanças propositivas para pensar a política urbana. Além disso, a resignificação do lugar da mulher na luta pelo direito à cidade questiona a construção social do gênero feminino na cidade.

Na perspectiva de um compromisso social e profissional, identifico como urgente e necessário, sendo mulher e Assistente Social, ecoar essa realidade através da pesquisa científica, com base no projeto ético político do Serviço Social, comprometido com a consolidação e ampliação da cidadania, bem como baseado no compromisso ético profissional, de defesa do aprofundamento da democracia. Ressaltar a resistência feminina nas favelas é de extrema importância, uma vez que

diariamente são as mulheres que enfrentam todas as expressões das desigualdades de gênero, sustentadas pelo modelo patriarcal presente nesta sociedade. Os embates urbanos cotidianos postos para as favelas têm afirmado a resistência feminina como caminho criativo para construção e consolidação de formas alternativas, de se viver e de se organizar sendo mulher na cidade.

Dessa forma, evidenciar a participação das mulheres como protagonistas na luta, apresenta uma relevante necessidade de fortalecer e consolidar a mulher como agente político e sujeito coletivo, frente à conjuntura política que se apresenta. A crise econômica revela um cenário social e político incerto para os próximos anos, que sempre acarreta em desmontes das políticas públicas, e supressão de direitos, e podemos considerar que as mulheres são mais afetadas nesse processo. Portanto, destacar a resistência feminina, é contribuir com a valorização da história de luta por direitos, sobre a perspectiva das mulheres. E do enfrentamento a memória política manipulada por projetos societários sexistas, e patriarcais, que invisibilizam historicamente as mulheres nos espaços de disputa urbana.

Nessa conjuntura, que se criam as possibilidades profissionais de pesquisa visando combater as desigualdades sociais, e produzir alternativas de enfrentamento dessa conjuntura adversa, através da problematização e reflexão dos conflitos sociais postulados pela neoliberalização das relações cotidianas. Esse argumento indica que o Serviço Social não mais se restringe à intervenção imediata sobre a realidade, mas avança rumo a um espaço, que projeta produção de conhecimento, como responsabilidade profissional, pessoal, ética e política. De acordo com o documento aprovado no 44º Encontro Nacional CFESS-CRESS (2015),¹ o Serviço Social Brasileiro preconiza a luta por um projeto societário comprometido com uma nova sociabilidade, em oposição à ordem do capital, o que pressupõe a superação de todas as formas de opressão e exploração.

¹ O documento, aprovado no 44º Encontro Nacional CFESS-CRESS (2015), condensa a pauta política construída coletivamente ao longo dos últimos anos pelo Conjunto. É resultado de suas plenárias deliberativas, que ocorrem anualmente, conforme previsto na Lei nº 8.662/93, que regulamenta a profissão de assistente social no Brasil. Bandeiras de Luta está estruturado em três eixos: defesa da profissão, da seguridade social e dos direitos humanos. Com vistas a superar a fragmentação setorial engendrada à revelia do princípio constitucional da seguridade social, a sua tematização se faz considerando a unidade entre os aspectos da concepção, gestão, controle social e financiamento.

<http://www.cfess.org.br/arquivos/FolderBandeiradeLutas-Livreto.pdf>. Acessado em Junho/2018.

Diferente do fenômeno que se pode observar na imediatividade, a essência de uma realidade só se revela após o ato investigativo que procura no mesmo processo identificar a estrutura da realidade concreta, não na sua manifestação fenomênica, mas pela identificação das múltiplas determinações que lhes são peculiares e que lhes dão sentido e força para existir em determinado tempo e sociedade (SETUBAL: 2007, p.65).

Compreende-se que a pesquisa científica compõe a instrumentalidade de luta pautada pelos Assistentes Sociais, através de uma leitura que considera como urgente debater as novas configurações da questão social como questão política e pública. Portanto, a base metodológica explorada neste trabalho assume a perspectiva da totalidade material. Segundo Ferreira (2011), existe uma presença lógica de reprodução do capital que não isola o objeto, tão pouco, o reduz. A produção simbólica se encontra na produção da vida material, onde as relações sociais são subordinadas à produção material e a relação de produção, principalmente pensando no caso dos fenômenos urbanos e os reflexos desse processo na vida das mulheres faveladas. Bezerra e Veloso (2015), em consonância com Lefebvre, afirmam que a noção de totalidade não deve ser compreendida de maneira lógica e estática, mas dialética, pois as totalidades são móveis. Tal assertiva considera que só é possível compreender que os fatos apenas são considerados como conhecimentos da realidade se são compreendidos como parte de um todo dialético. Para os referidos autores, essa perspectiva de totalidade compõe o princípio metodológico da investigação dialética.

Como não estamos partindo da compreensão do todo cristalizada, mas dialética, permitimo-nos compreender que a base material também exerce influência na formação das desigualdades sobre as identidades, especificamente sobre o gênero, ainda que não se restrinja a noção de classe propriamente. Por isso que as intersecções, ou seja, os eixos de opressão também se colocam como indicativos metodológicos uma vez que apontam a realidade do grupo específico que nos propomos a pesquisar. O debate de gênero em questão como forma de ressignificar as relações de poder, e como construção social se expressa dentro das relações capitalistas, e, portanto, se encaixam em uma dimensão relacional estruturante que é material e dialética, e que marcam a sociedade capitalista através da representação dominante do homem, branco, ocidental e jovem (Medeiros, 2018).

Assim, este estudo se caracteriza como pesquisa social de abordagem qualitativa, que pressupõe a relação dinâmica entre o mundo real e os sujeitos pesquisados, visando apreender aspectos relevantes que se colocam além das aparências. As técnicas e instrumentos metodológicos de investigação, que oferecem viabilidade para a pesquisa foram; levantamento bibliográfico, observação participante no campo de pesquisa, elaboração de diário de campo e entrevistas.

A análise das categorias empíricas depende das categorias teóricas, portanto, o levantamento bibliográfico foi permanente, desde o início do processo de formulação do projeto de pesquisa, visando ampliar e aprofundar as perspectivas teóricas sobre a realidade pesquisada. Foi importante compilar algumas produções dos autores utilizados para o embasamento teórico e seguir acompanhando o movimento dos que vêm tratando da temática, suas discussões e elaborações atuais, por meio de obras recentes nas plataformas, nos bancos de dados, repositórios de teses e dissertações, entendendo a importância das reflexões e análises já realizadas. Complementando a pesquisa bibliográfica e a documental, também foi utilizada a pesquisa em sítios da Internet e em jornais de grande circulação, buscando dados secundários de pesquisas já realizadas sobre o tema e sobre o contexto político-econômico do país, procurando situar o objeto de estudo com mais propriedade, preparando a análise dos dados primários e secundários, contando ainda, com exame de normas e legislação, de registros relativos à temática abordada.

A observação participante foi determinante para identificação dos campos, das mulheres, e também para a formulação de parcerias e contatos prévios visando à execução das entrevistas e ampliação do conhecimento sobre o tema. No entanto, em relação aos dados primários, a entrevista foi o principal instrumento de coleta de dados para a pesquisa, a qual foi realizada com uma amostra não probabilística. Cabe ressaltar que “mais do que informantes, as pessoas às quais recorreremos para conhecer sociologicamente a sociedade que estudamos são nossos colaboradores, com sua visão vivencial e crítica” (Martins, 2013, p. 29).

A partir de manifestações, reuniões, seminários, entre outras atividades foi possível estreitar os laços com algumas mulheres, e assim estruturar quais seriam os focos estabelecidos. Nessa direção é que a agenda do Conselho Popular, formado

por moradores de favelas, por representantes da pastoral de favelas, parlamentares, universitários entre outros apoiadores, abriu possibilidade de aproximação e de maior conhecimento sobre as práticas de controle social experimentadas pelas mulheres enquanto protagonistas. O diário de campo se constituiu como fundamental nesse processo de registro e de construção de memórias das experiências vividas e observadas como pesquisadora nos espaços de organização viabilizados pelo Conselho Popular. Esse caminho direcionou as escolhas que não foram aleatórias das mulheres a serem entrevistadas, pensando naquelas que já consideramos ter uma relação próxima, e também em função de suas trajetórias.

As atividades do Conselho Popular permitiu a aproximação com muitas mulheres que contribuíram efetivamente com os apontamentos realizados nesta pesquisa. Muitos relatos puderam ser observados, e apurados na ocasião das reuniões, e das demais atividades propostas pelo Conselho. No entanto, a realização de entrevistas ocorreu com apenas três delas. Simone moradora do Laboriaux (Rocinha), Jaqueline moradora da Barrinha, e Andrea moradora de Rio das Pedras. Tais escolhas também motivadas pelo fato de serem casos mais recentes a serem discutidos, e pela localização das favelas, tendo em vista a proximidade com a região que resido. As situações estudadas evidenciaram experiências de luta que conformam o tecido social, político e urbano. São mulheres que objetivam conquistar por meio da participação política um projeto de cidade mais democrático.

Em meio à política e aos afetos, a observação participante foi sistematicamente realizada, em um campo que não é fixo, característica muito comum às pesquisas na contemporaneidade. Reuniões, favelas, ruas, órgãos do Estado e casas de moradores são algumas das camadas espaciais que me deparei enquanto seguir os fluxos dos atores sociais pela cidade. Quando o campo não é fixo, é preciso atentar para tais fluxos e segui-los, entendendo que determinado local, evento ou ocasião entendidos como importantes, devem também ser compreendidos como centrais. (Petti, 2016). É nesse sentido que interagi com diferentes agentes em distintos espaços conforme demanda a agenda de pesquisa, ao mesmo tempo em que fui levada por minhas vontades políticas de acompanhar e me posicionar em relação a tais debates e mobilizações.

Além do sentido político dessa pesquisa, os sentimentos desenvolvidos ao longo desse estudo, por pessoas, locais e grupos não podem ser deixados de lado. É certo que, assim como os posicionamentos políticos, as amizades desenvolvidas devido ao convívio também me forneceram certos acessos à informação, espaços e etc, que, inegavelmente, são imprescindíveis para a pesquisa. O modelo de entrevista utilizado, focou na proposta semi-estruturada observando a importância de evidenciar as narrativas de luta, e as evidências pragmáticas do controle social da política urbana, contando com um roteiro dividido em eixos temáticos. (cotidiano, experiência política no Conselho Popular, papel de gênero). Esses eixos buscaram compreender através das narrativas das mulheres, as complexidades da participação feminina no exercício do controle social, e as experiências de resistência como construção social e política vivida no cotidiano das relações pessoais e interpessoais, da luta coletiva, e das expectativas a serem alcançadas para si mesmas, e para seus espaços de moradia.

De forma geral, o que se pretendeu metodologicamente foi constituir uma aproximação efetiva e dinâmica, elucidativa, contextualizada e embasada a respeito do contexto da pesquisa, buscando analisar todas as informações e fornecer a sintetização desses elementos na dissertação proposta.

Estudar a participação política de mulheres faveladas implicou, necessariamente, em analisar as relações que engendram esse processo na atualidade, no contexto do Rio de Janeiro. Por outro lado, há outro movimento que também ditou os meandros pelos quais os referenciais teóricos se encaminharam. Nessa perspectiva no capítulo 1 problematizo a experiência política das mulheres na cidade de forma ampla, como sujeito político distinto, a partir do questionamento dos principais paradigmas que fundamentam a construção do conhecimento e da noção de planejamento urbano presumivelmente masculino. Destacando a leitura decolonial como facilitadora para a interpretação da relação de vivência e circulação contemporânea das mulheres na cidade como espaço de construção e validação de diversas narrativas de luta, considerando o lugar de fala como determinante para a construção da identidade política das mulheres, construída na esfera pública e privada.

No capítulo 2 apresento algumas considerações sobre os elementos que compõe a confluência perversa que disputam as noções do direito à cidade. Tendo sido necessário situar historicamente as favelas, bem como refletir os processos mais estruturais a respeito da financierização da cidade. Além disso, foram apresentados às nuances da perspectiva global dos megaeventos, com o intuito de relacionar essa dimensão com o planejamento urbano imposto ao Rio de Janeiro durante a realização dos jogos, e os desdobramentos dessa questão para as favelas cariocas, no contexto que marcou o fim do ciclo dos megaeventos na cidade. Já no capítulo 3, trato especificamente dos arranjos políticos que dão o tom das desigualdades urbanas, e a necessidade de formação das insurgências femininas, em torno do exercício do controle social da política urbana protagonizada pelas mulheres faveladas. Por fim, as considerações finais, foram desenvolvidas com base na recapitulação dos principais pontos abordados ao longo do estudo, bem como algumas ponderações sobre possíveis conclusões observadas através dos dados coletados.

2

Mulheres e ação: Política pelo Direito à cidade. Uma reflexão feminista

A expressão “Mulheres”, no contexto do presente trabalho, não visa nomear distinções, tampouco apresentar recortes. Não há visibilidade das ações políticas e de resistência das mulheres na cidade, se não for acompanhada de objetivos propositivos. Por isso, transcender a invisibilidade da mulher na construção das cidades é sinalizar a necessidade de questionamentos para reconstruir a história de suas experiências de luta, de forma que suas memórias não sejam manipuladas e apagadas.

Ribeiro (2017) indica que discutir questões identitárias significa romper com uma sociedade que criou marcos civilizatório baseados na diferença hierarquizada de mulheres e homens. Para a autora, quando se nomeia condições de desigualdades é que se entende a necessidade de não hierarquizar opressões. Portanto, ao nomearmos processos discriminatórios e opressores, estamos pensando sobre projetos alternativos de sociedade, e não em cisões.

A relação de vivência e circulação contemporânea das mulheres com a vida urbana aponta a cidade como espaço de construção e validação de diversas narrativas de luta. Nesse sentido, a compreensão da luta pelo direito à cidade, através de uma perspectiva feminista, supõe a problematização dos principais paradigmas que fundamentam a construção do conhecimento e da própria política urbana (Oliveira, 2018).

Para Lefebvre (2001), a vida urbana é permeada por encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos dos modos de viver e dos padrões, que coexistem na cidade. No entanto, a política urbana, em grande parte, resulta da ação de homens, que não reconhecem a legitimidade da ação política das mulheres, uma vez que a cidade também se constitui como instrumento político controlável, nas mãos do Estado e de grupos dominantes. Compreendemos, assim, a importância da emergência do pensamento feminista para entender os efeitos das relações de poderes hegemônicos presentes na cidade, que produzem

e controlam as políticas urbanas, influenciando diretamente o cotidiano das mulheres.

A relativização das demandas femininas na cidade exige que a epistemologia feminista reivindique seu lugar, na construção de um pensamento que acompanhe e reconheça o movimento da sociedade em sua totalidade (Oliveira, 2018). Tal afirmação indica que os marcadores de diferenças sociais, que fomentam um amplo processo de desigualdade de gênero, permanecem deslocando o sentido de igualdade e de direito entre mulheres e homens na política urbana e na experiência cotidiana na cidade.

Nessa perspectiva, é possível perceber que a cidade é um espaço de disputas, e a busca por mudança dos lugares convencionados como referência surge como um desafio, capaz de evidenciar que a produção do conhecimento, e da política estatal é construída, socialmente, com base no modelo branco, masculino e ocidental de sociedade, devendo ser, portanto, sempre debatida e questionada.

A contribuição da autora Silva Federici² é bastante elucidativa desse processo. Sua análise compreende o estudo de um período histórico que também estruturou os paradigmas que estamos buscando repensar neste trabalho. A autora sugere uma nova epistemologia de reconstrução da história das mulheres, de redefinição de categorias aceitas, e uma maior visibilização das estruturas ocultas de dominação e exploração.

Na sociedade capitalista a “feminilidade” foi construída como uma função – trabalho que oculta à produção da força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico, a história das mulheres é a história das classes (...). Se a identidade sexual se transformou no suporte específico das funções de trabalho, o gênero não deveria ser tratado como uma realidade puramente cultural, mas como uma especificação das relações de classe (FEDERICI, 2017, p.31).

² Silvia Federici é ativista feminista, historiadora, pesquisadora e professora radicada em Nova York. É professora emérita da Universidade Hofstra (NY) e co-fundadora do Feminist International Collective que, nos anos 1970, criou o movimento de salários para o trabalho doméstico. Na década de 1980, trabalhou na Nigéria, onde fundou o Committee of Academic Freedom in Africa. <http://revistadr.com.br/posts/conversa-com-silvia-federici/>. Acessado em Jan/2019.

O objetivo de sua obra, *Calibã e a bruxa*³ foi demonstrar, a partir de uma percepção histórica, que a discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista não é o legado de um mundo pré-moderno, mas sim uma formação do capitalismo, construída sobre diferenças sexuais existentes e reconstruída para cumprir novas funções sociais (Federici, 2017).

A autora destaca, ainda, que Marx examinou a acumulação primitiva do ponto de vista do proletariado assalariado de sexo masculino e do desenvolvimento da produção de mercadorias, sem observar que o desenvolvimento das potências industriais se deu também à custa do trabalho doméstico não remunerado das mulheres, sendo essa concepção, para a autora, um dos principais pilares da produção capitalista. Ela defende que o trabalho doméstico das mulheres foi o responsável por produzir a força de trabalho e que, por isso, analisar o capitalismo do ponto de vista das mulheres é repensar seu processo de formação, através do aspecto da reprodução da vida e da força de trabalho;

Não poderíamos, portanto, acreditar que o trabalho doméstico fosse um remanescente do passado, que não desempenhasse nenhuma função na organização capitalista do trabalho ou que nossa subordinação aos homens pudesse ser atribuída à nossa exclusão da “produção socialmente necessária” – como os marxistas ortodoxos, com base em *A origem da família*, da propriedade privada e do Estado, de Engels, ainda sustentam. (FEDERICI, 2017, p.11-12).

Entendemos que a crítica a qual Federici (2017) se propôs a fazer em relação à Marx, não tem como objetivo anular a importância de seu estudo sobre a formação da sociedade capitalista. Nesse ponto, a autora destaca que seu interesse está na necessidade de identificar processos históricos sobre as mulheres pelos quais as relações estruturais também foram construídas. É preciso reconhecer nas atividades diárias das mulheres bases de sustentação para a sociedade capitalista.

³ Federici aponta que a caça às bruxas e o controle reprodutivo não estiveram limitados ao território europeu. O próprio título do livro “Calibã e a Bruxa” é uma referência a essa associação. Filho da bruxa Sycorax, Calibã é um personagem da tragicomédia “A Tempestade”, escrita por William Shakespeare. Retratado como meio-humano e meio-monstro pelo dramaturgo, ele acaba forçado à servidão na peça e, posteriormente, viria a representar o anticolonial caribenho. <https://www.naomekahlo.com/caliba-e-a-bruxa-como-a-caca-a-mulheres-acusadas-de-bruxaria-interessou-ao-estado-e-ao-mercado/>. Acessado em Jan/2019

Atividades, estas, invisibilizadas, e que forjaram a ideia central nos estudos de Marx, onde os trabalhadores eram os únicos responsáveis pela reprodução do sistema, somente através do consumo de bens adquiridos com seus salários.

Essa questão também é destacada por Fabrício (2017), que explica que na divisão da sociedade em classes, o trabalho passa a ser hierarquizado, sendo algumas atividades consideradas mais importantes que as outras. A autora destaca que o trabalho doméstico, realizado pela mulher, por não ter valor de troca, passa a ser tratado como inferior.

Para Federici (2017), a subordinação das mulheres aos homens no capitalismo foi causada pela não remuneração, e não pela natureza improdutiva do trabalho doméstico. A referida autora avaliou sua investigação da seguinte maneira;

A análise se afasta de Marx por duas vias distintas. (...) Eu examino a acumulação primitiva do ponto de vista das mudanças que introduziu na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho. Daí que a minha descrição da acumulação primitiva inclui uma série de fenômenos que estão ausentes em Marx e que, no entanto, são extremamente importantes para a acumulação capitalista (FEDERICI, 2017, p.26).

Como exemplo desses fenômenos, a autora cita a expulsão das mulheres do espaço de trabalho organizado, assim como a proibição de práticas relacionadas aos saberes ancestrais (das curandeiras, parteiras) ou mesmo da prostituição, que estiveram diretamente relacionadas à restrição das mulheres à condição de trabalhadoras não assalariadas no lar. E a questão mais importante, colocada no centro do estudo de Federici (2017), é que a acumulação primitiva se sustentou através da Caça as Bruxas, tanto na Europa quanto no Mundo Novo, e foi tão importante para o desenvolvimento capitalista quanto à colonização e a expropriação do campezinato europeu de suas terras. Nesse sentido, a autora afirma que;

É por isso que, além de revisitar a caça às Bruxas dos séculos XVI e XVII, a ascensão da família nuclear e a apropriação estatal da capacidade reprodutiva das mulheres, *Calibã e a Bruxa* também estuda a colonização da América, a expulsão do campezinato europeu dos seus “bens de consumo” e processo pelo qual o corpo proletário foi transformado em uma máquina de trabalho. (FEDERICI, 2017, p.13).

Vale ressaltar que a inserção das mulheres no trabalho produtivo industrial com condição desigual de salários, acentua que o avanço do sistema capitalista, elaborou bases multiformes de exploração das mulheres. Na dimensão da vida doméstica, quanto na dimensão da vida proletária, o cotidiano da mulher esteve diretamente relacionado com o prelúdio desse sistema, bem como, com sua manutenção. Fabrício (2017) assinala que a mulher proletária, com sua dupla jornada de trabalho contribui duas vezes para o capitalismo.

Ainda de acordo com Federici (2017), podemos entender que a subordinação da mulher, que caracterizou os primórdios do desenvolvimento capitalista continua de diversas formas, até os dias atuais. Consideramos, portanto, a atualização do fenômeno estudado pela autora, através da disseminação de um projeto de cidade, que visa intencionalmente desvalorizar a relação das mulheres com os saberes construídos no dia a dia com a terra, com a casa, com o corpo, com a cidade e na vivência com outras pessoas.

A luta das mulheres na cidade se esbarra de forma recorrente na afirmação de um “direito à cidade”, pautado pela coalizão de interesses econômicos, como um direito mais individual do que coletivo. Uma pertença dominante, portanto, um direito masculino. Oliveira (2018) diz que um planejamento urbano pautado pela diversidade da vida social deveria garantir amplo acesso a políticas e equipamentos urbanos, promovendo uso coletivo. Deveria, ainda, priorizar as pessoas e suas eventuais condições de desproteção social e não apenas a produção e circulação de mercadorias, como se concebe na cidade capitalista.

No entanto, o que as mulheres, em especial as mulheres pobres, encontram é um desenho urbano que favorece a reprodução da cultura sexista, que reduz direitos e sua própria existência. Ao circularem pela cidade encontram limites e imposições, que silenciam suas demandas e invisibilizam narrativas. Trata-se de uma construção social perversa, que pressiona as mulheres a permanecer à margem dos processos de participação política, de forma estrangida e segregada, pelo simples fato de serem apenas mulheres.

Porém, sendo o espaço reprodutor das relações sociais, e do conflito, ele também é o lugar da contestação. Apesar das mulheres terem sido conduzidas para a margem de toda a história da humanidade, elas sempre foram insurgentes,

e estiveram presentes, contribuindo de várias formas com diversas pautas de luta política. A realidade é que o campo de ação política de mulheres pela cidade é amplo, e demonstra que toda relação historicamente construída é passível de modificação.

Essa proposição toma como base, as reflexões de Harvey (1980), sobre a perspectiva do espaço urbano para além de uma dimensão física e material. Segundo o autor, é preciso que os estudos sobre a cidade e o urbanismo identifiquem seu conteúdo social e simbólico, e que compreenda que todo processo social é espacial, uma vez que a cidade é o lugar onde as relações são desenvolvidas.

Nessa direção, é possível perceber que conjunturas de dimensão global apresentam experiências que testificam que a efervescência popular de mulheres forjaram processos importantes ao longo da história, na direção de transformações sociais e políticas, em que a cidade foi posta no centro, como lugar privilegiado desses acontecimentos. Lefebvre (2006), por sua vez, afirma que o espaço não deve ser concebido como espaço passivo. A cidade é, portanto, o espaço onde as relações sociais e econômicas são modificadas, e as ordens culturais e sociais alteradas por sujeitos políticos distintos.

Podemos citar algumas experiências de luta e resistência de mulheres com grande expressão política. O movimento argentino das mães da praça de maio se constitui como um bom exemplo. De acordo com Schatz (2017), no dia 30 de abril de 1977, quatorze mulheres caminharam para a “*Plaza de Mayo*”, uma praça pública no centro da capital da Argentina diante do palácio presidencial, e conduziram uma manifestação política de denúncia contra o governo da época, sem imaginar que se tornariam um movimento reconhecido mundialmente.

A autora explica que reuniões de mais de três pessoas eram ilegais em espaços públicos, no período da ditadura militar na Argentina (1976- 1983). Mas essas mulheres, mães de filhos e filhas desaparecidos no referido período, criaram estratégias para continuar denunciando as violações cometidas pelo governo. Segundo Schatz (2017), as mães andavam em duplas visando não despertar atenção da polícia. E apesar de terem sofrido ameaças, repressões e violência, essas mulheres permaneceram durante os 38 anos seguintes, arriscando suas vidas e de

suas famílias em busca de descobrir o que havia acontecido com seus filhos desaparecidos.

O número de mulheres envolvidas foi ganhando expressividade com o passar do tempo, e elas foram conseguindo se organizar e mobilizar instrumentos políticos para garantir respostas. Schatz (2017) salienta que as mães da praça de maio conquistaram a atenção da mídia, e chegaram a publicar uma carta em um grande jornal, dirigida ao presidente da Suprema Corte, aos líderes militares e a igreja, com o seguinte texto; *“a tortura mais cruel para uma mãe, é a incerteza sobre o destino de seus filhos. Pedimos um processo legal para determinar a inocência ou culpa.”* (Schatz, 2017, p.47).

Uma das fundadoras do movimento se chama Azucena Villaflor, uma mulher da classe trabalhadora. Seu filho, Néstor, e a esposa tinham desaparecido, e após muitas tentativas frustradas em delegacias e em órgãos do governo, Azucena se juntou com outras mulheres, e escolheram a praça de maio, o local para sua primeira manifestação, uma praça pública justamente em frente ao palácio presidencial. Schatz (2017) destaca que as mães de maio, nome que reconhece o sentido político de suas lutas, diziam que a praça as faziam mais fortes, e que se tornou um lugar onde elas conseguiam se sentir mais próximas de seus filhos.

Atualmente, as pessoas que visitam a praça de maio em Buenos Aires, conseguem ver o chão pintado com um grande círculo de lenços de cabeça brancos, em homenagem a essas mulheres que protagonizaram um movimento político muito importante de denúncias contra a Ditadura.

Essa experiência demonstra que as práticas sociais e políticas na cidade não exigem respostas definitivas sobre como se desenvolve a vida urbana. Harvey (1980) afirma que pensar a cidade e suas relações, é pensar a prática humana e sua relação com o espaço.

(...) O espaço não é nem absoluto, relativo ou relacional em si mesmo, mas pode transforma-se em um ou em outro, dependendo das circunstâncias. (...) A questão *o que é o espaço?* é, além disso, substituída pela questão *o que é isso, que as diferentes práticas humanas criam, fazendo uso distinto do espaço?* (HARVEY, 1980, p.5.)

Outro processo histórico interessante, que também demarca essa relação, ocorreu igualmente na América Latina, especificamente na Nicarágua entre 1979 e 1990. De acordo com Mathias e Pereira (2017) a Revolução Sandinista, inspirada na Revolução Cubana de 1959, se estabeleceu como um processo de insurreição popular, onde a luta armada derrubou a ditadura da família Somoza⁴, e reconstruiu um país em ruínas.

Conforme apontado pelos referidos autores, e também pelo documentário “Las sandinistas”⁵, esse processo revolucionário contou com o papel fundamental das mulheres. Durante a revolução, as mulheres estiveram presentes nos dois momentos da luta. No primeiro, o chamado de “triunfo” a partir de 1961, elas atuaram nas guerrilhas urbanas e no campo ocupando diversas funções, inclusive no comando de exércitos. Já no segundo momento, onde se iniciou o processo de reconstrução do país, as mulheres permaneceram atuantes, organizadas, inseridas na nova organização política exigindo direitos e liderando povoados inteiros.

Margaret Randall (1982) frisa que esta inserção não foi tão simples, e que existiu um processo relevante para que diversas mulheres adquirissem consciência política, bem como reconhecesse a importância de si mesma como sujeito da sociedade e sujeito determinante. Houve muitos esforços de deslocamento de tarefas das militantes, para áreas mais incomuns de participação feminina como o treinamento militar. Antes eram colocadas para executar serviços tidos como femininos, em relação à manutenção da limpeza de aparelhos, alimentação e cuidados dos enfermos, e datilografar. No segundo momento da revolução, as mulheres ocuparam espaço nas decisões, e foram se apropriando de posições não destinadas a elas.

A participação das mulheres no bojo da Revolução Sandinista⁶ é uma valiosa demonstração de como as ações políticas demarcam a cidade como o espaço do confronto e de encontro. As mulheres tiveram participação direta neste processo, e a

⁴ A família Somoza foi uma influente família da Nicarágua que governou o país como uma ditadura hereditária. A família governou de forma dinástica a Nicarágua entre 1934 e 1979. <https://www.notimerica.com/politica/noticia-familia-somoza-historia-estirpe-asolo-nicaragua-siglo-xx-20170413090418.html>. Acessado em Fev/2019.

⁵ Exibido pelo canal PHILOS. <https://philos.tv/video/las-sandinistas/457901/>. Direção: Jenny Murray. Acessado em Dez/2019.

⁶ Chamada em memória ao líder de esquerda, Augusto César Sandino, morto em 1934. <https://www.britannica.com/topic/Sandinista>. Acessado em Fev/2019.

circulação delas pela cidade no contexto da revolução, possibilitou a construção de uma concepção nova de mundo passível de se tornar hegemônica, que inspira a continuidade do envolvimento político das mulheres na Nicarágua até os dias atuais, que persistem pautando a luta por igualdade e pela preservação dos direitos humanos.

Entendemos, portanto, que a cidade se coloca como espaço de tomada de consciência política, e elaboração de demandas. Assim, as mulheres constroem narrativas de luta, que questionam a própria noção de política na esfera pública. Butler (2018) esclarece que a normatividade instituída sobre o gênero não caracteriza apenas o que fazemos, mas como o discurso e o poder institucional nos afetam. De acordo com o que a autora evidencia, a política não se define por tomar lugar exclusivamente na esfera pública, distinta da esfera privada, mas atravessa essas linhas repetidas vezes, chamando atenção para a maneira como a política já está nas casas, nas ruas, na vizinhança e conseqüentemente na cidade.

Nos termos de Biroli (2014), compreender como se desenhou a fronteira entre o público e o privado, é contestar a naturalidade da história não contada da construção da esfera pública e dos direitos individuais na modernidade a partir da posição das mulheres. Pensar, portanto, a resistência das mulheres na esfera pública como participação resistente dimensionada apenas por princípios de dedicação prioritária à vida doméstica e aos familiares, ou seja, da domesticidade feminina composta por afetos, e não dimensionar a resistência dessas mulheres pela noção do direito e da justiça, é respaldar a noção de dominação masculina na esfera política. E criar uma projeção da esfera política como homogênea e universal é silenciar a existência dos sujeitos políticos distintos.

Avaliamos nesse quadro, que os papéis atribuídos às mulheres em relação à vida doméstica são lidos como um traço natural e distintivo, onde o debate de justiça e direito não se aplica dentro das relações sociais do cotidiano, uma vez que nelas predominam o afeto. Em outras palavras, essa compreensão decorre das relações de poder que cria o que é convencionalmente entendido como não resistente, e não político para preservar os padrões de autoridade e a produção da subordinação. “O mundo dos afetos é também aquele em que muitos abusos

puderam ser perpetuados em nome da privacidade e da autonomia da entidade familiar em relação às normas aplicáveis ao espaço público” (BIROLI, 2014, p.34).

Na perspectiva de Butler (2018), se unir a resistência significa se mover pelo espaço público de maneira a contestar a distinção entre o público e o privado, que não reconhece o cotidiano das mulheres como ações políticas e dotadas de potencialidade de luta e resistência. Um ponto de partida para desmistificar essa dualidade é considerar, que toda resistência feminina na cidade não depende de uma estrutura normativa para a sua legitimação.

Essas concepções, na visão de Butler (2018), demonstram que a distinção entre público e privado serve para preservação da dominação masculina, onde a esfera pública presume a presença dos homens, sem estar apoiado em nada. Já a esfera privada é presumivelmente feminina e se estabelece como pré-política, como se a ação política acontecesse apenas na condição de aparecimento do corpo na esfera pública. Como bem afirma Pereira (2011), a política como garantia de direitos se expressa na conversão de decisões privadas em decisões públicas que afetam e comprometem a todos. Portanto, quando não se nomeia uma realidade produz-se por consequência sua invisibilidade, e é por isso que o sentido político da vida cotidiana e suas diversas narrativas não devem ser reduzidos, e considerados como não político.

Harvey (2014) indica que a melhor maneira de exercer o direito à cidade é ocupar os diversos espaços, colocando-se como oposição às condições de cerceamento, controle social e apropriação disposta pelos interesses privados e públicos estatais. Nesse atrito, é possível reconhecer a inserção de diversos movimentos contemporâneos protagonizados por mulheres na cena urbana do Rio de Janeiro, seja em pautas relacionadas à mobilidade urbana, ao trabalho, educação, segurança pública, violência sexual e doméstica, infraestrutura urbana, pela moradia e etc.

Apesar das formas existentes de legitimidade política buscarem negar as mulheres, as suas formas de resistências e insurgências impõem diariamente ações políticas na e pela cidade, contrariando esse modelo de apagamento e não reconhecimento das vozes das mulheres e a diversidade de suas narrativas de luta.

Os processos de remoção de favelas, que vem ocorrendo desde 2009 na cidade do Rio de Janeiro, delimitado como foco neste trabalho, evidenciam de forma clara essa questão. A partir da narrativa de luta de diferentes mulheres moradoras de favelas, podemos refletir como a organização popular contesta e dialoga com o planejamento e produção da cidade, bem como questiona a construção social do gênero a partir da apropriação de recursos de ação política negados às mulheres.

Antes de adentrarmos nesse assunto, faz-se necessário aprofundar a discussão sobre a construção social do gênero, e como esta ideia guarda relação com os fatores, que fundamentam a ausência da legitimidade de luta política protagonizada por mulheres. Para isso, desenvolveremos adiante esse debate na perspectiva do Feminismo Decolonial. Essa referência sugere um diálogo mais frequente e profundo com grupos sociais historicamente subalternizados. O pensamento decolonial possui uma ampla agenda que perpassa pela valorização da resistência feminina na cidade, como uma resistência a colonialidade de poder, e pela valorização do reconhecimento da mulher como sujeito político distinto.

2.1

O Feminismo Decolonial e a construção social do gênero

Com o objetivo de repensar os principais paradigmas que sustentam a produção do conhecimento, nos voltamos anteriormente para a análise de Federici (2017), no que tange a construção da subordinação das mulheres nos primórdios do desenvolvimento capitalista. Porém, consideramos que a gênese das formas de subordinação das mulheres é anterior a este período. Esse processo de sujeição atribuído às mulheres tem raízes profundas. E os caminhos que conduziram o aparecimento e fortalecimento dessa concepção são ainda mais perversos.

Conforme Lugones (2014) explica, a imposição brutal do sistema colonial se constituiu através de tensões criadas em torno de dicotomias, e hierarquias. Uma lógica que buscou estabelecer como processo central a diferença entre o humano e o não humano, considerando seus conhecimentos, relações, valores, práticas ecológicas, econômicas e espirituais como pré-modernas, a serviço do homem

ocidental. Essa classificação, com base em hierarquias e diferenças, tornou-se a marca do humano e a marca da civilização, tendo em vista que nessa perspectiva somente os civilizados foram considerados aptos para decidir, e serem sujeitos agentes na vida pública.

Walsh (2009) ressalta que o sentido do uso do termo “decolonial”, suprimindo o “s”, visa marcar uma distinção com o significado de descolonizar em seu sentido clássico. A autora destaca que a ideia não é desfazer o colonial ou revertê-lo, ou seja, superar o momento colonial pelo pós – colonial. O filósofo Nelson Maldonado Torres (2018) salienta que;

Independência, todavia, não necessariamente implica descolonização na medida em que há lógicas coloniais e representações que podem continuar existindo depois do clímax específico dos movimentos de libertação e da conquista da independência. Nesse contexto, decolonialidade como um conceito oferece dois lembretes – chave: primeiro, mantém-se a colonização e suas várias dimensões claras no horizonte de luta; segundo, serve como uma constante lembrança que a lógica e os legados do colonialismo podem continuar existindo mesmo depois do fim da colonização formal e da conquista da independência econômica e política. (TORRES, 2018, p.28).

No esforço de discorrer este tema de forma clara, vale acionar objetivamente os significados de alguns termos e sua importância para o debate do Feminismo Decolonial em nossa análise. Tomando como base as definições de Torres (2018), vemos que o colonialismo pode ser compreendido como a formação histórica dos territórios coloniais; já o colonialismo moderno pode ser entendido como os modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo. O termo colonialidade para o autor é referenciado pela lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais. A “descoberta” do Novo Mundo e as formas de escravidão que imediatamente resultaram daquele acontecimento são alguns eventos chaves que serviram como fundamentação para o aprofundamento do conceito colonialidade.

Desse modo, a descolonização é lida como experiência de resistência em momentos históricos, onde sujeitos em situação colonial insurgiram contra impérios e reivindicaram a independência. Já a decolonialidade refere-se à luta que travamos

até hoje, contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos.

A teoria decolonial, criticamente reflete sobre o nosso senso comum e sobre pressuposições científicas referente a tempo, espaço, conhecimento e subjetividade, entre outras áreas chaves da experiência humana, permitindo – nos identificar e explicar os modos pelos quais sujeitos colonizados experienciam a colonização, ao mesmo tempo em que fornece ferramentas conceituais para avançar a descolonização (TORRES, 2018, p.28).

O Sociólogo Peruano, Anibal Quijano (2005), é um dos principais pensadores sobre o tema, e cunhou o conceito *colonialidade de poder*, e a definiu como uma forma específica que a dominação e a exploração adquirem na constituição do sistema de poder mundial capitalista. É o estranhamento do período colonial para além do tempo cronológico. É também o rebatimento do poder colonial na construção de processos hegemônicos. Ou seja, o período colonial acabou, mas se mantém ativo em nossos meios, definindo nossa maneira de ser e de pensar, e definindo os caminhos sociais que perpetuam as desigualdades raciais e de gênero nascidas nesse período. Para o autor, a globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo, que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial.

Os eixos que fundamentam esse padrão, segundo Quijano (2005), se baseiam na classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, e do controle do trabalho, recursos e produtos, em torno do capital e mercado mundial. Destaca, ainda, que a formação das relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas, sendo elas; índios, negros, mestiços e redefiniu outras.

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos (QUIJANO, 2005, p.117)

Para o autor, as relações sociais, que estavam se configurando, foram se estabelecendo como relações de dominação. Tais identidades foram associadas a hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes ao padrão de dominação que se impunha. Ele aponta, que com o passar do tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenóticos dos sujeitos coloniais e a assumiram como característica emblemática de categoria racial, e que essa codificação foi estabelecida, provavelmente, na área britânico – americana.

Nessa concepção de racialização das relações, é que na América foi outorgada a legitimidade da dominação imposta pela conquista colonial. Os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços, bem como, suas descobertas mentais e culturais. Esse sistema de diferença se configurou como critério fundamental para a distribuição da população em níveis, lugares e papéis na estrutura de poder, e na nova sociedade.

Nesse contexto, Lugones (2014) destaca que o controle do trabalho foi uma das principais ferramentas de exploração, e de sustentação da ideia de inferioridade atribuída aos homens e mulheres em situações coloniais. Para a mesma autora, a conquista colonial criou um sistema de exploração, que se estruturou a partir de todas as formas de controle de trabalho em torno da hegemonia do capital, onde o trabalho está racializado. Tanto o trabalho assalariado, a escravidão, o sistema de servos e a pequena produção de bens.

Quijano (2005) também indica que todas as formas de controle do trabalho não era uma mera extensão de seus antecedentes históricos. Todas eram sociologicamente novas. Em primeiro lugar, porque foram deliberadamente estabelecidas e organizadas para produzir mercadorias para o mercado mundial. E, em segundo lugar, porque não existiam apenas de maneira simultânea no mesmo espaço/tempo, mas todas e cada uma articuladas com o capital e com seu mercado, e por esse meio entre si. O autor reitera que assim se configurou um novo padrão global de controle do trabalho, por sua vez um novo elemento fundamental de um novo padrão de poder, do qual eram dependentes histórico-estruturalmente.

Pensar os reflexos das formas de administração colonial ao longo da história na constituição das relações de poder é fundamental para desmistificar o que se

constituiu como normativo na modernidade, bem como tem sido importante para as Feministas decoloniais que propõem um debate sobre as possibilidades cotidianas de alteração da ordem socialmente e culturalmente estabelecida sobre as mulheres, como consequência da colonialidade.

Lugones (2014), apesar de fazer menção a esta relação de exploração na perspectiva do trabalho, complexifica a compreensão de Quijano (2005), que limita a colonialidade de poder como consequência exclusiva do poder capitalista global. A autora repensa o conceito difundido pelo autor, e apresenta a colonialidade do gênero como um conceito que valida outros elementos que também se estruturaram através das relações de poder coloniais. Para a autora o gênero se estabelece nessa concepção através de um quadro conceitual imposto pelos europeus brancos, burgueses, plenamente civilizados. Portanto, a colonialidade de gênero se estrutura como uma ferramenta normativa de condenação, que presume as diferenças como indicativos de ordem meramente natural, para justificar o processo de redução ativa das mulheres.

A colonialidade de poder para Quijano (2005) nos permite entender a continuidade das formas coloniais de dominação e seus apontamentos para a relação de exploração através do trabalho, após o fim das administrações coloniais. Já a colonialidade de gênero, por sua vez, indica que a continuidade das formas coloniais de dominação permanece criando e legitimando estruturas de opressão para as mulheres.

Nesse ponto de vista, o gênero se configura como uma construção social normativa colonial moderna, pois se constituiu através da distinção de papéis determinados em situações coloniais de exploração. Lugones (2014) considera que a missão civilizatória se propôs a desconstruir as diferenças entre homens e mulheres com base em suas identidades, para afirmar a diferenciação como natureza.

Pode-se começar a observar o vínculo entre, por um lado, a introdução colonial do conceito moderno instrumental da natureza como central para o capitalismo, e por outro, a introdução colonial do conceito moderno de gênero. Pode-se notar como este vínculo é macabro e pesado em suas ramificações impressionantes (LUGONES, 2014, p.938).

Essa ideia possibilita a compreensão de como a opressão de mulheres subalternizadas possui relação com os processos combinados de racialização, colonização e exploração capitalista. O sistema conceitual moderno colonial de gênero permitiu assim que as diferenças na nossa sociedade não sejam apenas vividas como diferenças. Elas ganharam sentido nas relações de poder estabelecidas socialmente, sendo esse movimento responsável por dar o tom das desigualdades de gênero.

De acordo com Melo e Gonçalves (2010), o conceito de gênero é uma resposta a uma expectativa social, ou seja, seu desempenho está atrelado a um roteiro ou script previamente definido. Esta maneira de entender a formação social é fortemente criticada por seu caráter naturalizador e por ocultar as complexas malhas de poder articuladas na aquisição e reprodução de papéis sociais.

Em entrevista à Revista Pública⁷, a doutora em Educação Jimena Furlani, visando explicar a diferença entre estudos de gênero, diz que enquanto “sexo” é o conjunto dos nossos atributos biológicos, anatômicos, físicos e corporais que nos definem menino/homem ou menina/mulher, o gênero é tudo aquilo que a sociedade e a cultura esperam e projetam, em matéria de comportamento, oportunidades, capacidades e etc para o menino e para a menina.

De acordo com a Furlani (2016), o conceito gênero só surgiu porque se tornou necessário mostrar que muitas das desigualdades às quais as mulheres eram e são submetidas, na vida social, são decorrentes da crença de que nossa biologia nos faz pessoas inferiores, incapazes e merecedores de menos direitos. Analisar criticamente a construção social dos papéis de gênero não busca negar o fato de que possuímos uma biologia, mas sim afirmar que ela não deve definir nosso destino social. Monteiro (2017) diz que a construção do papel de gênero associada ao feminino delimita o corpo das mulheres como algo vulnerável e reforça a ideia de espaço público como um espaço perigoso. Portanto, as mulheres resistentes, como subalternizadas, faveladas, negras, nordestinas e etc ao subverterem essa lógica, assumindo a centralidade da luta contra as remoções e redimensionam em forma de questionamento essa construção social do gênero. Essa análise indica que a resistência às remoções protagonizadas por mulheres conformam uma luta tão

⁷ <https://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>. Acessado em Março/2019.

material quanto simbólica, partindo da premissa que a violação do direito à moradia, evidenciado através dos processos de remoção no Rio de Janeiro, está articulada a outros eixos de opressão.

Nessa direção é que o Feminismo Decolonial se impõe como uma alternativa para repensar a mulher na sociedade moderna, e redimensionar os papéis socialmente construídos. A redução ativa das mulheres ao longo da história guarda relação com um projeto de poder colonial intencional. A maneira com que se desdobram nos dias de hoje, a banalização da vida das mulheres em diversos setores não está desconexa do apagamento social e cultural que a colonização provocou.

O Feminismo Decolonial aponta, portanto, para mulheres específicas, e desnuda a representação da mulher como sujeito universal. Lugones (2014) explica que o Feminismo Decolonial reconhece a mulher como sujeito político distinto, e versa sobre a superação da colonialidade de gênero, uma vez que esse processo criou uma dicotomia e hierarquização nas relações sociais. Essa construção, segundo a autora, provocou e provoca até os dias atuais, a redução ativa das mulheres em um processo de sujeição. Porém, ainda que a colonialidade do gênero tenha criado distinções normativas opressoras sobre as mulheres, a resistência feminista decolonial se estabelece como um processo cotidiano de poder concreto, pois a lógica que seguem não é consentida pela lógica do capital.

Conforme a colonialidade infiltra cada aspecto da vida pela circulação do poder nos níveis do corpo, do trabalho, da lei, da imposição de tributos, da introdução da propriedade e da exploração da terra, sua lógica e eficácia são enfrentadas por diferentes pessoas palpáveis cujos corpos, entes relacionados com o mundo espiritual não seguem a lógica do capital (LUGONES, 2014, p.948).

A resistência no cotidiano é a afirmação da vida ao invés do lucro, do comunalismo ao invés do individualismo, do estar ao invés de empreender, é através de seres em relação, ao invés de seres em constantes divisões dicotômicas, em fragmentos ordenados hierarquizados e violentos. São esses modos de ser, que Lugones (2014) considera como valorar, acreditar e persistir na oposição a colonialidade através do Feminismo Decolonial.

Esse movimento foi, e continua sendo vivido por mulheres que levaram ao aparecimento realidades indignas de serem vistas. De fato, todas as mulheres, independente de cor, classe e etnia estão expostas aos reflexos de estruturas políticas, sociais e culturais de opressão misóginas e sexistas. Porém, as mulheres reduzidas à condição de não humanas advindas da condição de poder destrinchada pela colonialidade de gênero carregam aspectos muito próprios, que as diferenciam das demais mulheres em condição de privilégio social. São essas mulheres que o Feminismo Decolonial, interessa representar, aquelas que expereciaram o gênero de outra forma.

Partindo desses termos, é que podemos reconhecer a Luta Feminista, como um movimento de resistência que impõe como um desafio maior, entender sobre que grupo de mulheres estamos falando. Lugones (2014) considera a resistência em um sistema de poder colonial de gênero, uma expressão infrapolítica de começo e possibilidade, não somente como um fim e meta da luta política. Para a autora existe uma noção de agenciamento moderno que nega o agenciamento político da vida cotidiana, e assinala que a vitória da resistência infrapolítica consiste no potencial que a “comunidade dos oprimidos” têm entre si, de constituir significados que recuam com os significados e a organização social, estruturados pelo poder colonizador.

Sendo assim, a colonilidade de gênero na modernidade, como continuidade de um sistema de dominação, segue impondo classificações. Entendemos, portanto, que no Rio de Janeiro às mulheres moradoras de favelas pautam uma luta específica, não comum a outras mulheres na cidade. E por isso, seus endereços são considerados fatores que as colocam na mesma posição das mulheres em situações coloniais, ou seja, expostas a toda natureza de hierarquia, e violação.

Nesse sentido, referenciar a luta de mulheres faveladas, expressa a relação coletiva com o lugar onde a resistência é insurgente. A resistência acontece de dentro, da forma de compreender o mundo, e de viver nele. O lugar de fala é determinante para as respostas coletivas que configuram resistências.

2.2

Lugar de Fala: A busca pela legitimidade social da mulher como sujeito político distinto

Originalmente, as reflexões acerca da influência da sociedade e da cultura, no conjunto das definições que nos dizem o que é “ser homem” e o que é “ser mulher”, se iniciaram nas ciências sociais e humanas, como sociologia, história, filosofia e antropologia, mas, hoje, os estudos de gênero se constituem num campo multidisciplinar, composto por várias abordagens presentes em todas as ciências, nas naturais, nas exatas, nas jurídicas, nas da saúde, nas da comunicação, do esporte e etc. Hoje os estudos de gênero se aproximam também das discussões com outras identidades, como raça-etnia, classe social, religião, nacionalidade, condição física, orientação sexual entre outras. Sendo, por isso, chamados de estudos de interseccionalidade⁸.

Segundo Ribeiro (2017) o conceito de interseccionalidade foi cunhado em 1989 por Kimberlé Crenshaw⁹, em sua tese de doutorado. Pensar a interseccionalidade na perspectiva da autora é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras. É pensar que raça, classe, gênero não podem ser categorias pensadas de forma isoladas, porque são indissociáveis.

Essa compreensão acerca da interseccionalidade das estruturas de opressão nos auxilia a entender como o processo de resistência protagonizado pelas mulheres moradoras de favela é complexo, combinado e ampliado, pois ao mesmo tempo em que assumem o conflito na defesa do direito a moradia, também se deparam com outros tipos de violações em um único cenário. Deste modo, uma análise isolada sobre os episódios de remoção em favelas, acarretaria na invisibilização de outros

⁸ A interseccionalidade é um conceito que surge nos debates feministas norte-americanas entre as décadas de 1960 e 1970, originado da reflexão acerca da relação entre diversas formas de discriminação ou desvantagens estruturais como raça, gênero ou classe social. (Pires, 2016, p.92)

⁹ Kimberle Crenshaw Professora de Direito da Universidade da Califórnia e da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, e uma importante pesquisadora e ativista norte-americana nas áreas dos direitos civis, da teoria legal afro-americana e do feminismo. É também responsável pelo desenvolvimento teórico do conceito da interseção das desigualdades de raça e de gênero. O trabalho de Kimberle Crenshaw influenciou fortemente a elaboração da cláusula de igualdade da Constituição da África do Sul. Um dos seus artigos integra o Dossiê da III Conferencia Mundial contra o Racismo (Durban, 2001), publicado pela Revista Estudos Feministas, nº1, 2002, sob a coordenação de Luiza Bairos, da Universidade Católica de Salvador. <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf> Acessado em Março de 2019.

aspectos relevantes da população feminina afetada pelas remoções. Uma visão interseccional se faz necessária para uma maior aproximação da realidade das mulheres cuja situação de opressão resulta não apenas da condição feminina, mas de outras forças socialmente legitimadas.

A necessidade, portanto, de salientar o debate sobre lugar de fala, e a importância do mesmo no reconhecimento da mulher como sujeito político distinto, surge da dimensão interseccional das opressões que atinge as mulheres moradoras de diversas favelas cariocas, que se lançam na resistência pela garantia do direito à moradia.

Uma abordagem feminista universal, não seria justa e suficiente neste debate. De acordo com Ribeiro (2017), nomear as opressões de raça, classe e gênero não é hierarquizar opressões. Pensar em muitos feminismos para a autora é romper com a cisão criada em uma sociedade desigual, logo estamos pensando em projetos e novos marcos civilizatórios para que seja possível construir um novo modelo de sociedade.

Partindo da perspectiva feminista de Djamila Ribeiro (2017), podemos afirmar que o lugar de fala precisa ser discutido a partir da localização dos grupos nas relações de poder. As múltiplas condições que resultam nas desigualdades sociais e hierarquias localizam os grupos subalternizados. E para a autora, não demarcar as experiências desses grupos socialmente localizados repercute na manutenção do lugar silenciado estruturalmente.

Spvak (2014) é uma autora muito importante para se pensar lugar de fala. A professora indiana apresenta o sujeito subalterno, como aquele que não têm voz política ou que tem voz e esta não é ouvida. A autora pensa a categoria do Outro, e aponta para a dificuldade dos intelectuais franceses contemporâneos em pensar esse Outro como sujeito, pois para ela, estes pensariam a constituição do sujeito como exclusivo da Europa. No ponto de vista da autora, os esforços de grandes nomes da intelectualidade francesa como Foucault e Deluze, acabam por enfatizar ainda mais as estruturas de poder existente, proporcionando a manutenção do ocidental como Sujeito e o não-ocidental como o Outro.

Sendo assim, de acordo com Spvak (2014) os grupos subalternos não tem direito a voz, pois estão inseridos no lugar onde suas humanidades são

veementemente negadas e não reconhecidas. Pertencem a categorias daqueles que não importam, e por sua vez, referenciam sua existência no lugar que a autora referencia como lugar silenciado.

O lugar de fala é uma importante ferramenta para a construção de discursos contra hegemônicos, e de superação de silêncios estruturados pelas lógicas de poder coloniais. Nesse ponto, Ribeiro (2017) considera necessário aprofundar a ideia de lugar silenciado defendido por Spivak (2014), na medida em que entende que colocar os grupos subalternos em uma posição onde a superação do silêncio é insuficiente, significa aceitar o confinamento que o reconhecimento do lugar de fala visa combater.

Visando embasar seu alerta, Ribeiro (2017) cita a história de Sojourner Truth para demonstrar que desde muito tempo, as mulheres negras, por exemplo, vêm lutando para terem sua humanidade respeitada, e serem reconhecidas como sujeitos políticos. A filósofa feminista conta que Sojourner Truth¹⁰ nasceu em um cativeiro em Swartekill, em Nova York. Tornou-se abolicionista afro-americana, escritora e ativista dos direitos da mulher. Em decorrência de suas causas, em 1851, participou da Convenção dos Direitos da Mulher, na cidade de Akron, em Ohio, nos EUA, onde apresentou seu discurso mais conhecido denominado *Eu não sou uma mulher?* Vejamos seu discurso;

Muito bem crianças, onde há muita algazarra alguma coisa está fora da ordem. Eu acho que com essa mistura de negros (negroes) do Sul e mulheres do Norte, todo mundo falando sobre direitos, o homem branco vai entrar na linha rapidinho.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum

¹⁰ Sojourner Truth nasceu escrava em Nova Iorque, sob o nome de Isabella Van Wagenen, em 1797, foi tomada livre em 1787, em função da Northwest Ordinance, que aboliu a escravidão nos Territórios do Norte dos Estados Unidos (ao norte do rio Ohio). A escravidão nos Estados Unidos, entretanto, só foi abolida nacionalmente em 1865, após a sangrenta guerra entre os estados do Norte e do Sul, conhecida como Guerra da Secessão. Sojourner viveu alguns anos com uma família Quaker, onde recebeu alguma educação formal. Tornou-se uma pregadora pentecostal, ativa abolicionista e defensora dos direitos das mulheres. Em 1843 mudou seu nome para Sojourner Truth (Peregrina da Verdade). Na ocasião do discurso já era uma pessoa notória e tinha 54 anos. <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>.

poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”). É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, porque você me impediria de completar a minha medida? Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso. Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de conserta-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem. Agradecida a vocês por me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer¹¹.

Suas palavras desafiaram o modo pelo qual as representações do feminino estavam sendo concebidas, e na prática tentava restituir silêncios estruturados, humanidades negadas. De acordo com Ribeiro (2017), o que a voz de Sojourner traz, além de inquietações e necessidade de existir, é evidenciar que as vozes esquecidas já falam há muito tempo. Por isso, o debate sobre lugar de fala e o reconhecimento da mulher como sujeito político distinto não tem haver com uma visão essencialista de que somente a mulher pode falar, por exemplo, sobre desigualdade de gênero. A questão é que quando falamos em direito de fala, de existência digna, e de voz estamos falando do lugar social.

Esse lugar social é imposto e apresenta diversas dificuldades de transcendência. Por isso, que o fato de um grupo específico ocupar a mesma localização social, faz com que eles, compartilhem igualmente das mesmas experiências e condições sociais nas relações de poder, apesar da autora não negar a dimensão individual. Daí, a necessidade de se atribuir a legitimidade das vozes de grupos oprimidos.

¹¹ Esse discurso foi proferido como uma intervenção na Women's Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Em uma reunião de clérigos onde se discutiam os direitos da mulher, Sojourner levantou-se para falar após ouvir de pastores presentes que mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens, porque seriam frágeis, intelectualmente débeis, porque Jesus foi um homem e não uma mulher e porque, por fim, a primeira mulher fora uma pecadora. <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acessado em Março de 2019.

Ribeiro (2017), explica que o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Ao problematizar o conceito de lugar de fala, estamos buscando criar legitimidades para refutar epistemologias tradicionais e consequentemente hierarquias socialmente construídas. Vale ressaltar, que essa ideia não é definida somente pela experiência. Pensar em lugar de fala, é pensar que opressões estruturais impedem que indivíduos de certos grupos, como mulheres periféricas e faveladas, negras e nordestinas tenham direito à legitimidade de sua fala. O que se questiona é a legitimidade que é conferida a quem pertence ao grupo localizado no poder. Ribeiro (2018) destaca que o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas.

Desse modo, o engajamento das mulheres envolvidas na insurgente luta contra a remoção, e o lugar de destaque que são assumidos por elas enquanto sujeitas de luta, evidencia um agenciamento político e a potência do lugar de fala não somente no interior das favelas, mas ocupando espaços diversos e atuando em diferentes escalas institucionais e de poder. Essa realidade pode ser lida como resposta que se opõe às categorias normativas que conformam a identidade feminina, construídas historicamente e culturalmente e que representou para a mulher em grande parte, a renúncia de sua autonomia e individualidade, bem como a sua exclusão e submissão na esfera política.

Existe uma importância em pautarmos como sujeitos grupos localizados socialmente, e suas pautas, que são essenciais para o rompimento da narrativa dominante, e para o questionamento das condições sociais de privilégios. É por isso que pensar a participação das mulheres faveladas na cidade, e a importância do seu lugar de fala, através de suas lutas não se reduz a um recorte. O interesse está na constituição de um modelo de sociedade, capaz de reconhecer que as necessidades humanas são diversas, e que por isso é preciso que cada realidade que demande alterações da ordem cultural pré-estabelecida tenha condições de aparecimento e legitimidade social.

Nessa direção, entendemos que é necessário escutar por parte de quem sempre foi autorizado a falar. São estes, acostumados a não ouvir e que intitulam suas vozes como suficientes, que banalizam as posições das mulheres em suas

resistências cotidianas através de seus lugares de fala. Julgamos interessante perceber que as vozes esquecidas possuem uma posição de relevância na história, e continuam como categorias políticas denunciando seu apagamento, e o não reconhecimento de suas pautas. Compreende-se como urgente, portanto, a importância em evidenciar que grupos específicos de mulheres, historicamente produzem resistências contra o modelo dominante através de uma disputa de narrativa. Gonzales (2014), ao discutir a hierarquização da linguagem e da produção do conhecimento como forma de manutenção do poder, demonstra que essas noções são construções eurocêtricas, ou seja, branca e patriarcal que legitima o lugar de fala de alguns em detrimentos de outros.

Essa reflexão de Lélia Gonzalez nos dá uma pista sobre quem pode falar ou não, quais vozes são legitimadas e quais não são. Sendo assim, falar de remoções a partir das perspectivas das mulheres é descolonizar as experiências políticas, é se ater à identidade social e o lugar de fala para pensar as proposições de luta, para a construção de novos marcos da política urbana na cidade. Na visão de Ribeiro (2017) é desvelar o uso que as instituições fazem das identidades para oprimir ou privilegiar, logo não é uma política reducionista, mas é uma noção que está atenta para o fato que as desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades, e deslegitima suas demandas e vozes, como resultantes de uma estrutura de opressão que preconiza privilégios.

O lugar social gera o lugar de fala, ou seja, a experiência e a condição desigual gera o sentido político das resistências cotidianas. Viver, falar e se mover pela cidade são construções políticas. Por achar que as mulheres não constituem resistência de forma subjetiva, ou seja, em seu cotidiano, que não legitimamos seu lugar de fala na vida pública. Estamos na maioria das vezes, mais interessados em saber o porquê de tantas mulheres resistindo contra as remoções, do que dispostos a ouvir e problematizar o que elas querem construir e aonde querem chegar.

A questão proposta não é anular esses fatores como impulsionadores da resistência às remoções, o interesse é constituir um olhar onde a participação da mulher na resistência contra as remoções, não dependa exclusivamente de sua afirmação como mãe, esposa, e dona de casa para obter legitimidade social em sua narrativa de luta pelo direito à cidade. Afinal, como mencionamos anteriormente, o

lugar de fala não é definido exclusivamente pela experiência, tão pouco, pelos papéis sociais construídos em torno de uma ideia de inferiorização e delimitação do feminino.

É urgente questionarmos, sobre qual será o discurso de legitimidade de luta por direitos de homens brancos e mulheres brancas? Sobre quais aspectos os mesmos se afirmam? Essas indagações refletem a condição de subalternidade em que as mulheres moradoras de favelas cariocas, em sua maioria negras, nordestinas e pobres enfrentam diante da necessidade se afirmar em um papel convencionado como normativo para ter o direito a ter direito de ter sua voz ouvida, e o seu lugar de fala reconhecido.

Consideramos, no entanto, que a resistência dessas mulheres não depende de uma estrutura normativa de poder em particular para a sua legitimação. Na perspectiva de Butler (2018), a resistência passa a existir quando é exercida por aqueles que agem unidos em aliança, àqueles que são excluídos, ou considerados irreais pelos que buscam monopolizar a realidade, e definir a esfera de participação por meio da exclusão de grupos específicos.

As formas existentes de legitimidade política buscam negar a essas mulheres, a importância de suas resistências. Por isso o desafio de defender a hipótese do lugar de fala, significa dizer que as mulheres envolvidas nos processos de resistências as remoções de favelas, lutam ao mesmo tempo pelo direito de ser quem são a partir de suas próprias vidas e trajetórias pessoais ora na rua, na praça, e avenida, ora em casa, com a família, e consigo mesmas.

No próximo capítulo iremos apresentar algumas considerações sobre como a cidade revela que tanto a vida privada como a vida pública, são construções políticas em torno da participação da mulher. Uma vez que, a capacidade de falar de seus problemas cotidianos, tendo a rua como extensão da sua casa, permitiu a ampliação da participação da mulher nos problemas de infraestrutura urbana, gerando mais força para as mobilizações urbanas ao longo da história.

2.3

A cidade como espaço de construção de identidade política para as mulheres

Para Silva e Carmen (2010), é no processo das lutas sociais que se formulam uma situação como problemática, passíveis de denúncia e, portanto, reconhecida como não natural, digna de ser alterada e modificada socialmente. Para as autoras, é algo produzido pelas relações sociais, provocadas por posicionamentos políticos críticos, e/ou sentimento de indignação contra injustiças. Nesse sentido, é possível conceber que as lutas sociais possibilitam o aparecimento de um problema que não é visto pela maioria, e que os processos políticos de luta e resistência são construídos coletivamente.

Ainda segundo as referidas autoras, há mulheres em todos os movimentos sociais, mas nem todos os movimentos sociais pautam suas lutas fazendo uso da demanda identitária, e das condições de desigualdade e opressão das mulheres. Por isto, tende-se a considerar o feminismo como parte do movimento de mulheres, mas não como sendo a mesma coisa. *São feministas aquelas mulheres e organizações que se definam assim.* (Silva, Carmem, 2010, p.16).

Existe, nessa direção, um debate importante e recorrente a respeito da relação entre feminismo e movimento de mulheres. Silva e Carmen (2010) explicam que, na análise das lutas sociais, estes dois espaços são distintos, porém afirmam que existe um processo dentro do próprio feminismo, que o busca reconhecer como um movimento criado, conduzido e sustentado por mulheres. Buscam dessa forma postular, que o movimento de mulheres faz o feminismo, ao mesmo tempo em que é construído por ele, mesmo que algumas organizações do movimento de mulheres não se definem como parte do movimento feminista.

Consideramos essa discussão necessária, pois, apesar de termos explorado a perspectiva do Feminismo Decolonial, para compreensão da dimensão estrutural e histórica, que fortalecem e continuam criando bases de legitimidade das desigualdades das mulheres em grande parte de países periféricos (em função da herança colonial e dos efeitos contínuos para uma determinada classe), cabe dizer que muitas mulheres, envolvidas em movimentos sociais de dimensão nacional, não reivindicaram para si a identidade feminista em suas lutas.

O interesse em questão não está em apresentar um aprofundamento das dualidades presentes nas diversas análises das diferenças, entre movimento de mulheres e feminismo. Buscamos, na verdade, não tornar certas experiências de luta

feminina, desconexa dos principais fatores responsáveis pela constituição de algumas lutas sociais urbanas protagonizadas por mulheres. Como exemplo, essa condição pode ser observada em grande parte da atuação dos movimentos de mulheres nas favelas cariocas pelo direito à moradia ao longo da história.

O estigma criado em torno da favela, que a reconhece como ameaça política, à beleza, à saúde, à ordem pública e a segurança vem justificando até o tempo presente o crescimento da necessidade da luta organizada dos moradores. Bittencourt (2012) destaca que existem registros, já em 1930, que mostram a formação de comissões de moradores no Rio de Janeiro, envolvidos na defesa de suas moradias, contra a erradicação por parte do Estado, bem como contra a exploração frequente advinda das práticas dos grileiros.

A autora cita, por exemplo, a demanda dos moradores do morro São Carlos, de 1933, ao Jornal Diário de Notícias, com o objetivo de apresentar suas versões sobre a propriedade do morro. Já em 1934, a autora relata que os moradores do morro Santo Antônio, enviaram um abaixo assinado encaminhado a Getúlio Vargas, com o seguinte título “Permanência em nossos lares” e, em 1936, existem registros, segundo a autora, que evidencia a mobilização dos moradores do Morro da Mangueira: organizados em comissão, enviaram um telegrama ao Palácio do Catete para relatar a continuidade das ações dos grileiros que disputavam o terreno da favela (Bittencourt, 2012).

De acordo com Gonçalves e Amoroso (2012), a mobilização política no interior das favelas é tão antiga, quanto às próprias favelas. Gonçalves (2012) indica que no final do século XX, moradores do Morro Santo Antônio já se articulavam coletivamente para fazer valer seus interesses. Segundo o autor, suas mobilizações sempre estiveram profundamente associadas com o espaço que moravam em uma perspectiva de garantir os benefícios que a localização privilegiada das favelas proporcionava.

Pinheiro (2007) evidencia, por sua vez, a constância da luta nas favelas com o exemplo dos comitês populares democráticos, que apareceram como forma de organização da classe trabalhadora, em torno da liderança do Partido Comunista Brasileiro a partir de 1945. Estas organizações ocuparam diversas posições em praticamente todas as regiões, como no Centro da cidade, Zona Portuária,

Jacarepaguá e até o chamado “sertão carioca” na longínqua região de Santa Cruz. De acordo com pesquisas realizadas pelo autor (Pinheiro, op.cit.), em acervos estaduais e nacionais, favelas como Vila Vintém, Parque Arará, Morro de Santo Antônio, Morro dos Prazeres, Santa Tereza e alguns morros da região da Tijuca construíram uma história de lutas através dos comitês populares democráticos.

Essas estruturas de acordo com Gonçalves (2012) se manifestavam de forma institucionalizada, e possibilitava articulações necessárias para obtenção de melhorias locais. Muitos dos problemas vivenciados pela população dos morros também eram explicitados pelos comitês nos jornais da época, como a coluna “Vida dos Comitês Populares”, que saía no jornal Tribuna Popular. Como o exemplo do testemunho de Antônio de Souza Filho, 45 anos, morador da Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana.

Todo dia a gente vê, daqui, construção de novos edifícios de apartamentos em Copacabana. E o povo fica sem casa para morar. O nosso problema é igual ao de muita gente aqui no morro. Muitas famílias estão como nós, com ameaça de despejo (Tribuna Popular, 02/08/1946)¹².

Junto com os Comitês Populares Democráticos, começaram a surgir às primeiras Uniões Femininas em bairros de classe média e em áreas populares. De acordo com Coelho (1996), a formação das Uniões Femininas possibilitou a construção de uma identidade política para as mulheres, e isso incluiu ao cenário de lutas por direitos, tópicos inerentes ao cotidiano da mulher, expandindo, por sua vez, uma cultura de politização feminina. As Uniões Femininas se constituíram em vários bairros da cidade, como, Engenho de Dentro, Madureira, Jacarepaguá, Cascadura, Rocha, Méier, Marechal Hermes, Parada de Lucas, Penha, Cordovil, Pedro Ernesto, Ramos, Irajá, Vila da Penha, Tijuca, Vila Isabel, Andaraí, Gávea, Copacabana, Botafogo, Flamengo, Catete, Glória, Centro, Santa Teresa e etc., tendo como foco principal a luta por melhorias em torno das necessidades de cada região que moravam, conforme evidencia Coelho (1996).

¹² <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/tribuna-popular/154547>.
Acesso em Abril/2019.

Acessado em

O autor destaca que essa capacidade de falar de seus problemas cotidianos, tendo a rua como extensão da sua casa, permitiu a ampliação da participação da mulher nos problemas de infraestrutura urbana, o que gerou mais força para as mobilizações urbanas. Podemos, assim, afirmar, que tanto a vida privada como a vida pública, são construções políticas em torno da participação da mulher.

Em entrevista a Lourdes Guedes,¹³ presidente da União Feminina da Vila da Penha, faz a seguinte declaração a respeito da representatividade dessas estruturas de mobilização popular;

(...) equivale hoje as associações de moradores porque elas cuidavam dos problemas reivindicatórios, por melhores condições de vida, problema de buraco na rua, asfaltamento, de obras ...e ainda cursos de alfabetização, tinha creche, tinha escolinha para a criança, jardim de infância ... e se vendia também, arroz, feijão, banha, tecido. Eu mesma grávida, já em estado adiantado da gravidez, ia para o cais do porto pegar a mercadoria para os associados que estavam esperando – eram mil e tantas, já viu. Vê bem! E chegava, a gente metia o pé de cabra nos caixotes, abria, já ia pensando e depois vendendo (...)” (COELHO, 1996, p. 109).

Relatos, como este, demonstram a importância de se reconhecer o legado dessas estruturas de mobilização política como instrumentos de garantia de direitos, bem como perceber que as Associações de Moradores, que existem atualmente expressam a perpetuação e renovação das formas de mobilização nos bairros e nas favelas. A participação das mulheres foi intensa na luta, tornando a atuação das Uniões Femininas um movimento reconhecido nacionalmente, que existiu até novembro de 1956. Conforme destaca Coelho (1996), Juscelino Kubitschek, com intuito de fechar estruturas que se organizavam em oposição ao governo, decreta o fechamento de algumas associações populares, dentre elas as Uniões Femininas.

É possível reconhecer, que existe um legado em relação à atuação das Uniões Femininas para os dias atuais, que fortaleceu e estimulou a cultura da politização feminina em torno da realidade da luta urbana.

A possibilidade de refletir a participação da mulher nas Uniões Femininas a partir de um lugar central, e a representatividade dessa luta em um contexto tão

¹³ Entrevista com Lourdes Guedes, presidente da União Feminina da Vila da Penha e ex- militante do Partido Comunista do Brasil na década de 50. Entrevistada por Franklin Coelho e Silzane de Almeida Cameiro em nove de setembro de 1987. (COELHO: 1996, p. 109).

antagônico, que foi o período de democratização após o Estado Novo, nos leva a pensar no cenário atual de luta por moradia no Rio de Janeiro, em um contexto de radicalização profunda da transformação da cidade em mercadoria, e os desdobramentos dessa concepção em especial para as favelas. Podemos considerar que o contexto atual de luta por moradia, onde as mulheres exercem centralidade, se configura como uma perpetuação desse processo de mobilização política nas favelas cariocas, através de novas estruturas políticas de resistência feminina.

No próximo capítulo, apresentaremos alguns referenciais teóricos indispensáveis para a constituição do debate sobre as formas dominantes de produção da cidade, bem como sobre os processos que estruturam a formação histórica das desigualdades urbanas, por meio de um conjunto de transformações na cidade sob o direcionamento do planejamento neoliberal.

3

Direito à cidade: Projetos em disputa

Iniciamos esse capítulo com a seguinte indagação. Afinal, sob qual perspectiva o direito à cidade, no contexto da cidade mercadoria, é pautado no planejamento urbano para as populações moradoras das favelas? Lefebvre (2001) escreve que forças muito poderosas tendem a destruir a cidade e que um certo urbanismo, à nossa frente, projeta para a realidade a ideologia de uma prática que visa à morte da cidade. Ainda que essa fala expresse uma semântica visceral, é possível perceber, em síntese, que o autor nos chama atenção para um projeto de cidade específico, que vem demandando, por sua vez, uma disputa por parte daqueles que reivindicam a cidade como direito e não como mercadoria.

Maricato (2014) destaca que forças político-ideológica tomam o comando desse processo de ideário urbanístico. A concepção de banalização e de naturalidade das desigualdades sociais é aprofundada, uma vez que no campo ideológico, o neoliberalismo demanda um aparato conceitual capaz de mobilizar sensações, instintos, valores e desejos coletivos. A cidade, como parte fundamental nesse processo de acumulação, se coloca como espaço de renovação, combinando perfeitamente com o ideário neoliberal, que na verdade pressupõe uma cidade subordinada às exigências do processo de acumulação capitalista.

O que está em curso na sociedade brasileira, segundo Raichelis (2006), é o esvaziamento da própria noção de direitos, que se traduz pelo “encolhimento do horizonte de legitimidade dos direitos”, no cenário de uma perversa trama que transforma direito em privilégio em nome de uma suposta modernização da economia. O tipo de cidade que queremos preconiza o exercício do direito, sob a lógica do cotidiano das pessoas, seus próprios valores estéticos, suas próprias saídas, e a relação estabelecida com o espaço. O direito à cidade é, portanto, considerado por Harvey (2014), não somente o direito de acesso individual ou coletivo aos recursos que a cidade incorpora, é, também, o direito de mudar e reinventar a cidade, de acordo com lógicas próprias caracterizadas pelas respostas que são oferecidas às necessidades postas na vida, por um sistema

que combina múltiplas desigualdades no âmbito econômico, cultural, e social. Trata-se, assim, de repensar a vida urbana transformada e renovada a partir de novas configurações.

Como afirmação da cidade como campo de disputa, Lefebvre (2001) aponta o sentido político da segregação como uma estratégia de classe. Destacando o recorte de classe em sua análise, o autor coloca que, para o operariado, atingido pela segregação de forma intencional, expulsos da cidade tradicional, e privados da vida urbana atual ou possível, apresenta-se um problema prático, portanto político.

Pires (2016), ao reconhecer o direito à cidade como direito humano, apresenta como referência alguns documentos internacionais, que versam sobre a proteção, garantia e efetividade do direito à moradia para os Estados membros das Nações Unidas. A autora menciona que trinta anos após a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁴, em 1978, a ONU-HABITAT¹⁵ é estabelecida para tratar especificamente sobre as questões referente à urbanização e moradia. Já em 1977, com a revitalização da ONU-HABITAT, seu campo de atuação foi ampliado a partir da consolidação da Agenda Habitat¹⁶, e a Declaração do Milênio¹⁷. Segundo a autora, esse momento redirecionou o debate da agenda nas Nações Unidas no que concerne ao direito à moradia, para elementos como a promoção do desenvolvimento social, sustentabilidade ambiental dos assentamentos e a concretização de moradia adequada para todos.

Um dos documentos considerados de maior importância, destacado por Pires (2016), é o Comentário Geral¹⁸ do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e

¹⁴ http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acessado em Abril/2019.

¹⁵ O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT) se estabeleceu em 1978, como resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I), que aconteceu em Vancouver, Canadá, em 1976. <https://nacoesunidas.org/agencia/onuhabitat/>. Acessado em Abril/2019.

¹⁶ Documento lançado pela ONU habitat para promover a moradia adequada a todos. Nele estão descritos os princípios, os compromissos e o plano de ação global para a promoção da moradia adequada pelos países membros.

¹⁷ A Declaração do Milênio é um documento lançado na Cúpula do Milênio, evento promovido pela Onu em setembro de 2000, na cidade de Nova York, no qual os 191 líderes dos Estados membros nas Nações Unidas, assumiram o compromisso de eliminar a fome e a pobreza extrema de todo o planeta até o ano de 2015, assinando a declaração. <https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>. Acessado em Abril/2019

¹⁸ Comentário Geral nº 4 e 7 do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. <http://acnudh.org/wp-content/uploads/2011/06/Compilation-of-HR-instruments-and-general-comments-2009-PDHJTimor-Leste-portugues.pdf>. Acessado em Abril/2019

Culturais, onde a condição de moradia adequada inclui uma série de outros direitos que estão presentes no conceito de dignidade da pessoa humana.

Em outra versão mais recente deste documento, as remoções são reconhecidas como problemas graves, bem como é apresentando uma posição contrária à destruição ou demolição arbitrária das casas. Busca-se garantir o direito de ser livre das possíveis interferências nos lares, da privacidade em família, o direito de escolher a própria residência, de determinar onde se vive e da liberdade de ir e vir, e, portanto, definida como;

Despejo forçado consiste na remoção permanente ou temporária, contra a vontade dos indivíduos, famílias em comunidades e/ou terras ocupadas sem a provisão e o acesso a formas adequadas de proteção jurídica ou outra. (Comentário Geral nº7, p.2)

No entanto, o mesmo documento tipifica condições em que as remoções devem ser realizadas, como em casos de conflitos armados internacionais, conflitos internos e violência popular e étnica, ou em nome do desenvolvimento econômico. O tratado não só considera o desenvolvimento econômico como justificativa para as remoções, como exemplifica os contextos que apontam para esse desenvolvimento.

As expulsões podem ser realizadas em conexão com conflitos sobre direitos de terra, projetos de desenvolvimento e infraestrutura, com a construção de barragens e outros projetos de energia em larga escala, a aquisição de terras associadas à renovação urbana, renovação habitacional, programas de embelezamento da cidade, a limpeza da terra para fins agrícolas, especulação desenfreada na terra, ou a realização de grandes eventos esportivos como os Jogos Olímpicos (Comentário Geral nº7, p.2).

Diante das contradições expostas, é percebido que o intuito de problematizar o debate sobre direito à cidade e moradia, sob a ótica do desenvolvimento econômico, se torna uma tarefa mais complexa do que se apresenta. A utilização de referências comuns podem ser ressignificadas e assim assumem papéis diversos em projetos políticos e ideológicos distintos. Nessas disputas, os deslizamentos semânticos, ou seja, os deslocamentos de sentido são as armas principais.

O conceito de moradia adequada, estabelecido pela Organização das Nações Unidas, desaparece nesse modelo de cidade que refletimos até aqui. E as grandes tensões e contradições, nos espaços da vida cotidiana em torno do direito à cidade, têm revelado uma questão, que é colocada como central nessa discussão e corresponde ao lugar da mulher nesse contexto. Existe uma relação antagônica de poder, que é desigual entre dois grupos constituídos socialmente e isso se manifesta na relação da mulher com a cidade e suas configurações de disputa entre o direito e o mercado, tornando invisíveis suas experiências, práticas e interesses. A perspectiva das mulheres na luta amplia o campo de luta pelo direito a cidade e aponta para a necessidade de construção de bases mais democráticas e menos hierárquicas de organização política. Essa questão se apresenta como discussão fundamental, para que possamos confrontar a própria noção de direito a cidade, e de questionamento sobre o que é de fato, direito à cidade para as mulheres.

O Rio de Janeiro em especial, possui marcos de transformações históricas, que evidenciam em sua concepção diversas disputas entre os poderes hegemônicos, em torno da constituição e consolidação das favelas no tecido urbano. Esse processo histórico não deve ser ignorado, pois demonstra o enquadramento político de controle e subordinação aos interesses do capital, que estes espaços vêm sendo submetidos desde sua origem. Somente por meio da história, podemos entender os enclaves políticos nas favelas cariocas, que até os dias atuais giram em torno, da tolerância oportunista, e a remoção.

3.1

Considerações sobre o processo de remoção das favelas cariocas e seus repertórios

A história das favelas, especificamente no Rio de Janeiro, tem se pautado pela permanente tensão entre duas forças sociais. Burgos (2012) vêm dizer que, de um lado, existe um movimento voltado para a expulsão dos pobres através das remoções como frente privilegiada de ação da política urbana na cidade e, por outro lado, a resistência dos moradores de favela, ao longo do tempo, diante das recorrentes ameaças de remoção. Esses processos de resistência demonstram que o

espaço, como reprodutor das relações sociais, também é o lugar da contestação. São percepções individuais, que vão se tornando expressões coletivas pautadas pelo caminho da luta e resistência ao longo da história nesses espaços.

Faz-se necessário apresentar neste primeiro momento, algumas considerações sobre o aparecimento das favelas na cidade do Rio de Janeiro antes de adentrarmos especificamente no contexto das remoções, não como uma reprodução sistêmica e cronológica, mas como uma possibilidade de repensar o momento atual das favelas na cidade e da política urbana, para assim compreendermos que o passado gera repercussões concretas para a atualidade. Como salienta Forti (2013), todo contexto histórico é uma produção humana, e se desvincular dela, na tentativa de refletir sobre algum assunto, é correr o risco de minimizar as expressões da história ao conceito fatídico do acaso, da coincidência e do fatalismo. Ao contrário disso, a história é constituída por processos complexos articulados a inúmeros fatores, ligados essencialmente à base econômica que se expressa através das relações de produção e forças produtivas presentes no tempo.

Gonçalves (2013) lembra em importante passagem de seu estudo sobre as favelas na perspectiva da história e do direito, que o termo favela provém da Guerra dos Canudos (1986-1897). Nessa região do sertão do Estado da Bahia, existia um morro conhecido como Favella, por ser coberto por um tipo de planta que se chamava “favella”, sendo esta planta bastante conhecida nas regiões Nordeste e Sudeste do país. Com a permissão do Exército, os soldados que retornavam da guerra de Canudos foram para o Morro da Providência, e em decorrência desta campanha militar que o morro passou a ser conhecido como o Morro da Favella e somente na segunda década do século XX, esse termo passou a ser considerado como definição para todas as habitações precárias do mesmo tipo na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, o referido autor destaca que o Morro da Favella, já estava ocupado quando os soldados voltaram de Canudos em 1897, e que outros morros, como o de Santo Antônio, foram ocupados certamente antes desse período. Gonçalves (2013) destaca que;

Um telegrama enviado no dia 13 de abril de 1897 por um agente municipal ao diretor – geral de Obras e Viações, demonstra através do documento que o Morro de Santo Antônio estava ocupado pelo menos desde 1893. Os

barracos foram construídos por ocasião da revolta armada (GONÇALVES, 2013, p.45)

Ocupações provavelmente autorizadas pelos poderes públicos, como por exemplo, Quinta do Caju, da Mangueira, e de Serra Morena existiam desde 1881, habitadas em grande parte por imigrantes europeus (Gonçalves, 2013). Porém, o Morro da Favela, também conhecido como Morro da Providência, ganhou um tom simbólico na história das favelas cariocas. Valladares (2005) esclarece que vários estereótipos foram ligados às favelas por causa do mito de Canudos em função do sucesso da obra *Os sertões*, do Escritor Euclides da Cunha, e constata que a dualidade sertão/litoral explorada na obra, influenciou a construção de uma oposição entre favela e cidade, onde as características centrais, que ganharam notoriedade foram postuladas socialmente através de uma conotação estigmatizadora das favelas, como um conjunto de casas precárias que, abrigando marginais da sociedade, se erguem contra a civilização, Estado, a propriedade e a lei. Noções estas, que permanecem nos dias atuais, e que legitimam violações de toda natureza, oriundas das imposições coloniais em nossa sociedade.

Essa lógica dual estabeleceu ao mesmo tempo uma designação sobre um tipo de morar na cidade, bem como, designou o espaço urbano das classes pobres. Brum (2018) afirma que outros locais, que possuísem as mesmas características do Morro da Favela, foram sendo considerados como novos “morros da favela”, fomentando desta maneira variados estigmas. A legislação urbana da época já se interessava pelas construções precárias nos morros, antes mesmo das ações políticas mais severas contra os cortiços. O discurso político, que criticava a expansão de construções precárias nos morros, já era uma máxima constante entre as autoridades públicas desde a metade do século XIX.(Gonçalves, 2013). O autor cita ainda, que em 1897, o governo municipal, por exemplo, já se esforçava para erradicar os barracos do Morro Santo Antônio. Em resposta, os moradores conseguiram o apoio dos oficiais do Exército e solicitaram a intervenção do prefeito.

É neste sentido que Abreu (1984) considera que a expansão das primeiras favelas se tornou possível diante da natureza precária e provisória das construções, e devido à tolerância do Exército. Essa tolerância se explica, segundo o autor, pelo interesse do Exército em exercer controle rigoroso sobre seus soldados, uma vez

que os cortiços eram considerados focos de epidemia, e de todo problema social. Já os morros, em um primeiro momento se tornaram uma solução possível, ainda que temporária para a falta de moradia. Correspondia, portanto, conforme aponta Gonçalves (2013), uma substancial concessão social que favorecia as camadas populares.

É possível identificar uma dicotomia presente no processo de expansão das favelas, ora como problema ora como solução. Brum (2018) assinala que em meados do século XX, tanto na imprensa como entre as autoridades, dizia-se que a favela era uma solução para o morador é um problema para a cidade. Para o autor, a realidade é que a favela foi uma solução para todos. Aos moradores, permitia uma moradia próxima ao mercado de trabalho e a uma mínima infraestrutura de comércio. Caso as favelas não garantissem esse enorme contingente de mão de obra próximo ao mercado de trabalho, os custos de habitação e de transporte público teriam que ser incorporados ao cálculo dos salários, e sabemos que dada à precariedade das relações de trabalho que acompanham as populações pobres, o mercado iria encontrar uma maneira de garantir a manutenção de suas receitas, por meio da sustentação das bases de exploração do trabalhador.

No entanto, o que não se pode negar que um dos fatores importantes sobre o surgimento das favelas está intimamente associado à política higienista contra os cortiços, ao ponto que Vaz (1988) afirma que as primeiras ocupações de morros são formas embrionárias de favelas que guardavam grande semelhança com os cortiços. Abreu (1984), ao buscar explicitar essa determinação, comenta que um dos proprietários do cortiço Cabeça de Porco possuía terrenos no Morro da Favella, e que alugou esses terrenos à habitantes expulsos do cortiço em 1893, e que inclusive o próprio prefeito Barata Ribeiro, havia autorizado os habitantes a utilizarem os restos da demolição do cortiço, permitindo que alguns dentre eles se instalassem no morro, construindo seus próprios barracos com esses materiais.

De todas essas perspectivas que vão se complementando, percebemos que muitas são as contribuições teóricas sobre o desenvolvimento de favelas a partir de diversos acontecimentos ao longo da história, sejam eles guerras, antigos quilombos

periurbanos¹⁹, destruições dos cortiços, processo de industrialização na cidade, entre outros. No entanto, a afirmação de Gonçalves (2013) condensa o entendimento de que *“É extremamente difícil determinar o momento em que surgiram as primeiras favelas.”* (GONÇALVES, 2013, p.44).

Independente dos determinantes históricos, e dos estereótipos atribuídos a ela, Brum (2018), explica que em fins da década de 1920 a favela, como modo de habitar na cidade, já estava consolidada na capital da República. Nesse sentido, as lacunas que podem existir no processo de apreensão sobre a formação das favelas, não nos impede de perceber que a consolidação das favelas na cidade se estrutura, por meio das ações das pessoas, como respostas, possibilidades e alternativas de acessar direitos.

Desse modo é possível afirmar que;

A favela surge da necessidade de onde e de como morar. Se não é possível comprar casa pronta, nem terreno e autoconstruir, tem-se que buscar uma solução. Para alguns essa solução é a favela. A favela é produto da conjugação de vários processos, da expropriação dos pequenos proprietários rurais e da superexploração da força de trabalho no campo, que conduz a sucessivas migrações rural-urbana e também urbana-urbana, principalmente de pequenas e médias para as grandes cidades (BITTENCOURT, 2012, p.8).

Para Magalhães (2013), não seria possível definir a “favela” em termos substantivos, pois, como assunto, ela varia muito ao longo do tempo. Nesse sentido, as remoções de favelas se enquadram como uma ação que demanda compreender também as variações presentes no tempo, os contextos específicos que oferecem condições e possibilidades que favorecem e autorizam intervenções como estas. O autor defende que os processos de remoção ao longo da história possui um repertório a ser constituído sobre as favelas.

A dicotomia presente em torno da consolidação do Morro da Favela por exemplo, não foi suficiente desestabilizar a noção da favela como indesejável no contexto urbano. No entanto, Brum (2018) aponta que, embora já houvesse despejos periódicos dos moradores do Morro da Favela, somente em 1937 o “projeto de acabar com as favelas” ganhou mais força e notoriedade. O autor

¹⁹ Gonçalves (2013), referenciado pelo autor Andreilino Campos (2004), destaca uma teoria que relacionava o desenvolvimento de certas favelas, a partir da estrutura de antigos quilombos periurbanos, que se disseminariam em torno da capital durante a segunda metade do século XIX.

evidencia que sob a forma do Decreto 6.000, o Código de Obras do Distrito Federal²⁰ dedicou bastante importância ao tema das remoções. Em seu artigo 349, é possível identificar a expressa proibição das favelas, em parágrafos claros e diretos, que afirmavam ser proibidos, por exemplo, conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições do decreto.

A determinação, portanto, compreendia que todo o escopo de expansão das favelas, era passível de eliminação, uma vez que a legislação previa a proibição de reformas nas moradias das favelas existentes, bem como, a demolição de qualquer nova construção que existisse. O Código de Obras inaugurava uma prática que seguiria por décadas, tratando a favela como problema e a pensando na perspectiva dos efeitos, e não das causas. (BRUM, 2018, p. 112). Postulando desta maneira, as mesmas referências acionadas atualmente em dispositivos legais e governamentais.

As políticas voltadas para as favelas passaram a constar nas agendas de todos os governos, a partir do Estado Novo. Essa questão se deu, devido ao peso que o “problema favela” ganhou pela intensa e crescente urbanização do Brasil nessa época, fruto da industrialização acelerada a partir das décadas de 1930 e 1940. De acordo com Gonçalves (2013), muitas medidas e vários órgãos voltados para a discussão das favelas foram criados em um curto intervalo de tempo entre 1946 até 1960, período onde a política urbana foi profundamente alterada.

Nesse contexto, já após o golpe militar, foram criados o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), a partir dos quais seria inaugurada uma nova intervenção estatal, que deliberaria um volume considerável de recursos. Isso permitiu a realização de grandes investimentos na área da habitação popular, além da instauração da política de erradicação das favelas de forma expressiva. Magalhães (2013) aponta que é a partir desse momento que podemos perceber;

As disputas que ocorriam em torno do “problema favela”, o tipo de intervenção estatal baseada na erradicação, fazendo pender o pêndulo do debate que girava em torno do assunto favela a favor do tipo de intervenção marcada pela prática remocionista (MAGALHÃES, 2013, p. 56).

²⁰ Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/codigo-de-obras-de-1937>. Acessado em abril de 2019.

As remoções se centravam na valorizada Zona Sul, com a transferência dos favelados para terrenos vazios da periferia. Neste momento, os sujeitos afetados nesse processo tiveram mudanças drásticas no que diz respeito à relação até então estabelecida com o Estado. Brum (2013) analisa a remoção como ameaça sempre presente na vida dos moradores de favelas. É executada com força total de forma que os favelados tiveram reduzidas as possibilidades de contraporem os interesses envolvidos na erradicação das favelas, o que não significa dizer que não houve luta e resistência.

Considerava-se a necessidade de se reordenar a cidade, de fatores indesejados, porém inevitável diante da intensa e rápida urbanização vivida pelo Brasil. De acordo com Brum (2018), estávamos, enquanto cidade, vivendo o mesmo processo ocorrido nos países centrais, como Estados Unidos e Europa, e por isso seria necessário recorrer às mesmas medidas adotadas, as ditas intervenções urbanas. O projeto modernizador na perspectiva continental colocou como central a questão da habitação e das formas de moradia. Por isso, visando um pretenso progresso, foram destinadas verbas para a construção de conjuntos habitacionais, localizados nas periferias norte e oeste do Rio de Janeiro.

Nesse momento é que se deu a extinção total de várias favelas como Pasmado e Esqueleto, acarretando no início de uma política sistemática de remoção de favelas que influenciariam o Estado nos níveis estadual e federal pelos anos seguintes.

Com a instauração da Ditadura Civil – Militar, a partir de abril/1964, a intenção de eliminar em definitivo as favelas da paisagem urbana ganhou prioridade como nunca antes. Gonçalves (2013) afirma que em vez de candidatos, as favelas nesse momento passaram a ser invadidas por funcionários, encarregados de organizar as operações de remoção. Ou seja, o antigo esquema clientelista fora finalmente quebrado, ainda que tais práticas na verdade só foram deslocadas para a esfera administrava. Porém, sem os resultados esperados em relação aos conjuntos habitacionais, e com forte resistência dos moradores de favela, ainda havia alguma possibilidade para a criação de condições de organização para garantir que as remoções fossem interrompidas. Brum (2018) destaca, como exemplo desse período, os casos das favelas da Praia do Pinto e Catacumba.

Para as autoridades e certos setores da sociedade, as favelas continuavam a ser reconhecidas como infestações que cresciam sem controle, e que clamava por uma solução urgente. O período de maior guinada nos processos de remoção ocorreu em 1969, conforme explicita Brum (2018). O autor esclarece que as remoções nesse período foram inspiradas na experiência do período do governo Lacerda, porém, mais sintetizadas, em função das condições ditatoriais na administração pública. Para garantir o sucesso da política de remoções nesse período, os poderes públicos multiplicaram medidas autoritárias, ao mesmo tempo em que sustentavam algumas práticas clientelistas, como, por exemplo, a cooptação de pessoas tidas como influentes, através de ofertas de empregos públicos entre outros “benefícios”.

No entanto, como afirma Gonçalves (2013), a política de remoção colocada em prática nesse contexto não precisava criar justificativas normativas para suprimir as favelas. Segundo o autor, sempre existiram possibilidades legais de erradicar as favelas a qualquer momento, e os poderes públicos se repousavam justamente na manutenção das tensões sociais, esquivando-se de reconhecê-las oficialmente. O autor considera que ancorados em preceitos liberais e patrimonialistas a legislação civilista brasileira se apoiava em três textos;

O artigo 349 do Código de Obras de 1937, que determinava que a Municipalidade deveria erradicar as favelas e construir, em substituição, habitações de tipo mínimo; o artigo 6º da Lei das Favelas (Lei nº 2.875, de 19 de setembro de 1956), que aceitava os reassentamentos, desde que houvessem sido construídas habitações populares para os favelados e finalmente, o artigo 66 da Constituição do estado da Guanabara, que preconizava a criação de bairros operários isentos de impostos, com vistas a erradicar as favelas consideradas irrecuperáveis (GONÇALVES, 2013, p. 232).

Essa condição fortaleceu as iniciativas públicas a favor da remoção. O período de maior remoção foi justamente durante o período mais autoritário do regime militar, entre 1968 e 1975. Nesse momento, as remoções assumiram grande centralidade e procuravam liberar valiosos terrenos da Zona Sul, assim como provocava forte valorização do conjunto de terrenos desta zona na cidade. No entanto, o interesse especulativo era sempre velado.

Na virada da década de 1970 para 1980, a redemocratização afastou as ações em grande proporção de erradicação das favelas, sendo algo mais esporádico no cenário da cidade. De acordo com Magalhães (2013), esse período produziu um novo enquadramento para o debate, e os referenciais de sentido que motivaram a ação estatal nas favelas, foram ajustados e em partes alterados. Para o autor, o contexto contemporâneo de remoção de favelas sofreu reatualizações e redefinições importantes.

As ações estatais no período político anterior marcado pela repressão trataram, como inadequado aos propósitos do regime, discutir a questão da urbanização. Portanto, Magalhães (2013) explicita que embora a problemática em torno das favelas permanecesse a mesma, houve nessa configuração o interesse de criar uma nova representação sobre as ações governamentais para as favelas no período da redemocratização. O debate público dos anos 1980, visando uma ruptura radical com a Ditadura, optou pela perspectiva da urbanização para pensar o “problema favela”, reconfigurando o termo remoção. Nestes termos, a mudança semântica baseava-se na necessidade de equalizar e equilibrar o espaço urbano, para oferecer melhores condições de vida aos moradores que estivessem habitando em áreas consideradas classificadas como impróprias. No entanto, Magalhães (2013) esclarece, que mesmo com o interesse do Estado em se distanciar de termos e representações tidas como autoritárias, de forma objetiva, a remoção persistia em algumas intervenções, porém de forma residual.

Brum (2018) chamou essa fase de fantasma discreto, mas não eliminado. Uma vez que a cada problema na cidade, cuja responsabilidade permanece atribuída às favelas, como, por exemplo, episódios de violência, o debate político em torno da remoção foi e continua sendo reacendido, com base em variadas conveniências de cada contexto político.

As favelas cariocas carregam em seu processo de formação e consolidação uma trajetória que atravessou e continuam atravessando diversas conjunturas econômicas, ideológicas e políticas. Seja pelo longo caminho de luta empreendido pelos moradores, seja pela própria especificidade de seu crescimento que a política de urbanização não conseguiu interromper em função de uma série de fatores. Magalhães (2013) considera que as favelas é uma forma urbana entre outras, que

continua sendo percebida como insuficiente diante do que convencionou como padrão urbanístico e racionalmente funcional.

Por este motivo, atores individuais e coletivos na cidade permanecem se articulando na direção da reatualização da remoção por meio de novos repertórios, que incidem diretamente na vida das classes médias e altas. São ideias que adquirem legitimidade social, e mobilizam interesses. O que vemos atualmente é que o ideal de legado social, de desenvolvimento econômico e de progresso vem justificando um processo de mudanças na cidade, que coloca a erradicação das favelas na agenda da política urbana novamente. As remoções no Rio de Janeiro, recorrentes desse planejamento da cidade que privilegia os interesses do mercado financeiro, revelam a emergência de uma luta na busca do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização em uma perspectiva de considerar o direito à moradia como direito humano. Nesse sentido, Harvey afirma trata-se da *“A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e as nossas cidades.* (Harvey, 2014, p. 28).

Dedicaremos a seguir, uma modesta, porém importante parte da análise sobre as construções ideológicas que têm orientado a reconfiguração do espaço urbano, e a reatualização da remoção como referência central dos dias atuais de negação do direito à cidade.

3.2

Notas sobre Empresariamento Urbano e a negação do Direito à cidade

De acordo com Rolnik (1995), a cidade, enquanto local permanente de moradia, marca a constituição de uma nova relação entre homem e natureza. Nesse contexto, a cidade se implanta quando a produção gera um excedente, ou seja, uma quantidade de produtos para além das necessidades de consumo imediato. Essa visão evidencia como se estabeleceu o processo de mercantilização nas cidades e que hoje se dinamiza no interior delas. O referido processo se consolida em nome de um desenvolvimento local, que reflete um paradigma entre desenvolvimento e necessidade da população.

Em Lefebvre (1999), entendemos que a cidade reflete as relações de produção, bem como oferece as bases para o desenvolvimento dessas relações. Essa afirmação demonstra que a cidade, na verdade, não se conforma como uma variável independente, pois ela não se auto explica, uma vez que para o autor a cidade se constitui como uma objetificação de uma totalidade na qual se insere, ou seja, ela não é totalidade, pois não estrutura por si só o sistema capitalista.

Lefebvre (1999) salienta, ainda, que a cidade não pode ser considerada como mera projeção da dinâmica econômica que a orienta, na medida em que essa dinâmica é redefinida a partir de cada formação social e dos sujeitos nela envolvidos, pois cada cidade possui uma particularidade. Em outras palavras, podemos considerar que a cidade é espaço produzido socialmente, e que seu processo de construção ao mesmo tempo em que é produto, também se estabelece como condição dos processos sociais em curso.

Assim, as cidades modernas aparecem associadas, como afirma Lefebvre (1999), a uma relação direta entre a configuração espacial urbana e a produção e a reprodução do capital, inerentes à divisão social do trabalho, à acumulação capitalista, e exploração da propriedade do solo. Gomes e Fernandes (2007) reconhecem que, na medida em que a própria cidade é alçada à condição de mercadoria, este “objeto de consumo” se articula a um ideal de desenvolvimento local que reproduz uma apreensão parcial da diversidade urbana, provocando a acentuação de processos de exclusão já anteriormente desencadeados, e, como decorrência disso, uma efetiva fragmentação da cidade.

Hoje, encontramos no Estado um potencializador desses aspectos, principalmente em decorrência do avanço das políticas neoliberais.²¹ Nos anos 80, Santos (1982) já trabalhava a noção de cidade periférica no capitalismo dependente²², como um espaço de exploração e de reprodução da força de trabalho. O autor

²¹ Harvey (2011) analisa que o neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas políticos- econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. No Brasil esta ideia pode ser ilustrada com a realidade das recorrentes tentativas de substituição do princípio da universalidade da saúde pública, pela sua privatização, bem como a transformação de pontos da cidade em oportunidade de financierização extrema da moradia ocasionada por grandes empresários através da especulação imobiliária.

²² De acordo com Almeida e Alencar (2011), às economias periféricas, como o Brasil, mesmo possuindo uma estrutura dinâmica e moderna, se inclinaram a desenvolver de modo muito

avalia que o Estado e os interesses especulativos do capital financeiro, exercem uma disputa para ver quem é mais capaz de olhar as cidades apenas como campo privilegiado do econômico, como meios de obtenção de lucro e de mais valor, e exemplifica sua análise ao apresentar a seguinte reflexão;

Os lugares onde é melhor morar por qualquer razão, cada vez mais, são mais reservados aos que podem consumi-los. O que, em termos capitalistas e sem rodeios, quer dizer aos que podem pagar por eles. O que faz um local ser melhor que o outro não são as determinações divinas nem as dádivas da natureza são os investimentos do Estado (redes de infraestrutura, facilidades de acesso, níveis de equipamento) logo monopolizados pelo Capital privado. A terra é usada como um bem produzido, como um fator de geração de lucros apropriáveis individualmente. Quando, na verdade, ela só é valorizada por meio de uma inversão coletiva, justificada pelo interesse público. Sob o pretexto de atendimento às necessidades de consumo coletivo, o Estado acaba concedendo privilégios às necessidades de produção e reprodução do Capital, aos seus interesses especulativos estéreis ou às necessidades de consumo ostentatório e diferencial das camadas dominantes. (SANTOS, 1985, p. 10)

Nessa perspectiva, o papel do Estado é proporcionar as bases para o livre comércio, ou seja, criar fatias de mercado para o capital através de estruturação de uma série de instituições, sendo, portanto, o mercado que determina o lugar do Estado. Ferreira (2011) destaca que esse tipo de governança urbana foi se orientando no sentido de criar um ambiente favorável aos negócios, visando à atração do capital às cidades. Este caminho contribui com um direcionamento intencional acerca de investimentos e inovações estabelecidas a serviço do desenvolvimento capitalista.

Por estes termos, é possível constatar que são muitas as faces das novas determinações estruturais do capitalismo contemporâneo e é de forma marcante que a base central dessas novas determinações se conforma intencionalmente na direção de legitimidade da lógica mercadológica e da financerização do capital e das relações sociais, pressupostos estes estabelecidos em detrimento as condições fundamentais da vida social. De acordo com Almeida e Alencar (2011), às economias periféricas, como o Brasil, mesmo possuindo uma estrutura dinâmica e

profundo as contradições do capitalismo. O Brasil, por exemplo, é marcado de forma clara pelas fragilidades políticas, pela subalternidade e dependência econômica que fortaleceu a reprodução de processos sociais excludentes.

moderna, se inclinaram a desenvolver de modo muito profundo as contradições do capitalismo. Conforme afirmam os referidos autores, o Brasil é marcado de forma clara pelas fragilidades políticas, pela subalternidade e dependência econômica que fortaleceram a reprodução de processos sociais excludentes.

Essas contradições que compõem a fragilidade e precariedade das políticas sociais, que cada vez mais se estabelecem como causa de “gastos sociais excedentes”, e não como investimentos, revelam um projeto destinado a restaurar e consolidar o poder do capital. Esse processo redimensiona a questão social na cena contemporânea, potencializando suas múltiplas expressões no interior das cidades.

Segundo Ronilk (2015), esses apontamentos não implicam apenas em uma mudança nos circuitos econômicos, com um papel mais ativo e predominante da extração da renda sobre a produção da cidade como mercadoria, mas também uma transformação do modelo político de governo.

Harvey (1989), preocupado com o viés antiurbano presente nos estudos gerais sobre mudanças macroeconômicas e macro-sociais, se debruça sobre o contexto da transformação da administração urbana no capitalismo tardio, correspondendo, desta forma, às ideias abordadas inicialmente sobre as distintas concepções de cidade. O autor centra sua análise com foco na reestruturação radical da distribuição geográfica das atividades humanas e da dinâmica político-econômica do desenvolvimento geográfico desigual.

A situação, que serviu de base para a análise de Harvey (1989), reuniu homens de negócios e políticos de países do capitalismo avançado, em um Colóquio realizado em Orleans no ano de 1985. O autor explica que o encontro possuía o seguinte objetivo;

A tarefa era explorar as linhas de ação abertas aos governos urbanos diante da ampla erosão da base econômica e fiscal de muitas das grandes cidades do mundo capitalista avançado. O colóquio apontou para um forte consenso: os governos urbanos tinham que ser muito mais inovadores e empreendedores, abertos para explorar diferentes meios para aliviar suas condições miseráveis e assim assegurar um futuro melhor para as suas populações. (HARVEY, 1989, p. 49)

A partir desse contexto, o referido autor apresenta uma série de posicionamentos conceituais sobre o empresariamento urbano. Um dos pontos que consideramos importante de evidenciar é compreender quem está sendo empresário e com qual objetivo, uma vez que a gestão representa muito mais que o “governo urbano”. A noção de empresariamento urbano, explorada pelo autor, remete a ideia de que existe um poder efetivo de reorganizar a vida urbana, que se depara com uma coalizão de forças mais amplas, onde o governo e a administração urbana desempenham apenas um papel de agilizar e coordenar. Harvey (1989) identifica nessas características a passagem do gerenciamento urbano para o empresariamento urbano, considerando como ponto norteador, a concepção de que todo poder de organizar o espaço advém de um complexo de forças mobilizadas por diversos agentes sociais.

De acordo com Harvey (1989), o empresariamento urbano tem como característica central a noção de parceria público-privada, onde as tradicionais reivindicações locais estão integradas com a utilização dos poderes públicos locais para tentar atrair fontes externas de financiamento, novos investimentos diretos ou novas fontes geradoras de emprego. A atividade da parceria público – privada é empresarial, precisamente porque tem uma execução e uma concepção especulativa e, em consequência disso, sujeita a todas as dificuldades e perigos inerentes aos empreendimentos imobiliários especulativos os quais se contrapõem aos empreendimentos imobiliários coordenados e racionalmente planejados.

Tais empreendimentos, para o autor, podem ser vistos como formas de gerar benefícios para as populações de uma parte específica da cidade, e, de fato, essa é uma das principais reivindicações que surge na discussão pública para dar apoio ao empresariamento. Harvey (1989) salienta que;

O empresariamento urbano se caracteriza, então, principalmente pela parceria público – privada tendo como objetivo político e econômico imediato muito mais o investimento e o desenvolvimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que a melhoria das condições em um âmbito específico (HARVEY, 1989, p. 53).

Em outros termos, a formação das ações que conformam o empresariamento urbano é justificada pelos agentes envolvidos, como resposta à crise capitalista que

incorreu efeitos expressivos para as cidades a partir da década de 1980 em grandes potências internacionais. Há neste caso, portanto, a necessidade de contrapor esses elementos que evidenciam de alguma maneira os problemas de natureza social e econômica no interior das cidades.

De acordo com Ribeiro e Junior (2013), a acumulação urbana está sendo reconfigurada com alterações no padrão clássico da modernização–conservadora, constituído a partir de uma lógica de parcerias entre agentes públicos e privados, que sempre presidiu a inclusão do país na expansão da economia mundo. A realização dos megaeventos esportivos foi crucial nesse processo. Os autores expressam que esse padrão de modernização–conservadora no tecido urbano se materializa através da combinação entre práticas empreendedoristas empresariais com práticas políticas tradicionais de gestão urbana.

O ciclo de mercantilização combina a acumulação urbana, baseada na ação local do capital mercantil, com os novos processos de estruturação urbana na direção do capital internacionalizado, como destaca Ribeiro e Junior (2013). Desta maneira, constitui-se um padrão de governança urbana, que emerge da coalizão de interesses e que transforma as cidades em commodities, ou seja, uma cidade cuja centralidade é ser atrativa para os investimentos nacionais e internacionais, pronta para ser vendida como mercadoria, e não para o uso e tão pouco para melhoria de vida de seus habitantes.

No ponto de vista de Ferreira (2011), essa questão se complexifica ainda mais, na medida em que, quando a cidade é transformada em algo para ser vendido e comprado, ela passa a ser não apenas uma mercadoria, mas também, e, sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores. E são esses sujeitos que alimentam todos os desdobramentos dessa transformação.

O mundo da aquisição de mercadorias, que assegura a reprodução do capital, também se reflete na construção da cidade. Nada antigo parece servir, e acabam sendo considerados obsoletos (...) Revitalização e renovação são palavras e políticas, que produzem às vezes inquietações, já que significam, frequentemente destruir para reconstruir. (FERREIRA, 2011, p. 20)

Uma visão de cidade construída e imposta a partir dos agentes dominantes do processo de produção do espaço, e por isso trata-se de uma política de realocação

dos pobres na cidade a serviço de interesses imobiliários e oportunidades de negócios. Como afirmam Ribeiro e Junior (2013), de fato, a existência de classes populares em áreas de interesse desses agentes econômicos se tornam obstáculo ao processo de apropriação desses espaços ao circuito de valorização do capital, vinculados à produção e a gestão da cidade. Raichelis (2006) compreende que essa correlação de forças fundamenta o agravamento da *questão social*,²³ que se configura produto desse amplo processo é indissociável da responsabilidade pública dos governos de garantir trânsito livre para o capital especulativo dentro da esfera da valorização financeira.

Por isso tudo, é difícil pensar esses elementos separadamente das condições que objetivam o empresariamento urbano na cidade. Como mencionamos anteriormente, a realização dos megaeventos tem sido crucial para o ciclo da mercantilização urbana.

Neste sentido, entendemos que todas estas formas de produção, dominação e acumulação do espaço não podem ser percebidas, se não a partir de suas relações globais. Assim, propomo-nos a apresentar alguns detalhes importante do debate sobre megaeventos como estratégia global de lançamento da cidade na agenda econômica, por meio da intensificação dos circuitos de consumo e espetacularização da cidade.

A utilização de recursos públicos preconizada para alavancar operações urbanas estratégicas de grande porte que tenha por destino promover a cidade-global se choca com a absoluta carência de investimentos públicos em infra-estrutura e equipamentos urbanos na cidade informal, para ficar só no âmbito urbanístico. Enquanto o país sofre uma carência habitacional de mais de 5 milhões de unidades, enquanto imensas parcelas da cidade não se beneficiam de saneamento, pavimentação, transporte e outros 10 serviços, milhões são investidos na promoção de verdadeiras "ilhas de Primeiro Mundo", as chamadas "novas

²³ A gênese da questão social possui relação direta com a sociabilidade de classes e seus antagonismos constituídos ao longo da história, com base no desenvolvimento desigual e combinado da Sociedade Capitalista. Iamamoto (2013) evidencia que a questão social toma forma através do caráter coletivo da produção em detrimento da apropriação privada da mesma, o que gera a incorporação de múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais. Nesta direção compreende-se, portanto, que a questão social atinge em grau expressivo a vida dos sujeitos diante de um contexto contraditório e antagônico.

centralidades" sob a justificativa que elas serão elementos de "dinamização" da economia como um todo e de requalificação do espaço urbano (FERREIRA, 2011, p. 14).

3.3

Perspectiva global dos impactos sociais e urbanos dos megaeventos

Ao analisar as características do empresariamento urbano em seu sentido conceitual, tomando como base majoritariamente o pensamento de Harvey, é possível entender que há uma dinâmica globalizadora de internacionalização de um modelo de intervenção urbana, que vem sendo potencializado com a realização de megaeventos. Gonçalves (2014) considera, por exemplo, que a realização de grandes eventos versus processos estruturais de renovação urbana não se estabelece como um privilégio dos séculos XX ou XXI, uma vez que, em outros momentos do século passado, sobretudo durante as décadas de 1950 e 1960, a cidade também passou por mudanças dessa natureza.

Gonçalves (2014) sublinha que a Copa de 1950 foi o maior evento esportivo organizado até aquele momento pelo Brasil e destaca que as mudanças ocorridas na cidade à época já previam a possibilidade de corresponder às expectativas internacionais para a realização do evento.

A abertura da Avenida Presidente Vargas no início dos anos 1940, por exemplo, permitiu a interligação do centro da cidade com os bairros da zona norte, o que certamente influenciou a escolha da área onde foi construído o Maracanã para a Copa de 1950, o maior evento esportivo organizado pelo país até aquele momento. (GONÇALVES, 2014, p.30)

Essa intencionalidade demarca a existência de projeto urbano que visa à circulação do capital, onde a produção do espaço surge como solução. Essas interferências também preconizam uma nova imagem de cidade, capaz de direcionar um futuro para outras cidades.

O “modelo Barcelona” apresenta-se como experiência de importante referência para analisarmos os impactos que esses eventos podem ter para as cidades organizadoras. O referido modelo, como passou a ser conhecido, tem

servido de inspiração prioritária para os grandes eventos esportivos no mundo, desde sua realização no ano de 1992, através dos Jogos Olímpicos de Barcelona.

De acordo com Rolnik (2015), a importância que se concede à criação de uma nova imagem internacional de cidade como parte integrante da preparação dos jogos supõe a eliminação de manifestações da pobreza. Isso ocorre predominante por meios de projetos de renovação, que dão prioridade à construção de um espaço constituído por produtos imobiliários de fácil identificação e leitura no mundo corporativo. Nesse sentido, o sonho catalão, como descreve Gonçalves (2016), se transformou em pesadelo para grande parte da população, que passou a não ter condições de acessar a cidade desenhada após as olimpíadas.

Manuel Delgado (2007) vem trabalhando há alguns anos as formas de apropriação do espaço público para o caso de Barcelona. O autor procura analisar o processo de consolidação desse modelo de empreendimento urbano, que se tornou hegemônico no atual cenário internacional. Para o autor, agentes do capital financeiro e imobiliário, bem como da indústria do turismo e do entretenimento descortinaram a potência do território urbano e descobriram sua possibilidade de convertê-lo em uma enorme fonte de especulação e enriquecimento. A lógica dessa perspectiva transformou as cidades em produtos de consumo, ao utilizar também a estratégia de marketing como elemento fundamental. Um dos aspectos apontado por Ferreira (2011) como o mais decisivo para o sucesso dos Jogos Olímpicos foi o fato de terem sido assumidos por todos, como os jogos da cidade para a cidade. Isso foi crucial para a projeção que Barcelona teve internacionalmente, contribuindo para que outras cidades quisessem igualmente se submeter ao mesmo caminho.

Além disso, Ferreira (2011) destaca que dois eixos importantes basearam a transformação da cidade de Barcelona. A criação de espaços públicos e as grandes operações urbanísticas ligadas aos grandes eventos, demandando, portanto, criação de vias expressas, um aeroporto moderno e torres de telecomunicações. Não se tratou apenas de transformações materiais, uma vez que as mudanças na cidade constituíram Barcelona como centro cultural, comercial e turístico.

Sob a ótica de uma construção histórica, Ferreira (2011) ressalta que convém lembrar que;

(...) os políticos e os técnicos dispunham de mais recursos públicos do que em qualquer outra época, devido ao crescimento econômico e a uma reforma fiscal que aumentou a capacidade de investimentos públicos. O crescimento foi tal que a Espanha chegou a ocupar o oitavo lugar entre os países de maior Produto Interno Bruto (PIB). Isso correspondia a dizer que o PIB produzido por 39 milhões de espanhóis era maior do que o produzido por mais de um bilhão de chineses. Isso fez com pudesse ser investida grande quantidade de recursos na cidade. (FERREIRA, 2011, p. 170)

O desenvolvimento das novas implicações destinada à Barcelona presumia um padrão de requalificação eficaz contra as “patologias urbanas”, e, portanto responsável pela produção de bem estar social e qualidade de vida. Apesar da roupagem democrática e participativa, inspirada na experiência de Barcelona, Maricato (2014) diz que as propostas desse modelo combinaram-se perfeitamente ao ideário neoliberal que orientou o “ajuste” das políticas econômicas nacionais por meio do Consenso de Washington²⁴, a fim de que as cidades se adequassem aos novos tempos de reestruturação produtiva no mundo, ou, mais exatamente, de relação de subordinação às novas exigências do processo de acumulação capitalista.

Os Jogos Olímpicos permitiram, neste caso, as condições favoráveis da perfeita equação que reunia as noções de investimento com desenvolvimento. De acordo com Delgado (2007) apresentava-se como oportunidade de negociação de interesses, que também presumia o desaparecimento dos conflitos urbanos, e desigualdades que caracterizavam o espaço urbano da “cidade moderna”. Ações estas, articuladas aos agentes que integravam os processos decisórios, formado pelas autoridades políticas, planejadores urbanos, arquitetos, entre outros.

Nessa direção, Delgado (2007) nos alerta sobre a pretensa ideia de se constituir uma cidade perfeita, e, com isso, para a distância que existe entre uma ordem projetada para a desordem da “cidade real”, formada a partir dos processos de interação cotidiana com todos os elementos responsáveis por compor distinções

²⁴ Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título "Latin American Adjustment: How Much Has Happened?", era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de "Consenso de Washington". (BATISTA, 1994, p. 5)

sociais, conflitos, interesses e contradições inerentes à vivência da cidade, e à apropriação do espaço urbano. Dentre as questões levantadas por Delgado (2007), pode ser destacada a discussão em torno dos usos e manipulações em torno da cidade. Produzia-se uma falsa coesão em torno dos valores políticos hegemônicos, e por isso a ampliação de um modelo nada democrático.

A produção do estabelecimento de padrões ideais sinalizava a intenção de se construir um modo exclusivo e legitimado sobre habitar a cidade. Claramente uma tentativa de estabelecer uma identidade única, empreendida como estratégia de valorização de um determinado ponto de vista sobre a cidade. De acordo com Ferreira (2011), a história urbana estava sendo produzida com alterações controladas e previamente definidas pelos agentes públicos, para ser contada sob a ótica da valorização dos planos e projetos governamentais, influenciando, portanto, na construção de um tipo de memória coletiva oficial e institucionalizada, pretendendo desta maneira, criar uma imagem de cidade sem conflitos em forma de oposição ao que Delgado (2007), chamou de “cidade real”.

Outra questão importante, também apontada por Delgado (2007), diz respeito aos eufemismos que mascaram processos de gentrificação, e transformação de bairros populares, muitas vezes identificados como bairros problemáticos e indesejáveis, em espaços enobrecidos e, conseqüentemente inacessíveis à sua população de origem. Frequentemente a utilização de termos como, “renovação”, “reabilitação”, e “requalificação” justificava arbitrariedades em torno dos direitos urbanos fundamentais. A utilização destes termos sintetizavam ações que tornou Barcelona uma cidade para poucos, em função do encarecimento do solo urbano e da especulação imobiliária.

Conforme explicitado à destruição de bairros inteiros considerados como algo ultrapassado, juntamente com a ausência de infraestrutura urbana no que diz respeito aos investimentos de políticas habitacionais, teve como consequência direta o aumento da pobreza e da segregação. Vemos que objetivamente o sucesso de tais projetos, guardou relação com a necessidade de se afastar a pobreza, para que a mesma não contaminasse o cenário principal onde se desenrolaram as ações dos grandes empreendedores da cidade – espetáculo.

Embora reconhecendo os resultados positivos na experiência de Barcelona e a importância que tais eventos podem ter para a gestão urbana, e economia local, as ponderações feitas por diversos autores que analisam o caso do “Modelo Barcelona”, é o fato de existirem motivações e interesses em jogo em tais processos, que justificam sua expansão e que acabam afetando outras cidades no mundo. O que vale de questionamento neste caso, não é se o projeto realizado em Barcelona quando sediou as Olimpíadas em 1992 deu ou não certo, a proposta é partir da crítica a existência de um modelo a ser seguido em outras cidades, e em outros contextos.

Por meio de Gonçalves (2013), vimos que os anos de abundância espanhola se dissiparam com a crise de 2008 e nunca se viu tanta gente nas ruas da cidade e tantos imóveis fechados em função das execuções de hipotecas. Mesmo assim independente do município, do país, ou do continente continuamos ouvindo que o “modelo Barcelona” traduz a importância da adequação das formas de gestão e produção dos espaços na cidade. Ferreira (2011) concorda que estamos diante de discursos de competitividade, planejamento estratégico e empresariamento, ou seja, para o autor, a ideia difundida no interior desse planejamento, é a de que é preciso pensar a cidade “profissionalmente”, como um empresário. E salienta, ainda, que essa construção está totalmente imbricada, na ausência de se pensar em longo prazo, e da percepção da cidade como um todo. Abdicou-se dessa perspectiva, segundo o autor, para pensá-la de maneira fragmentada através de projetos pontuais.

Barcelona não foi à primeira cidade a fazer grandes transformações urbanas em circunstâncias dos megaeventos, contudo, talvez tenha sido a primeira a produzir um discurso de mudança que tenha contagiado boa parte população e da mídia de forma tão contundente. Ao que parece, a efetividade dessas mudanças incidiram para as populações mais pobres na cidade, como violações de seus direitos básicos.

Considerando essa questão, nas cidades –negócio, inspiradas no “modelo Barcelona”, a reconversão do espaço urbano em produto exige um controle permanente do espaço público. Nesse contexto, a formação de toda e qualquer resistência são de suma importância para a constituição da apropriação coletiva do

espaço urbano. No entanto, o desafio que recai sobre tais insurgências, está na renúncia deliberada dos agentes públicos sobre a sua responsabilidade na garantia dos direitos urbanos fundamentais.

No caso de Barcelona, foi observado por Delgado (2007), que as forças de segurança, ao invés de assegurarem a realização das expressões democráticas, buscaram sempre seu enfrentamento, destituindo assim o espaço urbano de seu significado, enquanto lugar de expressão máxima de participação e cidadania. Tais forças estão relacionadas, segundo o autor, ao incremento de um padrão cada vez mais autoritário e violento que presume como função exclusiva do espaço urbano a realização das grandes operações do capital imobiliário, e da promoção turística e comercial da cidade.

Sendo assim, esse debate nos ajuda a refletir sobre os processos inerentes aos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, e de como a experiência de Barcelona se torna tão próxima, na medida em que as mesmas bases de exploração da cidade foram exercidas na mesma proporção, principalmente através da pressão que o setor privado exerce sobre as políticas urbanas e o estabelecimento das parcerias públicos – privadas, que foram e continuam sendo indispensáveis para a submissão da cidade aos interesses do capital.

Cabe ressaltar que não é objetivo primordial neste trabalho o aprofundamento do debate sobre os megaeventos. Contudo, entendemos como fundamental a discussão das considerações apresentadas neste item sobre o “modelo Barcelona”, para que seja possível desenvolver com maior qualidade, a capacidade de avaliar melhor o processo de transformação urbana em curso no Rio de Janeiro. O fim dos megaeventos na cidade não alterou a agenda empreendedora, e por isso, continua preservando as mesmas características de planejamento da cidade que vimos acontecer em Barcelona.

Certamente que essa discussão também auxilia em nossa problemática principal, pois o cenário dos megaeventos no Rio de Janeiro marca o começo das articulações de luta pelo direito à moradia, protagonizada por mulheres que nos propomos a estudar. Foi neste contexto que vimos o prelúdio da luta pela reconquista da cidade como espaço de cidadania, e de oposição aos interesses

privados dos grandes empreendimentos, que se afirmam em detrimento da discussão em torno do significado mais amplo e democrático do espaço urbano.

Os megaeventos não se colocam como condicionantes exclusivos da atuação dessas mulheres, na medida em que não é a agenda política em torno de acontecimentos da cidade, que determina a necessidade de resistência, e de controle social das políticas urbanas. As mulheres que protagonizam a luta consideram que o direito à moradia está sempre ameaçado em função de uma construção muito maior, relacionada ao projeto estrutural de mercantilização da cidade e das relações.

Esse projeto de cidade aponta repetidas vezes para uma perspectiva política, de ressignificação do acesso à cidade. Nesse aspecto, a remoção é o motor que aquece e mobiliza os interesses por trás das transformações urbanas, preconizadas pelos poderes envolvidos nesse processo. Por esse motivo, o controle social das políticas urbanas nessa conjuntura, exerce um rebatimento concreto e importantíssimo na projeção das lutas pelo direito à moradia nas favelas cariocas.

Se essa cidade mercadoria se constitui como um projeto de negação dos direitos urbanos fundamentais, o protagonismo feminino no controle social da política urbana se estabelece igualmente como um projeto de cidade alternativo, que exige a garantia do direito à cidade em seu sentido amplo.

Nessa direção é que o próximo item contém uma percepção mais ampla sobre o legado dos megaeventos para o Rio de Janeiro, e sua relação com a nova gestão municipal da cidade. Na gestão de Eduardo Paes o pano de fundo para as obras que deram um tom de “espetacularização” da cidade, girou em torno da realização das Olimpíadas, hoje o atual prefeito não possui o mesmo condicionante de elegibilidade para grandes obras de transformações na cidade, em torno dos megaeventos. No entanto, o planejamento urbano presente nesta nova gestão municipal prossegue oferecendo sustentação a ações que dão continuidade ao processo de mercantilização da cidade, com foco na remoção de favela, e de projetos de grandes impactos promovidos através de parcerias público-privadas, fortalecendo a noção de especulação e subordinação ao mercado financeiro e imobiliário.

3.3.1

O “legado” das Olimpíadas para as favelas no Rio de Janeiro

Santos (2017) perfaz a trajetória de grandes eventos realizados no Brasil, desde a década de 1919. Como mencionamos anteriormente, outros autores, como Gonçalves (2012), também destacam em suas produções acadêmicas, que a condição dos eventos internacionais no Brasil, possui uma relação estreita com o passado. E ambos os autores consideram que o Rio de Janeiro teve um papel central nesse processo.

Em recente palestra²⁵ realizada por meio do convite do Laboratório Direito à cidade e Espaço Público (Labicidade) vinculado a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Rafael Soares Gonçalves²⁶ analisa que nenhum lugar do mundo, concentrou em um período tão curto de tempo, tantos eventos internacionais, e mencionou alguns dos principais. Sendo estes;

- Os Jogos Panamericanos, realizados em julho de 2007.
- Os Jogos Mundiais Militares, disputados em julho de 2011.
- A conferência das Nações Unidas “Rio +20 – Desenvolvimento Sustentável”. Realizada em junho de 2012.
- A Copa das Confederações, realizada em junho de 2013 (Envolveu outra cinco cidades brasileiras, além do Rio de Janeiro).
- A Jornada Mundial da Juventude, evento religioso internacional, que incluiu a visita do Papa Francisco, em julho de 2013.
- A quinta edição do festival musical Rock in Rio, realizada em julho de 2013.
- A comemoração dos 450 anos da cidade, em 01/03/2015 e nos dias anteriores.

²⁵Disponível no link abaixo. Debate entre Rafael Soares Gonçalves e Rodrigo Faria Iacovini sobre o cenário atual do Rio de Janeiro, paralelos e diferenças com a realidade de São Paulo. Realizada na Tapera Taperá – SP.

<https://www.youtube.com/watch?v=Yo9hhg9QwUQ&fbclid=IwAR3GovVA0NwskMxO5ECn5Jgx0-TXk0dQxtuQjdK850QUX51Cyy99k5TUef8>. Acessado em Maio/2019.

²⁶Autor do livro: Favelas do Rio de Janeiro: história e direito– Rio de Janeiro: Pallas – Ed. PUC – RIO. 2013. Professor do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Possui uma perspectiva interdisciplinar, em suas pesquisas que se concentram, sobretudo no campo da História Urbana e do Direito Urbanístico.

- A Copa do Mundo em 2014.
- As Olimpíadas em 2016

Tais eventos produziram múltiplos impactos para a cidade, pois não foram simplesmente episódios passageiros. Sustentamos a hipótese de que todos nós estivemos diante de um padrão de governança empresarial urbana de expressão ampla. Uma rodada de mercantilização da cidade, que mesmo após o fim do ciclo recente dos megaeventos, continua sendo evocada.

Segundo Magalhães (2013), essa perspectiva contemporânea de conformação da cidade na direção dos megaeventos já poderia ser observada durante o governo César Maia, sobretudo diante das tentativas não exitosas de sediar as Olimpíadas de 2004 e 2012. Os projetos, conforme sugere o autor seriam justificados por discursos que apontariam, por um lado, para a inserção da cidade nesta arena de competição internacional entre cidades e, por outro, como uma “oportunidade” voltada para incentivar processos de desenvolvimento e modernização internos, tendo como inspiração a cartilha do modelo Barcelona.

A concretização desse projeto de maneira mais objetiva foi se tornando cada vez mais próxima do Rio de Janeiro. De acordo com Gonçalves (2016), apesar da conjuntura política da ocasião da realização da preparação da cidade para os megaeventos ter permitido um fluxo de recursos nunca antes visto no período da realização dos jogos, em função das alianças entre partidos como PMDB e PT, o que permitiu uma confluência de interesses ideal para as atuais circunstâncias da cidade. O Rio de Janeiro, não possuía uma estrutura necessária, direcionando, portanto, para a história recente da cidade, o princípio do legado social como máxima suficiente para atribuir legitimidade às transformações a serem realizadas na cidade.

Nesse contexto, Freire (2013) considera que a fundamentação do ideário de legado social desde o início da preparação da cidade para recepção dos grandes eventos, já evidenciava a ocorrência de grandes impactos sociais, nem sempre positivos para vida dos cidadãos. Nas palavras da autora, fica evidente que os problemas relacionados a orçamento, trabalho, mobilidade, segurança pública, e remoção foram e continuam sendo, certamente um dos pontos que mais se colocam como questionamentos polêmicos dessa noção de legado social, principalmente

quando levamos em consideração a complexa e ambígua relação que o poder público tem mantido com as favelas da cidade ao longo de mais de um século. No entanto, a lógica difundida, indicou, nesse processo, que os legados a serem alcançados trariam uma importância distinta para a cidade nesse período.

A partir dos apontamentos feitos por Maricato (2014), podemos entender que o Estado teve um papel central na reconfiguração da cidade, seja por meio do financiamento de obras monumentais, seja pela flexibilização das normas urbanísticas ou das parcerias com o capital privado, ou ainda pelas garantias dadas aos investimentos privados, entre outras adaptações. Além disso, se estabeleceu como parte especial de produção de consenso em torno da preparação da cidade, deixando os conflitos e necessidades da população em segundo plano. Nessa direção, Gonçalves, acrescentou durante sua fala na referida palestra, que o Rio de Janeiro estava no centro dos grandes investimentos, realização de grandes obras, e, portanto, sempre lançado como moeda de troca no meio das alianças políticas que foram emergindo, e que acabaram culminando nos episódios que vieram a público de corrupção, tão novelizados pela grande mídia.

As primeiras intervenções urbanísticas na cidade, voltada para a questão da habitação, foi o Projeto Morar Carioca. Magalhães (2013) explica que o projeto foi apresentado como um dos legados mais importantes para a cidade. De acordo com informações obtidas no Relatório de Auditoria Operacional²⁷ realizado no ano de 2011, pela Secretaria Municipal de Habitação, o programa “Morar Carioca” integrado ao Plano Municipal de Integração de Assentamentos Precários informais foi criado em julho de 2010 pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Conforme descrito no relatório, o objetivo principal seria a promoção de inclusão social através da integração urbana e social completa e definitiva de todas as favelas do município até o ano de 2020. Como principal ação de construção de ideal de legado, o programa contou com recursos provenientes de três fontes distintas: Governo Federal, Prefeitura do Rio de Janeiro, e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), também responsável pelo financiamento do programa anterior, o Favela – Bairro implementado a partir de 1994.

²⁷ <http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/10069/SMH2011.pdf>. Acessado em Maio/2019.

Essa conjuntura política mencionada por Gonçalves expressou uma inédita correlação de forças para o Rio de Janeiro, por meio da articulação entre os níveis de governo. Tal articulação contribuiu com a ideia de que somente neste período as intervenções políticas estavam correspondendo aos interesses reais da cidade e da população, fortalecendo desta maneira a legitimidade de todas as transformações urbanas em curso, e mobilizando valores e sentidos da população em torno da realização dos Jogos.

Em parte da entrevista concedida pelo então Prefeito Eduardo Paes, ao Jornal Brasil Econômico, do portal IG, em 27 de agosto de 2012,²⁸ vemos a seguinte afirmação;

Sou prefeito do Rio, estou aqui para cuidar dos cariocas. E para mim, carioca é quem ama esta cidade. Não perco tempo brigando. A cidade já viveu muito tempo cheia de conflitos, com prefeito xingando governador, xingando presidente... Eu não penso igual ao Cabral, ele não pensa igual a mim. Eu não penso igual à Dilma em tudo, ela não pensa tudo igual a mim. Mas a gente busca estabelecer consensos na hora de governar a cidade. Desavenças que surgem entre a gente são resolvidas e buscamos sempre melhorias. Por isso, a cidade está avançando. Esta parceria é muito importante. Voltar aos tempos de conflitos e brigas não dá. Trinta anos neste clima fez muito mal para a cidade.

Nesta elaboração, se constituía potencialmente o contexto legitimador, do que Magalhães (2013) denominou como alterações do fluxo regular da vida cotidiana. Por isso, para o autor, o programa “Morar Carioca” possui uma importância especial, para entendermos a localização das favelas no debate que definiu e continua definindo o conflito urbano.

O real interesse dessa proposta se concentrou na possibilidade de criar meios de alterar as tipologias urbanas formadas nas favelas cariocas. Nesse sentido, o tipo de intervenção de escala expressiva presente no projeto, utilizou como precedente a inclusão de regras mais severas para a construção, bem como a elaboração de legislação específica, visando garantir o controle do crescimento, e enfrentar com maior repressão as ditas irregularidades. Essa perspectiva projetou novas referências

²⁸<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-08-27/prefeito-nao-tem-ideologia-prefeito-tem-p-ragmatismo-afirma-eduardo-paes.html>. Acessado em Maio/2019.

para as intervenções urbanas nas favelas, pautadas pelos termos de “desadensamento” e os “reassentamentos”.

Magalhães (2013) explica que esse tipo de intervenção urbana se conformou como um dos principais legados dos megaeventos. E, portanto, as críticas possivelmente existentes seriam interpretadas como impedimento das importantes transformações a serem realizadas na cidade. Para o referido autor, esse foi um dos elementos que se apresentou como constituinte do quadro de referência que atualizou os discursos e práticas da remoção, na medida em que, a ação de erradicação adotada pelo projeto morar carioca, incorporaria as ações de erradicação, ou seja, de remoção em curso desde o início de 2010, justificados à época em função da tragédia provocada pelas “chuvas de abril”, onde o atual prefeito havia anunciado a remoção aproximadamente de 190 favelas, com base em laudos técnicos extremamente questionáveis.

No entanto, o rebatimento da participação popular se intensificou, levando a prefeitura a alterar sua estratégia inicial, implementada para a realização dos jogos olímpicos, adotando a perspectiva da negociação caso a caso. Processo este, igualmente perverso de repercussões severas para os moradores, na medida em que conseguiu ser muito mais eficiente, no sentido da produção do medo, insegurança, e desestabilização da organização dos moradores.

É possível perceber que, desse processo, emergiu uma nova configuração do “problema favela” pautando a remoção como determinante prioritário da política urbana destinada às favelas. A relativização da remoção enquanto ação política produziu inúmeras consequências para todos os moradores dessas áreas espalhadas na cidade. O debate travado na cena política considerou a remoção de favelas um importante aspecto do legado das olimpíadas. Tais práticas se estabeleceram como possibilidade exclusiva de alterar a imagem da cidade, de modo a resolver todos os problemas urbanos, como, por exemplo, a violência, a desordem urbana e o abandono, todos vinculados à presença das favelas na cidade.

Nesses contextos de exploração da cidade em torno de um projeto de poder econômico e político, as favelas cariocas são consideradas indesejáveis no cenário que compõe a paisagem desse modelo de cidade. Rolnik (2015) assinala que as favelas cariocas são consideradas espaços esteticamente negativos dentro dessa

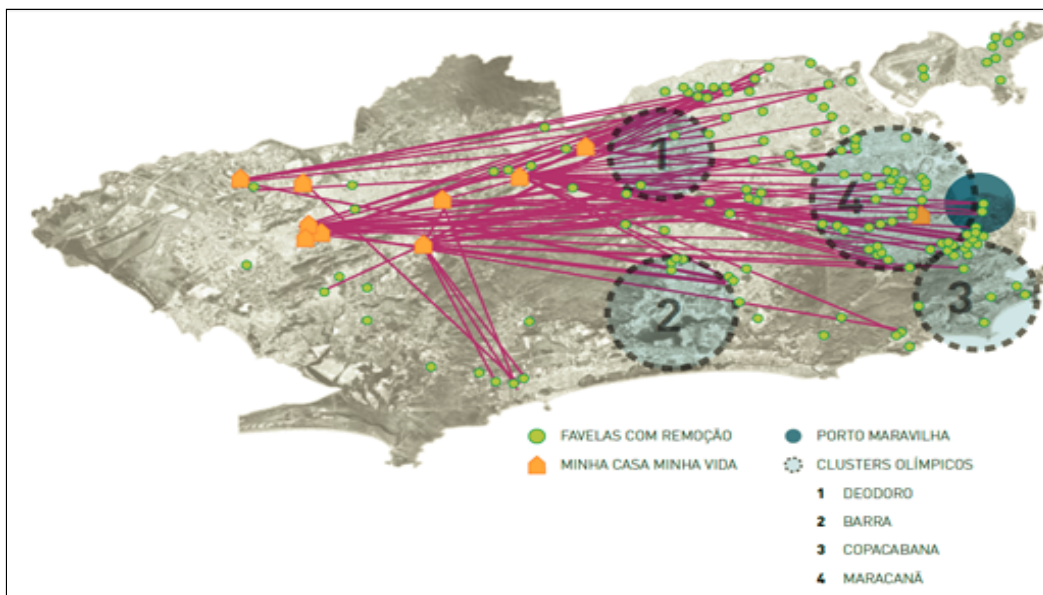
lógica de produção de uma nova imagem de cidade e, portanto, as remoções se conformam como saídas necessárias. Em entrevista à Agência de Notícias das Favelas²⁹, Fátima Tardim³⁰ arquiteta que faz assessoria a movimentos populares de luta por terra e moradia no Rio de Janeiro, afirmou que o ex-prefeito Eduardo Paes chegou a assumir, depois das manifestações de 2013, que as Olimpíadas foram apenas uma justificativa para facilitar o processo de remoções. *“Ela nunca foi o motivo. O motivo são as obras que têm que sair porque é onde ainda existe o mínimo de possibilidade de acumulação em meio a toda essa regressão do capitalismo hoje.”* A arquiteta destaca que Eduardo Paes falou em remover a Providência, a Vila Autódromo, a Belém-belém, a Indiana (Tijuca). E em 2009, a Prefeitura anunciou que removeria mais de cem favelas.

Baseado em planos, leis e projetos estruturantes do município o arquiteto Lucas Faulhaber conseguiu identificar em sua pesquisa de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense, que a exclusão na cidade do Rio de Janeiro é resultado, sobretudo de uma estratégia de planejamento urbanístico. Nesse sentido concluiu por meio de um mapeamento, que as remoções feitas pela gestão do prefeito Eduardo Paes, foi maior que as ocorridas na gestão Pereira Passos e Carlos Lacerda juntos. Seu mapeamento sem dúvidas tornou-se uma referência para as pesquisas sobre remoção de favelas nesse período.

²⁹ A ANF – Agência de Notícias das Favelas foi criada para atender a demanda da imprensa e da sociedade que precisavam obter informações sobre que acontecia no contexto das favelas do Rio de Janeiro. Fundada pelo jornalista André Fernandes, em janeiro de 2001, foi logo reconhecida pela Reuters como a primeira agência de notícias de favelas do mundo. Em 2005, a ANF foi instituída como uma ONG para levar adiante a luta pela democratização da informação da favela para o mundo, tendo como protagonistas seus próprios moradores. <http://www.anf.org.br/dossie-olimpiadas-x-favelas-entrevista-fatima-tardim/> Acessado em Junho/2018.

³⁰ Possui formação em Arquitetura e Urbanismo pela UFRJ (1980), especialização em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ (2001), mestrado em Direito da Cidade pela UERJ (2005) e doutorado em Psicologia Social pela Pós Graduação em Psicologia Social PPGPS /UERJ (2012). Atualmente é pesquisadora da pós-graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, integrante do Instituto de Estudos Críticos do Direito e atua na assessoria a movimentos populares de luta por terra e moradia na cidade do Rio de Janeiro.

Figura 1 - Mapeamento das remoções no Rio de Janeiro, durante a gestão de Eduardo Paes



Fonte: <https://brasil.estadao.com.br/blogs/estadao-rio/livro-mapeia-remocoes-de-moradores-na-gestao-de-eduardo-paes/>.

Em entrevista à carta capital no ano de 2013³¹, o Prefeito Eduardo Paes faz a seguinte colocação;

A maior parte das remoções são desapropriações formais, em áreas de classe média, classe média baixa. As remoções em favelas, normalmente, ocorrem em áreas de risco. A gente oferece aluguel social de 400 reais, indenizações ou uma unidade do Minha Casa, Minha Vida. É verdade, boa parte dos apartamentos fica na zona oeste. Mas a pessoa pode optar. Dizem que o valor do aluguel é baixo, mas eu tenho 9 mil famílias inscritas no programa. Se ele não concorda com o valor da indenização, pode recorrer à Justiça. Aliás, as indenizações que oferecemos estão superfaturadas, mas como é por uma boa causa ninguém reclama.

O Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro³² (2015) também ofereceu importante contribuição a respeito do quão expressivo foi

³¹<https://brasil.estadao.com.br/blogs/estadao-rio/livro-mapeia-remocoes-de-moradores-na-gestao-de-eduardo-paes/>. Acessado em Junho/2019 - Trecho de entrevista acessado em reportagem do Estadão.

³² O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro é fruto da experiência anterior do Comitê Social do Pan, criado em 2005, por representantes de organizações não governamentais, associações de moradores, unidades acadêmicas e grupos ligados ao esporte, com o propósito de intervir criticamente, e abrir o debate com os segmentos da sociedade civil e organizada e principalmente com a população diretamente afetada, além de se posicionar como fiscais dos gastos públicos, e efetivação das metas sociais apresentadas pela prefeitura. (FREIRE, 2013, p. 104) Acessado em maio de 2019 https://br.boell.org/sites/default/files/dossiecomiterio2015_-_portugues.pdf.

o número das famílias removidas na cidade. Destaca-se que 22.059 famílias foram removidas, totalizando cerca de 80 mil pessoas, entre 2009 e 2015, com base nos dados apresentados pela prefeitura em julho de 2015. Outras dezenas de comunidades permaneceram sob ameaça de remoção segundo análise e pesquisa do comitê, porém não há dados oficiais divulgados que permitam identificar as comunidades e as famílias ameaçadas, nem a sua relação com as intervenções vinculadas aos megaeventos.

Embora fosse claro que as remoções ocorreram em função de obras relacionadas ao projeto olímpico, os dados eram mascarados por outras justificativas, como, por exemplo, ser área de risco ou de interesse ambiental. O caso da Favela da Estradinha, consolidada na zona sul da cidade, explicita bem essa seletividade do discurso do risco e da preservação ambiental.

O sentido de legado para os moradores das favelas trouxe consequências práticas, bastante difíceis de mensurar. Para os favelados, a palavra legado remete à violação de seus direitos urbanos fundamentais, como o direito à moradia, à manutenção das redes de apoio, convivência familiar, segurança, acesso aos serviços públicos entre outros.

Segundo os moradores, a intenção da Prefeitura do Rio de Janeiro seria de removê-los alegando que a favela estaria situada em área de risco. Membros da Associação de Moradores local, liderada pela presidente Fátima Amorim, afirmam, no entanto, que a maior parte das casas não está situada em área de risco, e que essa realidade se restringe a uma pequena parte do morro. Eles poderiam ser reassentados dentro da própria localidade. A defesa dos moradores é justificada por um laudo técnico independente, que sustenta seus argumentos e que contesta o laudo do órgão técnico da Prefeitura. Como forma de acelerar o processo de remoção, e impulsionar a saída dos moradores da comunidade, a Prefeitura ofereceu aos moradores apartamentos do Minha Casa Minha Vida em Triagem, que não foram aceitos por representar piores condições habitacionais e urbanas em relação às suas atuais moradias. Em junho de 2013, o prefeito Eduardo Paes se comprometeu publicamente com a permanência e urbanização da comunidade. Atualmente, os moradores seguem na luta para que seu direito à moradia, e a promessa do prefeito, sejam garantidos.

Como já destacamos anteriormente, a maioria das remoções foram localizadas em áreas de extrema valorização imobiliária e que os investimentos públicos realizados privilegiaram esses mesmos espaços, multiplicando as oportunidades de outros investimentos e de retorno financeiro na produção habitacional para as classes média e alta e na produção de imóveis comerciais.

O ciclo dos megaeventos terminou com algumas grandes vitórias das favelas, que resistiram à remoção, mas novos desafios foram imediatamente colocados. O fim da hegemonia do PMDB no governo municipal no Rio de Janeiro, com a eleição do Marcelo Crivella (PRB) para a Prefeitura e a crise econômica do Estado, apresentam um cenário social e político incerto para os próximos anos.

A gestão de Eduardo Paes foi marcada por uma série de violações nas favelas cariocas, através dos intensos processos de remoção. Na atual gestão do Prefeito Marcelo Crivella, a substituição do termo “obras” por “infraestrutura” reflete a sua tentativa de rompimento com a imagem da ligação entre a prefeitura e as grandes obras de Eduardo Paes, e o desaparecimento do termo “cidadania” traz à tona questionamentos acerca das prioridades da sua administração. Ainda em processo de campanha, o atual prefeito prometeu utilizar-se de concessões e parcerias com a iniciativa privada para resolver o déficit habitacional de favelas, resolução essa que para ele passa pela verticalização.

Nesse contexto, as remoções, como parte principal de um projeto de cidade elitista e segregadora, continuam em curso e conciliam mecanismos de planejamento urbano experimentado e consolidados durante o período de preparação do Rio de Janeiro para os megaeventos. Como exemplo disso, o Projeto de Estruturação Urbana das Vargens (PEU)³³ em área de expansão do capital imobiliário, vinculado a uma Operação Urbana Consorciada (OUC) nos moldes realizados na região portuária do Rio de Janeiro é apresentado à população como

³³ Art. 1º Fica instituída a Operação Urbana Consorciada - OUC Vargens, que compreende um conjunto de intervenções coordenadas pelo Poder Executivo Municipal com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com vistas a alcançar transformações urbanísticas, sociais e valorização ambiental, em consonância com os princípios e diretrizes da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, e da Lei Complementar nº 111, de 1º de fevereiro de 2011, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro.

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/73e8459dbe55a22a832566ec00172e92/05ae12650ed2e9c283257f150053fd3e?OpenDocument> . Acessado em Maio/2019.

“Vargem Maravilha”. A cidade, assim concebida, é homogênea e conformada por espaços exclusivos e segregados. A construção de um modelo de planejamento urbano mais inclusivo não se efetivou.

De acordo com as informações provenientes do Lançamento da Frente Parlamentar contra as remoções³⁴, presidida pelo vereador Renato Cinco (PSOL) no dia 31 de novembro de 2017, Eduardo Paes foi responsável pela remoção de mais de 22 mil famílias, já a gestão de Marcelo Crivella ameaça remover o dobro: cerca de 50 mil famílias estão ameaçadas. A Frente Parlamentar contra as remoções se estabeleceu como estratégia de denúncia, bem como, como instrumento de controle social da população atingida pela remoção, reivindicando que a Prefeitura assuma seu papel de proteção de violação de direitos, e não que a mesma seja autora de tais violações. Além disso, toma como base a Constituição Federal, o Estatuto da cidade no que tange a função social e garantia da Moradia Digna, bem como da Lei Orgânica do Município e do Plano Diretor em relação à responsabilidade da promoção da urbanização de áreas populares.

O plano estratégico 2017 – 2020, apresentado pelo governo de Crivella em junho de 2017 atualiza o discurso de “área de risco” para justificar a remoção de 14 mil famílias no entorno do Maciço da Tijuca. Além disso, o plano de requalificação de Rio das Pedras coloca também 140 mil pessoas em ameaça de remoção, com uma proposta megalomaniaca e autoritária de verticalização da favela. Proposta essa inserida em um projeto mais amplo de requalificação de uma enorme área na zona oeste, por meio de mais uma Parceria Pública- Privada (PPP). Processos estes não discutidos com a população na cidade, e sem respeito às suas demandas prioritárias.

Assim, compreendemos que perspectivas muito complexas em torno das intervenções urbanas destinadas às favelas continuam em desenvolvimento. O Rio de Janeiro segue perpetuando a lógica das remoções como marca histórica da cidade, e no bojo das mobilizações políticas contrárias a esse modelo de cidade, muitas mulheres vêm contribuindo para a abertura de novos espaços de reconfiguração da política urbana, caracterizando, talvez, aí, o verdadeiro legado das olimpíadas: árduo, mas completamente urgente e potente, em um modelo de cidade imposto a partir de um processo definido pela falta de transparência, práticas

³⁴ <http://renatocinco.com/teste/?p=7906> . Acessado em Maio/2019.

coercitivas, e justificativas questionáveis, legitimadas a partir de um discurso técnico que dissimula as razões políticas, econômicas e ideológicas das ações do poder público.

As violações dos direitos, em especial de mulheres, pobres, e faveladas, não começaram com os megaeventos esportivos, mas, como anteriormente mencionado, agravou-se com a lógica do empresariamento urbano na cidade durante e após os Jogos. O cenário urbano vem sendo cada vez mais constituído como campo privilegiado dos conflitos sociais que compreende tanto a disputa simbólica e real da cidade.

Desses embates cotidianos, é que a resistência vem se tornando o caminho para a criação de formas alternativas de se viver e de se organizar, sobretudo em relação às mulheres faveladas. Se as alterações na cidade provocam violações de direitos, as mulheres se reinventam e fazem desse cenário, o combustível para se organizar e lutar contra as diversas violações dos direitos humanos, às quais têm sido veementemente expostas. Nesse sentido, aprofundaremos adiante nossa análise sobre o lugar central das mulheres no controle social das políticas urbanas, através de suas múltiplas representações de resistências na cidade, no atual contexto das políticas destinadas às favelas cariocas.

4

Caminhos de resistência feminina: Rumo à democratização das políticas públicas urbanas

A trajetória das políticas urbanas no Brasil aponta para a atuação coletiva de diversos atores sociais, por meio de um trânsito de projetos, configurada no interior da sociedade civil para a esfera do Estado (Dagnino, 2002). Sobre as premissas da inclusão, cidadania, equidade e participação, sobretudo na esfera local, é que os caminhos e descaminhos da democratização das políticas públicas urbanas foram se formando somente no início da década de 1990. Por sua vez, o reconhecimento desse processo, ainda que complexo, requer identificar alguns traços anteriores da política urbana no país.

De acordo com Brasil e Carneiro (2009), as intervenções nas cidades brasileiras anterior ao período de intensificação do processo de urbanização no curso do século XX, se estabeleceram sob o rótulo do urbanismo em sua versão higienista, com fortes rebatimentos para o processo de formação, e até mesmo de reestruturação da política urbana no país. Na década de 1930, por exemplo, é possível observar que a tematização da questão social ocupou nesse período, maior centralidade no debate político, orientando a intervenção estatal e gerando para as cidades o papel somente de centros políticos e de produção. Segundo os autores, nesse momento, o Estado brasileiro afirma-se exclusivamente como agente fundamental para a mediação dos processos de industrialização, o que expressa à regulamentação específica da relação entre as duas categorias essenciais nesse processo: capital e trabalho.

Em outros termos, é possível observar nesse contexto, que a cidade não se estabelece como objeto de intervenção estatal, tampouco como alvo de possíveis políticas urbanas. O contexto da questão da moradia, nesse momento, implicava a resolução aos próprios trabalhadores, e dos outros segmentos igualmente submetidos à condição de desigualdade e pobreza urbana. No entanto, essa configuração foi ganhando novos contornos com o passar do tempo. Brasil e Carneiro (2009) assinalam que no ano de 1960 a questão urbana obtém maior

centralidade para a política, principalmente nos espaços da sociedade civil, bem como para a plataforma da reforma urbana, devido à marca desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Ao referido governo, associa-se a primeira iniciativa de porte, visibilidade e amplitude nacional de planejamento urbano no país: a construção de Brasília. Contudo, as políticas urbanas voltadas para a equidade, e com um corte redistributivo, não comparecem a esse cenário, ainda que, especialmente no início dos anos 1960, a questão habitacional configurou-se como objeto emergente de tematização em espaços da sociedade civil e como elemento central da plataforma de reforma urbana, a qual se esboça no bojo das denominadas reformas de base. (BRASIL, CARNEIRO, 2010, p. 16)

Entre o final da década de 1960 e o início da década de 1980³⁵, com o aprofundamento expressivo dos fluxos migratórios campo-cidade, o processo de crescimento urbano se dá de maneira ampliada, pautando características específicas na cidade que cada vez mais evocavam a necessidade de pautar as estruturas públicas de intervenção urbana enquanto política pública efetiva, direcionada às demandas criadas pelas lógicas seletivas de distribuição de infraestrutura, dinâmicas especulativas e expansão desigual e combinada da cidade, que atingiam prioritariamente as classes em situação de maior desigualdade social.

Para Brasil e Carneiro (2009), nesse contexto, a implementação de algumas estruturas governamentais³⁶ voltadas para o debate da questão urbana, podem ser

³⁵ Durante o período que compreende as décadas de 1960 e 1970, pouco foi feito pelos governos estaduais e municipais, para garantir condições adequadas de moradia para a população concentrada nos bairros da periferia, e as medidas feitas pelo Sistema Financeiro de Habitação eram estritamente direcionadas às classes médias e altas. Maricato (2011, p. 21) destaca que a população era jogada para “áreas completamente inadequadas ao desenvolvimento urbano racional, penalizando seus moradores e também todos os contribuintes que tiveram que arcar com a extensão da infraestrutura”. E quando era feito, penalizava ainda mais esses moradores, já que valorizava os espaços e a população não tinha mais como arcar com a vida naquele local, tendo que ocupar áreas novamente sem serviços e ainda mais afastadas da cidade. Vivenciando uma série de expropriação do local de morar, para beneficiamento do capital imobiliário.

³⁶ Implantam-se novas estruturas governamentais federais e, em decorrência, também nos âmbitos subnacionais, voltadas para as políticas urbanas, como o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), criado em 1964 e extinto em 1974, e o Banco Nacional da Habitação (BNH), instituído à mesma época, que não chegou a cumprir o objetivo expresso em seu nome, sem alcançar os segmentos sociais inscritos nos estratos inferiores de renda, inicialmente focalizados. Em meados da década de 1970, iniciativas subsequentes podem ser lidas como ensaios na direção de uma política urbana de cunho compreensivo, como a criação da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana, de composição multissetorial e, adiante, sua reconfiguração como Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU). Entretanto, esvaziados de poder efetivo, tais órgãos não logram assumir o papel de coordenação das políticas urbanas federais, pensado para eles. (BRASIL, CARNEIRO, 2009, p.17)

lidas apenas como ensaios na direção da elaboração de uma política urbana integrada às demandas dos segmentos da população em condição de desigualdade social, uma vez que foram insuficientes no contexto do auge do processo de urbanização. Nesse período, nota-se a ausência na esfera federal de instrumentos regulatórios da política urbana, favorecendo a atuação especulativa do mercado imobiliário.

Assim, toda construção política para a cidade nessas décadas, principalmente durante a Ditadura Militar, agravou mais ainda a problemática do urbano, tendo em vista que contribuíram com o recrudescimento da financeirização imobiliária. Entretanto, cabe ressaltar que esse período tenha sido interessante em relação há alguns “avanços”, no que tange ao tema da habitação³⁷, ainda que muitas medidas não puderam ser materializadas devido a interesses contraditórios que circundavam os governos da época.

Na perspectiva de Maricato (2011), às consequências da crise econômica iniciada nos anos de 1980, contribuíram para agravar ainda mais o acesso à moradia, além de serem responsáveis pelo crescimento das regiões pobres (periferias e favelas) na cidade. O foco das políticas urbanas no bojo da crise que promoveu o aumento das taxas de inflação, recessão e desemprego, estava mais concentrado no ordenamento da cidade, enquanto que as medidas de habitação iam se tornando cada vez mais limitadas.

A leitura feita por Rolnik (2005) nos ajuda a entender que, no contexto pós-Ditadura, o acesso à moradia tornou-se um dos mais graves problemas a serem

³⁷ No ano de 1964, no início do governo de Castelo Branco, foi criado o Sistema Financeiro de Habitação, a partir da necessidade nacional de uma política de habitação, especialmente para a população de baixa renda. Tendo o Banco Nacional da Habitação (BNH) como seu órgão central, esse sistema dispunha de mecanismos econômicos que visavam estimular a aquisição da casa própria, bem como a construção de habitações de interesse social por intermédio da iniciativa privada. No entanto, fica explícito para nós, a partir da compreensão dos estudos de Santos (2009), que o BNH não tinha o objetivo único de garantir moradia às classes subalternas. Entretanto, o seu objetivo central era o de contribuir para a preparação das cidades, para que pudessem exercer o seu papel enquanto cidades, no capital monopolista. Maricato (2011) acrescenta que o BNH foi responsável por alocar recursos relativos à habitação, que até então não existiam de forma tão contundente no país. E destaca ainda que o BNH ocasionou uma mudança das cidades e do seu padrão de construção, marcado pela verticalização dos edifícios constituídos por apartamentos.

combatidos no país. Nesse cenário que as reivindicações dos movimentos sociais³⁸, junto aos pesquisadores, advogados, arquitetos, assistentes sociais, engenheiros

dentre outros, emergem com maior força, materializando o processo de construção democrática por meio da Constituição Federal de 1988. Assim, afirma-se a atuação fundamental da sociedade civil, com plataformas de cunho democratizante e voltadas para inclusão e ampliação dos direitos sociais.

Para o processo de abertura democrática no país, a Constituição Brasileira de 1988 é o marco institucional e legal que propicia a estruturação das políticas públicas. Com a Emenda Constitucional nº: 26, de 2000, que no seu artigo 6º do capítulo II, afirma ser direito social dos cidadãos brasileiros, entre outros, o direito à moradia. Nessa configuração, a Constituição estabelece para a política urbana, o conjunto de princípios e normas voltadas à organização planejada do espaço urbano, visando à garantia de direitos dos cidadãos. Assim como as demais políticas, a política urbana se materializa por meio de diretrizes fixadas em lei, que preconizam como pleno objetivo em linhas gerais, o desenvolvimento das funções sociais da cidade. O período pode ser considerado um momento de construção de agenda e de definição dos marcos das políticas nacionais.

Os avanços significativos de ordem geral redesenharam o contexto político institucional brasileiro. Conforme Brasil e Carneiro (2009), tais avanços conciliam arranjos de descentralização, autonomia municipal, reconhecimento dos direitos sociais e à incorporação da dimensão participativa da democracia. No que tange à questão urbana, os municípios ganharam centralidade nesse processo, a ter como

³⁸ No campo urbano, dentre outros atores coletivos atuantes no período, destaca-se o já referido Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), cuja plataforma condensa-se no período dos princípios do direito à moradia e à cidade, bem como da função social da propriedade. A estruturação desse movimento, em si, representa uma novidade no que se refere às formas de organização e ação coletiva – inclusive no que diz respeito às lógicas de atuação –, voltadas a influir nos domínios institucionais sem o descarte de orientações mobilizatórias de ação e do fortalecimento de identidades coletivas. O MNRU aglutinou movimentos por moradia, redes de associações de moradores, entidades profissionais e ONGs, e apresentou, à Assembleia Constituinte, uma emenda popular com 161 mil assinaturas, centrada em torno dos princípios mencionados. Sua ação deu-se mediante mobilizações e caravanas a Brasília, ao lado da atuação em canais institucional-parlamentares e mesmo nos moldes de grupos de pressão. A função social da propriedade, o direito à moradia e à cidade e o planejamento e a gestão democrática das cidades podem ser destacados como pilares da plataforma de reforma urbana no período (BRASIL, 2004).

competência atribuída pela Constituição de 1988, a execução da política de desenvolvimento urbano, e, portanto, instrumento essencial para a garantia da função social da cidade, sendo apontados pelo texto constitucional da seguinte forma;

- a) A ampliação das competências e atribuições municipais e o papel central reservado aos municípios no enfrentamento da questão urbana, garantindo-lhes autonomia legal, ressalvadas as competências e responsabilidades para os demais níveis de governo relativas à produção de normas gerais e de cooperação conjunta na oferta de políticas públicas;
- b) As possibilidades de participação cidadã, inclusive no âmbito da política urbana, assinaladas no art. 29, que prevê a cooperação de associações no planejamento municipal e a iniciativa popular de projetos de leis e programas e, mais genericamente, no art. 5º, que trata do reconhecimento dos direitos difusos, nos quais se pode remeter à questão urbano-ambiental;
- c) O capítulo inédito de política urbana, constituído pelos artigos 182 e 183, pode ser tomado como marco jurídico para o direito urbano, na medida em que explicita o princípio da função social da propriedade e da cidade;
- d) O artigo 182 atribui aos governos locais um papel central no desenvolvimento urbano, associado ao cumprimento das funções sociais da cidade e à garantia do bem-estar, destacando a faculdade de elaboração de legislação para este fim. Vincula o princípio da função social da cidade às exigências dos planos diretores, leis aprovadas pelas Câmaras Municipais, então definidos como obrigatórios para municípios de mais de 20 mil habitantes. A Constituição Federal, portanto, confere um novo significado ao conceito de plano diretor, balizado pelo princípio da função social;
- e) O reconhecimento, pelo art. 183, do direito à ocupação informal, por meio da usucapião urbana, inclusive coletiva, após cinco anos, que remete ao princípio da função social da propriedade.

Os diversos normativos voltados ao estabelecimento das diretrizes gerais da Política Urbana orientam os municípios e guardam relação com a concretização dos direitos sociais enunciados no art. 6º da Constituição da República, em especial com os direitos sociais ao trabalho, à moradia, ao transporte e ao lazer. Essa relação é imprescindível, para a elaboração prática da política urbana, pois os princípios constitucionais devem ser igualmente defendidos no contexto de busca efetiva pelo desenvolvimento urbano pleno.

Entre os principais normativos, está o Estatuto da cidade³⁹, promulgado em 2001 na forma da Lei Federal nº10. 257, de suma importância no processo de reestruturação da política urbana, na medida em que incorporou embates e contradições que refletem a diversidade de interesses dos segmentos da sociedade brasileira. O Estatuto da Cidade aprofunda os avanços constitucionais, na medida em que compõe o princípio da função social da propriedade, e instrumentaliza os municípios para o alcance de um patamar de desenvolvimento socialmente justo das cidades. (Brasil e Carneiro, 2010).

Em linhas gerais, destacam-se alguns apontamentos específicos do estatuto quando publicado⁴⁰;

- a) A regulamentação de instrumentos voltados para a regularização fundiária das áreas informais, especificamente o usucapião urbano e, adiante, por meio de medida provisória, a concessão de uso especial para fins de moradia, ao lado da identificação de outros instrumentos que já vinham sendo empregados no âmbito local, como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS);
- b) A regulamentação de instrumentos de desenvolvimento urbano, em especial voltados para o controle e coibição da especulação imobiliária e da captura da mais-valia do solo urbano;
- c) O requisito da participação social no planejamento e na elaboração de planos diretores, bem como a previsão da criação de canais de participação – órgãos colegiados, gestão participativa do orçamento, conferências, audiências e debates públicos, dentre outros – em seu capítulo de gestão democrática das cidades;

³⁹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm, Acessado em Junho/2019

⁴⁰ Considerando a conjuntura política brasileira recente, vale ressaltar que o Estatuto da Cidade tem sido alvo de retrocessos significativos nos atuais governos de extrema direita. Em julho de 2017 o governo Temer enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória (MP) 759, que entrou em vigor mesmo antes de ser aprovada e convertida na Lei nº 13.465. Dentre variados riscos, a nova lei reduziu o conceito de regularização fundiária, por exemplo, paralisando os processos de regularização fundiária em andamento na época, prejudicando, sobretudo as famílias mais pobres. O conceito anterior previa uma série de medidas associadas a condições dignas de moradia e acesso à infraestrutura adequada. Já no ano de 2019, a proposta advinda do senador Flávio Bolsonaro também representa riscos ao direito à moradia. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 80 altera a definição para a aplicação da função social da propriedade, uma vez que visa alterar os artigos 182 e 186 da Constituição Federal. O texto reduz as exigências para que um imóvel urbano ou rural cumpra sua função social. Para alguns especialistas ouvidos na reportagem de Pedro Biondi, (jornalista do Brasil de Fato), a PEC beneficia especuladores imobiliários, donos de latifúndios improdutivos, o crime organizado e milícias urbanas. <http://www.vermelho.org.br/noticia/305874-1> Acessado em Junho/2019. <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/11/pec-de-flavio-bolsonaro-que-altera-funcao-social-da-propriedade-e-inconstitucional/>. Acessado em Junho/2019.

- d) A recomendação de articulação do plano diretor com instrumentos orçamentários, bem como a previsão de sua revisão periódica, a ser feita, no máximo, a cada dez anos.

Também conhecido como Plano Diretor, o mesmo é responsável por delinear o protagonismo dos municípios na gestão da política urbana do país, para os casos em que é obrigatório⁴¹. Segundo Nunes (2012), elaborado no quadro de revisão constitucional de 1988, seu significado ultrapassou os objetivos de ordenamento territorial. Pela primeira vez em texto constitucional foi incluído o tema da “questão urbana” sob uma perspectiva mais ampla.

No entanto, especificamente no Rio de Janeiro, na gestão do prefeito César Maia, Nunes (2012) destaca que antes mesmo do Plano Diretor de 1992 entrar em vigor, foi substituído por um novo modelo de planejamento de cidade, baseado em projetos urbanos pontuais, onde se destacam os Programa Favela – Bairro e Rio – Cidade, e o plano Estratégico abrangendo a escala municipal, o que representou a desestruturação das ações coletivas de participação social na elaboração do planejamento urbano, e a descaracterização de um projeto de cidade mais democrático e menos desigual.

Nunes (2012) destaca, ainda, que as revisões as quais o Plano Diretor no Rio de Janeiro foi submetido, retira a importância da moradia como questão central da cidade. No texto da Lei Orgânica do Município⁴², editada em 1990, o Plano Diretor é definido como instrumento regulador, e propositivo sobre os processos de desenvolvimento urbano, servindo como referência aos agentes públicos e privados. Entre as cinco primeiras diretrizes do novo Plano Diretor, dispostas na lei complementar nº 111 de 1º de fevereiro de 2011, encontramos o seguinte texto;

- a) Desenvolvimento sustentável, de forma a promover o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental e a equidade social;
- b) Função social da cidade e da propriedade urbana;

⁴¹ Além dos casos de municípios de mais de 20 mil habitantes, incluem-se: municípios integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; integrantes de áreas de interesse turístico, inseridos em áreas de grandes empreendimentos ou de impactos ambientais; e onde o poder público pretenda utilizar instrumentos previstos no art. 182 da CF 1988. (Brasil, Carneiro, 2010).

⁴²http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4946719/4126916/Lei_Organica_MRJ_comaltdo205.pdf. Acessado em Junho/2019

- c) Valorização, proteção e uso sustentável do meio ambiente, da paisagem e do patrimônio natural, cultural, histórico e arqueológico no processo de desenvolvimento da Cidade;
- d) Universalização do acesso à infraestrutura e os serviços urbanos.
- e) Democracia participativa, de forma a se promover ampla participação social;

Partindo desse ponto, podemos pontuar o seguinte questionamento. Afinal, qual será de fato, o real compromisso das Prefeituras em relação ao planejamento urbano, e por que reivindicar a necessidade da democratização das políticas urbanas? Sobretudo, para a perspectiva das mulheres faveladas? De acordo com Nunes (2012), às razões que justificam a necessidade da garantia do “direito à moradia digna” no planejamento urbano, seriam suficientes para que o texto da lei correspondesse um único sentido. No entanto, para a autora, o objeto principal da legislação urbanística está atrelado ao mercado imobiliário, e por isso, não cria no interior das cidades estruturas reais de enfrentamento às desigualdades urbanas.

A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro descreve pragmaticamente o que deve ser reconhecido e defendido como função social da cidade.

Art. 422 - A política urbana, formulada e administrada no âmbito do processo de planejamento e em consonância com as demais políticas municipais, implementará o pleno atendimento das funções sociais da Cidade.

§ 1º - As funções sociais da Cidade compreendem o direito da população à moradia, transporte público, saneamento básico, água potável, serviços de limpeza urbana, drenagem das vias de circulação, energia elétrica, gás canalizado, abastecimento, iluminação pública, saúde, educação, cultura, creche, lazer, contenção de encostas, segurança e preservação, proteção e recuperação do patrimônio ambiental e cultural.

Porém, em grande parte, as ações municipais não expressam a conversão dessas demandas, em decisões que afetam e comprometem os agentes públicos e privados. O processo no geral concede a estes determinantes valores secundários ao direito à moradia, bem como todos os elementos que compõem a função social da cidade, em detrimentos dos valores especulativos na cidade.

Por este motivo, sabemos que esse tipo de indagação é vivida e sentida cotidianamente, por todos que encontram dificuldade para reconhecer em grande

parte da gestão municipal da política urbana, práticas que conciliam o texto da lei, com as práticas dispostas no cotidiano da cidade. Em suma, por serem diretamente afetados com a negação dos direitos urbanos fundamentais.

Simone⁴³ que é moradora do Laboriaux (Rocinha) há mais de 30 anos, em entrevista concedida em maio de 2019 para esta pesquisa, contou que, para ela, a política urbana é a política de descontinuidades.

Nada se faz para garantir moradia digna, e quando faz é interrompido. A favela é alvo de todo tipo de omissão e descaso. Só fazem para atender interesses de quem ocupa um espaço privilegiado na cidade. (RODRIGUES, Simone. Entrevista concedida à Márcia Araujo. Rio de Janeiro. 04 maio. 2019.)

Nesse momento da entrevista, Simone refletia sobre as violações de direitos que os moradores do Laboriaux foram submetidos, durante a preparação da cidade para as Olimpíadas e principalmente após os desdobramentos das “chuvas de abril”⁴⁴ de 2010, onde a localidade sofreu com o risco de remoção total das mil famílias moradoras do local, a partir da mobilização do termo de “risco” por agentes públicos e privados, interessados na erradicação de todas as favelas cariocas.

Com sua experiência de mobilização política na Rocinha, e também pela sua formação em Direito, Simone consegue demonstrar claramente as contradições da política urbana destinada às favelas. A mesma explica que o Laboriaux foi consolidado por meio de uma ocupação incentivada pelo poder público entre 1980 e 1983, quando 73 famílias que sofriam com enchentes nas partes baixas da Rocinha, foram reassentadas na região.

As famílias ganharam na época a segurança da posse, com título de cessão de uso, por se tratar de área pública. Tinham a cessão de 99 anos, e mesmo assim não foi suficiente pra impedir a ameaça de remoção. O prefeito Eduardo Paes, passou por cima de um documento legal que algumas pessoas tinham, e ameaçou todo mundo, com abordagens agressivas. Inclusive tem que ser dito em todas as pesquisas que dois moradores faleceram, enfartaram por conta dessa agressividade, dessa violação, de dizer que se você não saísse dali, e

⁴³ Aprofundaremos adiante a experiência da mesma como protagonista no controle social das políticas urbanas no Rio de Janeiro, por meio de sua atuação no Conselho Popular.

⁴⁴ No primeiro semestre de 2010, ocorreram tragédias provocadas por temporais e que chamaram a atenção pela dimensão do problema: Primeiro na cidade de Angra dos Reis, e, posteriormente, nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro. A estes eventos, seguir-se-ia a produção de uma nova discussão sobre a ocupação do solo e do espaço urbano, tendo como o núcleo do debate a questão da “favelização das cidades” e sendo proposta, como solução a este problema, a erradicação das favelas. (MAGALHÃES, 2013, p. 306).

não assinasse o documento iria ficar sem nada, ia morar de baixo da ponte, não ia ser indenizado, nem ganhar aluguel social. (RODRIGUES, Simone. Entrevista concedida à Márcia Araujo. Rio de Janeiro. 04 maio. 2019.)

Simone destaca ainda que o problema seria facilmente resolvido com a contenção da parte que efetivamente tinha risco. No entanto, relata que o objetivo da Prefeitura era a remoção total do Laboriaux. Segundo ela, o risco representava apenas 10% da região, ou seja, a maior parte não estava sob risco. Porém apesar de toda resistência, 130 famílias foram removidas para conjuntos habitacionais localizados nas áreas periféricas da cidade sem nenhuma outra garantia e opção, representando um grande desafio para todos os moradores que tinha constituído seus próprios fluxos cotidianos na zona sul da cidade.

O caso do Laboriaux é um exemplo claro de que os arranjos legais não são suficientes, quando os interesses do mercado estão em jogo. Inclusive o próprio Decreto municipal⁴⁵ e seus condicionantes que determinam o processo de reassentamento, demonstra ser irrelevante nas conjunturas diversas de remoção de favelas. O referido Decreto possui a seguinte redação;

- a) As intervenções urbanísticas previstas nos projetos de urbanização de assentamentos populares ou em áreas de risco apontam a necessidade de relocação de unidades residenciais, comerciais e mistas.
- b) Tais realocações são necessárias à execução do sistema viário e à liberação de áreas destinadas ao lazer e equipamentos comunitários, ou por estarem situadas em áreas inadequadas à habitação.
- c) Os projetos de urbanização, elaborados com a orientação de atingir o menor número possível de unidades, indicam soluções diversas, de acordo com as especificidades de cada área e privilegiam a utilização de espaços livres no próprio local, e na inexistência dessas áreas, a escolha de terrenos mais próximo possível.
- d) A relocação compulsória de uma moradia, mesmo em casos justificados, deve ser precedida de um entendimento e aceitação, por parte das famílias a serem relocados, dos objetivos, condições e benefícios do projeto. Devem

⁴⁵ Decreto nº 33,017 de 5 de novembro de 2010. (Revogado pelo Decreto nº 34,522/2011) Altera o anexo A, que acompanha o Decreto 20.454, de 24 de agosto de 2001, aprova as diretrizes de relocação de edificações em assentamentos populares. <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2010/3301/33017/decreto-n-33017-2010-altera-o-anexo-a-que-acompanha-o-do-decreto-20454-de-24-de-agosto-de-2001-que-aprova-as-diretrizes-de-relocacao-de-edificacoes-em-assentamentos-populares>. Acessado em Junho/2019

ainda ser considerados os investimentos realizados, por essas famílias, na produção da sua moradia, reconhecendo o direito a estas benfeitorias.

e) O processo de relocação baseia-se nas seguintes diretrizes, comuns a todos os projetos: A participação da população beneficiada, em todas as etapas do processo, buscando soluções de consenso e o comprometimento de todos com o sucesso do projeto;

f) A real melhoria das condições de habitabilidade da população objeto da realocação; A oferta de alternativa para as famílias que necessitam ser realocadas.

Para Simone, decretos como estes evidenciam uma política urbana que existe no texto, e não na prática. Por isso, defende que o morador tem que ter opção efetiva para os casos onde a remoção é de fato necessária, como a indenização adequada, reassentamento no lugar mais próximo possível, ou a compra assistida que é acompanhada pelo profissional de Serviço Social da Secretaria de Habitação. Explica ainda que;

Depois desse episódio iniciado em 2010, com altos e baixos, porque é difícil a organização popular, venho reivindicando e me organizando na Rocinha há 10 anos. Lutamos pela contenção no Laboriaux, que por enquanto, só saiu na parte do lado direito, que dá, para o alto Gávea que faz divisa com a escola americana. Um problema claro de classe. Lutamos também contra todo projeto para as favelas, que imponha um jeito específico de morar. Para famílias, por exemplo, que precisem de fato ser removidas, é necessário que seja oferecido opções. A minha perspectiva é que a prefeitura nunca pode impor uma única solução para moradia, tem que dar opção ou pela indenização adequada, (...) adequada mesmo, porque não dá pra indenizar com um valor que a pessoa não consiga comprar em nenhum lugar, pode oferecer também, compra assistida ou reassentamento no lugar mais próximo. Não dá para só oferecer, por exemplo, aluguel social, ele é importante, mas só provisoriamente. O reconhecemos como direito, mas de provisão provisória e com valor atualizado. Temos travado uma discussão sobre os imóveis no centro da cidade, porque como as favelas são espaços densos, os imóveis subutilizados devem contribuir nesse processo, e serem destinados para habitação popular, pois são imóveis públicos e privados que não estão cumprindo a função social da cidade. (RODRIGUES, Simone. Entrevista concedida à Márcia Araujo. Rio de Janeiro. 04 maio. 2019.)

Podemos concluir que a democracia brasileira estabeleceu, após processos intensos de lutas sociais, instrumentos para a democratização das cidades, ainda que tardiamente. Ainda assim, o que temos observado em grande parte dos instrumentos

da política urbana, é que projetos políticos distintos afetam a forma em que a política é implementada, como observado na cidade do Rio de Janeiro.

Vimos que depende muita das vezes da realidade política de cada cidade, no sentido dos interesses de cada partido, bem como, da força dos interesses imobiliários. Sendo assim, a democratização das políticas urbanas é um desafio, pois ainda que expresse progresso, também expressa conflito em sua própria regulação, devido aos projetos em disputa pelo direito à cidade.

Para as mulheres, a disputa pode ser considerada ainda mais desafiadora e ampla, devido à imagem de fraqueza e fragilidade que subordina e desvaloriza a ação feminina nos espaços de resistência urbana. Na busca pela democratização das políticas urbanas, é que esses espaços de luta, participação e controle social são construídos e convertidos em realidades ativas de muitas mulheres, sobretudo, como vimos das mulheres faveladas.

São estas em especial, que em seus espaços favelados vem ressignificando centralidades urbanas e de gênero, de forma coletiva, visando garantia de direitos, e consequentemente melhorias em seu ambiente cotidiano privado e público, conformando caminhos complexos e potentes da resistência feminina nas favelas do Rio de Janeiro.

4.1

Formas de controle social: O Conselho Popular

As redes sociais não são por si só, canais efetivos de participação popular para a elaboração, fiscalização e reivindicação das políticas públicas, mas tem sido base relevante de articulação para diversos movimentos sociais. De acordo com Castells (2013), a internet pode ser utilizada de diversas formas, e nos últimos tempos tem se fortalecido como meio essencial de comunicação e informação, e historicamente esses elementos (comunicação, e informação) têm sido fundamentais para articulação da população na luta por direitos.

A internet deu oportunidade aos diferentes grupos sociais, com o desenvolvimento de novas formas de divulgação, organização e articulação em um contexto em que se busca, cada vez mais, amplo fortalecimento dos novos arranjos

das lutas sociais, com suas dinâmicas, valores e perspectivas de transformação social. Para Castells (2013), são espaços de contra-poder, importante para a construção de novas relações, suficientes para alterar a ordem socialmente estabelecida pelo Estado por meio de práticas coercitivas e violentas.

As relações de poder estão embutidas nas instituições da sociedade, particularmente nas do Estado. Entretanto, uma vez que as sociedades são contraditórias e conflitivas, onde há poder há também, contrapoder, que considero a capacidade de os atores sociais desafiar o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses. (...) A verdadeira configuração do Estado e de outras instituições que regulam a vida das pessoas depende dessa constante interação de poder e contrapoder. (CASTELLS, 2013, p. 13)

E exatamente no contexto da internet, conheci e passei acompanhar o Conselho Popular a partir de 2017. Desde então, tenho o visto crescer e ganhar força tanto em número de participantes, como em relação à dimensão de suas ações políticas, na direção do reconhecimento público como agente crítico no processo em curso na cidade. Ativos nas redes sociais, e igualmente ativos no tecido urbano, o Conselho Popular possui uma agenda ampla e antiga de mobilização política nas favelas cariocas, reivindicando o direito à cidade em seu sentido amplo.

O Conselho Popular foi criado no contexto dos Jogos Panamericanos (2007), no ano de 2006, porém o formato atual que acompanho, tem uma formatação e um funcionamento distinto do período de sua criação de 2006 até 2012, quando as atividades foram interrompidas. Nesta época, o Conselho era formado apenas por representantes de algumas favelas, (o que difere de seu formato atual) e passava por um período de instabilidade⁴⁶ tanto em relação aos espaços das reuniões, bem como sobre o esvaziamento de seus integrantes.

A reorganização do Conselho Popular ocorreu somente em 2015, por estímulo do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH). Isto se deu na iminência das ameaças de remoção das favelas em função do planejamento da cidade Olímpica. Os atuais integrantes contam que, quando os moradores foram buscar a defensoria pública, a coordenadora da época, além dos procedimentos jurídicos, sugeriu que os mesmos fossem a reunião do Conselho. A partir desse momento, moradores de

⁴⁶ Para maiores detalhes sobre a descontinuidade das atividades do Conselho Popular, ver Magalhães 2013.

diversas favelas, junto com o NUTH, os agentes da Pastoral de Favelas, parte da igreja católica, e a defensoria pública, reposicionaram o Conselho na cena política na luta pelo direito à moradia. Essa fase não é considerada como uma inauguração de um novo Conselho, pois todos os sujeitos envolvidos neste formato atual, também estiveram envolvidos em sua criação no ano de 2006.

Petti (2016) explica que o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, dentre outras funções, atua na defesa jurídica do direito à moradia nos casos de despejos, remoções, reintegrações de posse e outros conflitos fundiários. E que a Pastoral de Favelas, existente há 40 anos, é o braço da Igreja Católica dedicada a ajudar moradores de favelas, na perspectiva da promoção da "dignidade" e da "cidadania", sendo dividida em vicariatos regionais, onde seus agentes, em sua maioria moradores de favelas, atuam. Tanto a Pastoral, como o NUTH, têm trajetórias marcadas pelo apoio aos movimentos sociais pela moradia.

Eliane, advogada da Pastoral de Favelas, pontua que o Conselho tem como objetivo "fazer reivindicações ao poder público relacionadas com a questão da habitação". Sua organização principal consiste na realização de atos políticos, participação em audiências públicas relacionadas ao contexto urbano, elaboração de cartas abertas destinadas aos gestores municipais, encontros nas favelas ameaçadas, circuitos culturais, participação em eventos acadêmicos, congressos, agenda parlamentar, entre outras ações, que são viabilizadas através das reuniões quinzenais que acontecem no 3º andar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, onde a Pastoral de Favelas da Igreja Católica é sediada. Há também reuniões itinerantes,⁴⁷ e um grupo de whatsapp bem ativo.

O grupo de whatsapp se revela como um espaço de fortalecimento e de construção de unidade entre todos que do grupo participam. Além de estimular um acúmulo constante de conhecimento e informações pertinentes e necessárias a organização no interior da luta favelada, atuam, ainda, cotidianamente, a partir das relações que criam e das ações que fomentam, viabilizando a mobilização e se tornando essencial, ou seja, parte constitutiva do Conselho. Pragmaticamente, este é o espaço de contrapoder, de formação dos planos de mobilização, informes sobre as

⁴⁷ São reuniões que acontecem nas favelas dos moradores que integram o Conselho Popular.

datas de atividades e reuniões, de divulgação das atas das reuniões, bem como, de compartilhamento de notícias sobre a cidade e sobre o país, denúncias em formato de fotos, vídeos e textos relacionados. A unidade que me refiro e o estreitamento das alianças podem ser observadas, por exemplo, nos casos em que compartilham avisos sobre riscos, em relação aos episódios das chuvas fortes na cidade, alerta aos moradores de áreas com frequência de conflitos urbanos armados, além das mensagens propriamente de afetos trocadas em situações específicas.

Tudo isso ocorre no grupo de whatsapp do Conselho Popular que possui atualmente 126 participantes (este número não expressa uma participação efetiva nas atividades do Conselho), demonstrando que há uma descentralização de espaços convencionados como tradicionais de luta e de política. A cada novo dia, novos membros são inseridos, e a resistência me parece constante e constitutiva da ação política daqueles que integram o Conselho Popular, ressignificando o que limita e reduz a luta urbana.

O Conselho Popular reúne majoritariamente moradores de favelas localizadas nas áreas sul, norte, e oeste do Rio de Janeiro. Mas conta também com diversos apoiadores, devido sua articulação com a universidade, com as redes sociais, instituições públicas⁴⁸, e parlamentares. Não é possível identificar a quantidade específica dos envolvidos, por se tratar de um grupo dinâmico e híbrido. Os aspectos referentes ao funcionamento e atuação do grupo perpassam principalmente o cotidiano dos moradores de favelas, que integram o Conselho, e que são fortemente impactados pelos problemas públicos, primordialmente o de remoção, e de riscos gerados no contexto de desastres. Por este motivo, as reuniões possuem um planejamento específico.

Na primeira reunião do Conselho, em 2019, realizada no Laboriaux (Rocinha), estive presente e pude constatar a importância do planejamento do encontro. Eliane, advogada da Pastoral, (que inclusive já atuou na Defensoria Pública, e por isso possui longa experiência assessorando juridicamente os

⁴⁸ Um dos órgãos públicos que acompanha e auxilia na instrumentalização da resistência e luta pelo direito à cidade, tem sido o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro – ITERJ, sendo criado para atender apenas assentamentos rurais, mas, em 1998, passou a atuar na área urbana. Petti (2016) explica que o ITERJ está atualmente vinculado à Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) e atua por meio de intervenções em conflitos fundiários, implementação dos processos de regularização fundiária e apoio à formação de assentamentos rurais.

movimentos sociais de favelas), inicia a reunião, sempre considerando que podem existir pessoas presentes naquele espaço pela primeira vez, e, portanto, contextualizar o Conselho Popular, no que tange a sua história e objetivo, se estabelece como o ponto de partida. Em seguida, são identificadas as possíveis demandas das “comunidades novas”⁴⁹, e assim vai se conformando as intenções da reunião proposta, sempre na direção da organização de ações efetivas diante das situações que ali são colocadas. O estímulo à participação, nesse momento, visa construir respostas coletivas, além de estratégias de luta com o objetivo de pautar na esfera pública as demandas dos moradores.

Para os casos das reuniões itinerantes, o foco principal sempre aponta para o contexto local onde está sendo realizada. Em geral, ao apresentarem suas demandas, solicitam o apoio de todos os integrantes e presentes que representam o Conselho Popular, para que sejam elaborados os devidos encaminhamentos, principalmente em questões como organização de atividades, pedidos de esclarecimento quanto a possíveis dúvidas, seja em relação ao campo jurídico ou propriamente à organização política.

As reuniões itinerantes, para grande parte dos moradores que integram o Conselho, são desafios válidos de serem enfrentados, por meio da mobilização no interior do próprio Conselho. Foi possível observar que esse processo contribui com a socialização da luta na cidade e pela cidade, na medida em que a circulação no espaço afetado provoca consciência coletiva diante das pautas de cada favela, daí a importância do aspecto itinerante do Conselho.

⁴⁹ A palavra comunidade aparece com muita frequência nas reuniões do Conselho e por isso é, aqui, utilizada. Poderíamos talvez compreender que essa categoria unifique identidades, discursos, práticas e demandas. Ou apenas, revele as limitações do imaginário social que circundam a favela como parte da cidade. Não aprofundo esse debate nesta pesquisa. Nessa nota, decidi apenas esboçar uma possível perspectiva sobre essa questão.

Figura 2 - Reunião do Conselho Popular na Rocinha



Fonte: Arquivo pessoal (Janeiro/2019).

Segundo Magalhães (2013), o Conselho Popular, bem como outros movimentos similares, possuem como aspecto comum o fato de se constituírem a partir de uma crítica às formas tradicionais de representação dos moradores de favelas, para além das associações de moradores. No entanto, seu sentido dinâmico permite até mesmo a coexistência de pessoas que representam papéis e objetivos distintos. Ou seja, existem moradores que reconhecem a associação de moradores como principal ponto de mobilização nas favelas, e outros não, e mesmo assim fazem do Conselho espaço democrático indispensável para a construção de consensos relevantes em todo movimento social.⁵⁰

Nessas reuniões, por exemplo, acontecem diversas proposições, que superam qualquer perspectiva de luta fechada em si mesma. Em alguns casos muitos chegam para reunião sem o desenvolvimento crítico a respeito da noção do direito à moradia

⁵⁰ Nesta pesquisa não nos propomos a analisar a expressão, “Movimento Social”, em relação ao seu conceito. Todavia, reconhecemos o Conselho Popular como um movimento social em função da sua relação com os conflitos urbanos, e de como tais conflitos possuem rebatimentos para a construção de seus repertórios de luta, sua ação coletiva, produção de consenso de identidades, e respostas às estruturas tradicionais de poder e ordem do Estado. As formas contemporâneas das ações coletivas são múltiplas, variáveis e atingem diversos níveis do sistema social. Os movimentos contemporâneos são profetas do presente. Não têm a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida. Obrigam o poder a tomar-se visível e lhe dão, assim, forma e rosto. Falam uma língua que parece unicamente deles, mas dizem alguma coisa que os transcende e, deste modo, falam para todos. (MELUCCI, 2001, p. 21, 22)

(poderíamos aqui destacar diversos fatores responsáveis por tal ausência, sem recair na individualização desse processo), ocasionando contrapontos fundamentais para a consolidação da luta política. Duas falas em especial durante a primeira Reunião do Conselho Popular, em 2019, demonstram importante contribuição para construção da consolidação da luta política nas favelas cariocas;

O morador precisa ter consciência do que ele quer. O poder está em nossas mãos, e temos que acreditar na luta sim! Eu fiz essa pergunta: - Por que eu tenho que sair da minha casa? E é por isso, que estou lá até hoje. Não foi o governo que construiu minha casa, então ele não pode tirar. (MARIA DA PENHA, moradora da Vila Autódromo. Reunião do Conselho Popular. Rio de Janeiro. 01 Jan. 2019.).

O Conselho Popular dar voz aos moradores. Precisamos valorizar esse espaço. Temos muito que lutar, porque o poder público planta dificuldade para colher facilidade, com o interesse de desorganizar a luta. A prefeitura quer dividir para enfraquecer. Eles criam estratégias para desgastar a relação das pessoas com o território. Discutir coletivamente os nossos problemas, é a nossa saída. (EMÍLIA, moradora do Horto. Reunião do Conselho Popular. Rio de Janeiro. 01 Jan. 2019.).

Maria da Penha, mais comumente conhecida como Dona Penha, e Emília, somam a algumas outras mulheres, também moradoras de favelas no Rio de Janeiro, (apresentaremos algumas delas mais adiante), e juntas expressam o que se tornou central nesta pesquisa. O protagonismo Feminino exercido por elas, em seus processos de luta política na defesa pelo Direito à cidade, em seu sentido amplo, através do Conselho Popular.

O contexto de luta que se segue no momento atual em suas favelas, possui conjunturas distintas devido ao cenário político atual da gestão municipal da cidade. Dona Penha, por exemplo, é moradora da Vila Autódromo, conheceu o Conselho Popular no contexto de ameaça total de remoção, e, portanto, de negação do direito à moradia, assim como Emília, moradora do Horto que segue na luta contra a remoção. Porém na Vila Autódromo o fantasma da remoção foi vencido, e todo o processo de resistência dos moradores se destaca pela intensidade, persistência e originalidade da luta no período de realização da Copa do Mundo (2014), e das Olimpíadas (2016), e passou a representar um marco para a luta contra a remoção, principalmente por permanecer articulando a luta junto ao Conselho Popular e instrumentalizando outras favelas em condição similar a tudo que enfrentaram.

A origem da Vila Autódromo não é muito diferente de outras ocupações populares nas cidades brasileiras, e seu crescimento tem relação direta com os pescadores e trabalhadores de outras áreas da região. No ano de 1998, os moradores da faixa marginal da Lagoa receberam Concessão Real de Uso por noventa e nove anos da antiga Secretaria de Habitação e Assuntos Fundiários. No entanto, de acordo com Oliveira (2018), a Vila Autódromo vem sofrendo ameaças de remoção desde o início da década de 1990, em função da sua localização na Barra da Tijuca, principal área de expansão da produção imobiliária formal para média e alta renda no Rio de Janeiro.

Esse processo foi intensificado com o anúncio do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas. O prefeito Eduardo Paes (2009-2016), na época, afirmou a necessidade de remoção de mais de 3.500 famílias moradoras de áreas consideradas pela prefeitura como assentamentos populares localizados na Zona Oeste e Norte da cidade, entre eles a Vila Autódromo, sendo incluída na relação de 119 favelas a serem removidas integralmente até 2012.

Mendes (2018) salienta que houve muitas tentativas de remoção da Vila Autódromo considerando estratégias formais e informais, porém todas fracassadas. Por isso, para o autor, todas as fichas do poder público e imobiliários foram apostadas no processo de preparação da cidade em especial para os Jogos Olímpicos de 2016. Entre os diversos argumentos utilizados, encontramos o argumento de risco ambiental, da construção da vila da mídia, do centro de treinamento dos atletas, de um perímetro de segurança para as instalações dos Jogos, da duplicação de avenida do parque olímpico, entre outros. Os diversos argumentos formados como repertórios de legitimidade da remoção não se sustentaram em decorrência da mobilização dos moradores da Vila Autódromo, e de outras favelas. Todos articulados ao Conselho Popular.

Um argumento central a respeito de um nebuloso projeto para a região, com várias intervenções urbanísticas, que em nada contemplava a real necessidade dos moradores, colocou as obras a todo vapor. Conforme explicitado por Tanaka (2018), o processo de intervenção urbanística na Vila Autódromo ocorreu repleto de exceções e ilegalidades. A autora afirma também que, em nenhum

momento, o poder público considerou alternativas que atenuassem os impactos, mesmo com terrenos vazios no entorno.

Foram muitos os momentos dramáticos para os moradores. A prefeitura utilizou diversas estratégias intimidadoras carregadas de abusos. Com a aproximação dos Jogos Olímpicos, em 2016, as ameaças se intensificaram, assim como as remoções, e as obras que descaracterizaram a região intencionalmente, reforçando a ideia de abandono, e potencializando a dificuldade de permanência dos moradores. Nesse período, do total de 700 famílias moradoras, restavam 45 que expressava a resistência em cada casa e família remanescente.

A família de Dona Penha agregava esse quantitativo remanescente, e com a iminência da demolição de sua casa, a resistência foi adquirindo contornos cada vez mais visíveis e potentes, inclusive na mídia nacional e internacional. Para Dona Penha, sua casa era um lugar de muitas memórias importantes, e seu valor simbólico era muito maior que qualquer valor material. Na época, o único acordo possível para Dona Penha e sua família, perpassava uma negociação coletiva, onde fosse apresentado um projeto de urbanização para a Vila Autódromo como um todo. No entanto, em 8 de março de 2016, mesmo com toda resistência, sem aviso prévio, a Guarda Municipal chegou cedo para cercar a casa e realizar a demolição. A casa de Dona de Penha foi demolida, e mesmo assim, a família continuou afirmando que não sairia da Vila Autódromo, sustentando a viabilidade da urbanização e permanência através da materialização do plano popular.

O plano popular elaborado com a assessoria de muitos apoiadores, inclusive do Conselho Popular, contrapôs o quadro de projetos obscuros, e trouxe para o debate público a possibilidade de construção de uma cidade democrática. Constituiu-se como uma conquista integrada ao processo de luta, e representou uma alternativa ao modelo de urbanização pró-mercado. O plano popular, na perspectiva de Tanaka (2018), afirmou o direito e a possibilidade de permanência da Vila Autódromo em sua área original, rejeitando o deslocamento involuntário de qualquer morador. Demonstrou, portanto, a construção de alternativas democráticas em um contexto antagônico fortemente regido pelas forças do capital imobiliário especulativo.

Atualmente, a Vila Autódromo é formada por vinte famílias que residem em novas casas construídas no terreno original da favela. As lideranças comunitárias da Vila Autódromo continuam reivindicando ao poder municipal o cumprimento do projeto firmado pela Prefeitura sobre a urbanização da região, mas também permanecem engajadas nas demais lutas sociais na cidade. Dona Penha, em especial, é bastante assídua nas reuniões do Conselho Popular, e sempre constitui falas em defesa do direito à moradia para todos os moradores de favela. Destaca que enquanto uma favela estiver em risco de remoção todas estão.

Por meio de experiências como essa, constatamos que, aos longos dos anos de luta, os moradores da Vila Autódromo aprenderam a ser mover das assembleias de bairro às reuniões com representantes do Governo, bem como a se fazerem presentes em outros contextos, que demandam a necessidade de organização política demonstrando amplo compromisso com a luta coletiva pela cidade.

Nesse sentido, foi percebido que, por meio do Conselho Popular, as mobilizações dos moradores de favelas, em especial das mulheres pela condição de participação expressiva, se configuram como importante mecanismo de controle social da política urbana, uma vez que, assim como os moradores da Vila Autódromo, outros moradores de favela também expressam que a luta contra a remoção é só uma parte de um leque de reivindicações que compõem a defesa pelo direito à moradia.

Deste modo, apesar de constituírem um processo político urbano complexo e abrangente, a inserção significativa das mulheres no Conselho Popular tornaram um aspecto específico da luta mais nítido para a elaboração desta pesquisa. Foi observado que o Protagonismo Feminino estava posto em relação a muitos determinantes, e dentre todos que poderíamos apresentar, foi decidido como foco, a questão da atuação dessas mulheres no controle social das políticas urbanas, por meio da articulação das mesmas junto ao Conselho Popular.

Figura 3 - Reunião do Conselho Popular no Horto



Fonte: Foto de Jaqueline Andrade (Dezembro de 2017).

Nesta foto, Dona Penha participava de uma reunião do Conselho Popular que ocorreu no ano de 2017, na favela do Horto localizada na Zona Sul da cidade. O referido encontro reuniu moradores de diferentes localidades, que estavam vivenciando processo de ameaça à remoção. Nesse dia Dona Penha contou toda a experiência de mobilização política experienciada na Vila Autódromo e incentivou a participação de todos os moradores na luta pela permanência de suas moradias.

Acompanhar a circulação dessas mulheres na cidade, articuladas em uma estrutura de formação política (Conselho Popular), capaz de construir uma identidade coletiva para elas enquanto moradoras de favelas, permitiu reconhecer que a cada novo processo de negação do direito à moradia, se estabelece uma oportunidade de descobrir novos conflitos urbanos, e por sua vez ampliar a resistência, e a participação popular na construção de uma cidade mais justa. Ou seja, a ameaça de uma favela se constitui como ameaça para todas. Com isso, nunca é perdido de vista a intencionalidade da política urbana destinada às favelas cariocas nos últimos anos, que continua acionando a remoção como regra e não como exceção.

Os embates na cidade, sobretudo nas favelas, têm aproximado as mulheres do projeto de cidade que a política urbana vem postulando, e, portanto, as lutas travadas por elas, por meio do Conselho Popular, se posicionam na busca por mudanças, na defesa de uma política urbana, que assegure direitos aos moradores de favelas de forma coletiva e ampla. Por este motivo, reconhecemos essa articulação como estratégia para o controle social da política urbana.

Temos a tendência de pensar o controle social como processo exclusivo do contexto das Conferências, dos Conselhos de Políticas Públicas e dos espaços de Orçamento Participativo⁵¹. De fato, são espaços importantes para a concretização do exercício do controle social, que foram propiciados pelo conjunto de lutas sociais e políticas na direção da democratização do país frente ao Estado autoritário, implantado a partir da ditadura militar. No entanto, esse processo histórico, ainda que relevante para a construção do entendimento a respeito do controle social, possui algumas contradições que apontam para a necessidade de repensar o exercício padronizado do controle social na atualidade.

Na perspectiva de Dagnino (2004), o processo de construção democrática marca avanços e conquistas inegáveis advinda da mobilização popular e organização dos movimentos sociais, que culminou, em 1988, na nova Constituição Federal brasileira, consagrando o princípio da participação da sociedade civil. Porém, para a autora, esse mesmo período expressa também o surgimento de um movimento de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington, e também pelas orientações do Banco Mundial, onde foi proposta a descentralização como deslocamento da responsabilidade do Estado para a sociedade. Representando desta forma, o que Machado (2015) chamou de “modernização conservadora” devido à manutenção do conservadorismo político e dos traços antidemocráticos.

Assim, se é possível que a participação da sociedade civil seja entendida de um lado, como possibilidade na construção da democracia, na medida em que ocorre a partilha do poder da decisão entre o Estado e a sociedade, associada

⁵¹ Os orçamentos participativos são espaços públicos para deliberação sobre o orçamento das administrações municipais, onde a população decide sobre e como os investimentos devem ser realizados. Diferente dos Conselhos Gestores, cuja existência é uma exigência legal, os Orçamentos Participativos derivam de escolhas políticas dos diferentes governos municipais e estaduais. (DAGNINO, 2004, p.94)

ao projeto democratizador, à capacidade de negociação e ao controle democrático sobre o Estado. Por outro lado, existe a possibilidade de se ver aí um limite à construção da democracia e dos espaços públicos, tendo-se em mente que esse incentivo do Estado pode representar a transferência de suas responsabilidades à sociedade e o total apoio a matrizes liberais e de caráter privado no trato das questões públicas. (NEVES, 2008, p. 32).

Por este motivo, o debate assegurado pela nova Constituição sobre uma democracia participativa e deliberativa, a partir da criação dos espaços públicos de discussão, deliberação e construção das políticas públicas, representaram a partir dos mesmos referenciais políticos e semânticos, projetos de sociedade distintos. Ou seja, os espaços de controle social são espaços de disputa e de contradição, e tem seus rumos definidos a partir da correlação de força ali presente, expressando, portanto, a correlação de forças que é própria da sociedade conforme defendido pela perspectiva gramsciana. (Correia, 2012).

Correia e Bravo (2012) explicam que os mecanismos de controle social foram implementados a partir dos anos 1990, garantidos na Constituição Federal, e em leis específicas, porém em um cenário de regressão dos direitos sociais, e de mundialização do capital, diferente da efervescência crescente em torno das forças progressistas presentes na década de 1980. Na proposta de contrarreforma do Estado brasileiro, o que se propôs, foi a desresponsabilização do Estado com a proteção social, onde as organizações da sociedade civil são neste momento convocadas para substituir o Estado. Essa perspectiva reorienta o controle social, na medida em que desarticula as lutas coletivas, por lutas corporativas em defesa de grupos de interesses particulares. (Correia e Bravo, 2012). Nesse contexto, os conselhos se constituíram mais como mecanismos de legitimação do poder dominante e de cooptação dos movimentos sociais, onde ao invés de controlar passam a ser controlados, por meio da pressão das classes dominantes em convertê-los como espaços estratégicos funcionais para a manutenção de seus privilégios e domínios.

O que essas implicações demonstram, é que existem desde o processo de criação e consolidação dos conselhos, desafios que limitam a realização plena deste direito. No entanto, as referidas autoras entendem que as contradições e correlações de forças próprias destes espaços, em função das conjunturas políticas ampliam a

necessidade da “classe subalterna” de buscar constante articulação política, privilegiando as noções de fiscalização, discussão e ampliação dos direitos sociais através da efetivação dos conselhos. Deste modo, ainda que atravessados por uma tensão histórica, são espaços que potencializam a capacidade dos diferentes grupos em condição de desigualdade, de disputar a elaboração da política pública, do fundo público, de exigir a transparência do uso de recursos públicos e à efetivação dos direitos sociais.

Os espaços de controle social institucionalizados no âmbito público, e situados no poder executivo não são os únicos onde se exerce o controle social. No que tange ao quadro conceitual, no boletim editado pelo Instituto Polis é possível encontrar definições mais pragmáticas, sobre o que são, e onde podem ser exercidos esses conselhos institucionalizados;

As Conferências, os Conselhos de Políticas Públicas e os Orçamentos Participativos constituem espaços importantes para a concretização do exercício do controle social. São espaços de diálogo e deliberação direta entre representantes da sociedade civil e do governo. Os conselhos gestores de políticas públicas são instrumentos fundamentais de controle social das políticas setoriais nos níveis municipal, estadual e federal, previstos em lei. A eles compete deliberar políticas e aprovar planos, fiscalizar as ações e a utilização dos recursos, aprovar ou rejeitar a prestação de contas feita pelo poder público e emitir normas. Como estes conselhos têm sua existência garantida em lei, não estão sujeitos à vontade de uma ou outra gestão para existir. Já outros espaços como Orçamentos Participativos ou grupos de trabalho são diretamente afetados pela vontade política dos governos em implementá-los ou dar continuidade ao seu funcionamento. (Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais - n o 29 - Agosto/08)

⁵²

Em seu sentido geral, podem ser realizados tanto no momento da definição das políticas a serem implementadas, quanto ao momento da fiscalização do acompanhamento e da avaliação das condições de gestão, bem como, das execuções das ações e aplicação dos recursos financeiros destinados à implementação de uma política pública.

⁵² Participação Popular na Construção do Poder Local – é um boletim editado pelo Instituto Pólis para divulgar informações e contribuir na formação de participantes de Conselhos de todo o país e pessoas interessadas em construir e fortalecer espaços participativos e de exercício da cidadania ativa. <http://www.polis.org.br/uploads/1058/1058.pdf> Acessado em Junho/2019.

O interessante nesse sentido, é que a atuação do Conselho Popular demonstra que, de fato, a atuação dos segmentos sociais na direção da efetivação do controle social está para além do espaço institucional, mas preserva as principais características dos conselhos regulamentos constitucionalmente, e pelas leis municipais. Cabe ressaltar ainda, que o reconhecimento dos espaços diversos de controle social não visa relativizar a importância dos conselhos “institucionalizados”. O Conselho popular, por exemplo, constitui diálogos imprescindíveis com os conselhos gestores municipais voltados para a questão urbana do município do Rio de Janeiro.

Com base no boletim do Instituto Polis, as diversas organizações autônomas da sociedade fortalecem o exercício do controle social. São fundamentais para as ações de pressão, monitoramento, fiscalização, exposição pública de um tema, e acionamento de órgãos públicos. Na referida elaboração do Instituto Polis, é apresentado como exemplo dessa ponderação, os movimentos de moradia em todo País, na medida em que participam dos canais institucionais, ou seja, conselhos e conferências, mas também atuam no monitoramento, fiscalização e a pressão por fora desses espaços, muitas vezes acionando órgãos da Justiça. Como o caso do Conselho Popular, que tem ampla articulação com a Defensoria pública do Estado do Rio de Janeiro. Principalmente em se tratando de direito à moradia, é percebido que na ausência dessas diferentes alternativas de controle social, esse direito poderia ser ainda mais precarizado pelas instâncias políticas.

Todos esses aspectos mais objetivos que postulam o debate do controle social apontam em nossa perspectiva, para a teoria gramsciana. Simionatto (1995) explicita com base nas reflexões de Gramsci que o controle social representa a capacidade da sociedade de auto regular, e assim, guiar os rumos políticos através de seus interesses, e carregar em sua formação um projeto societário que tenha como objetivo a superação da ordem de opressão vigente. Nessa leitura o controle social é o movimento dialético que organiza no espaço os interesses em confronto, e torna consciente os conflitos e contradições. (SIMIONATTO, 1995, p.66).

Temos de concluir que a dificuldade de reconhecer o controle social como direito a partir da perspectiva de uma sociedade democrática, incide diretamente nos conflitos e contradições, que se destacam pela constante disputa entre os que

defendem os conselhos institucionalizados ou não, como únicos espaços de luta, e os que julgam que tais espaços devem ser mais tensionados e ocupados pelos movimentos sociais, mesmo considerando os limites de uma conjuntura de cooptação e consequentemente desarticulação dos interesses coletivos dos segmentos sociais.

Nesse sentido, optamos por situar o Conselho Popular nesse debate por justamente reconhecer que o controle social não é uma instância imune e isolada de conflitos de interesses, porém tem se demonstrando como espaço de pactuação de interesses, alimentado pelo anseio da garantia efetiva do direito à moradia digna, evidenciando, também, o lugar ativo das mulheres nesse processo como protagonistas no controle social da política urbana.

4.2

Protagonismo Feminino no controle social da política urbana: A experiência de mulheres moradoras de favelas integrantes do Conselho Popular

O Protagonismo Feminino presente em diversas mobilizações políticas na cidade, sobretudo nas favelas cariocas, não é recente, porém o pensamento dominante impõe constantemente formas e normas, que invisibilizam as mulheres dos processos políticos inerentes a toda luta por direitos. Nesse sentido, as experiências retratadas nesta última seção, em torno do protagonismo feminino no controle social da política urbana, indica que a ação política das mulheres na cidade materializa uma disputa que é historicamente complexificada por dois pólos que transitam em torno da perspectiva da desigualdade de gênero e propriamente do direito à cidade.

Não foi preciso muito esforço, para evidenciar que as mulheres estão protagonizando as ações políticas de resistência nas favelas cariocas, no atual contexto de empresariamento urbano, potencializado com a realização dos megaeventos no Rio de Janeiro. O desafio inicial foi identificar qual aspecto desse protagonismo seria mais pertinente de ser destacado na atual conjuntura de luta no interior de cada favela pesquisada.

As favelas cariocas sempre foram alvos de inúmeras violações de direitos, e seus moradores constantemente ameaçados por uma moral estigmatizadora, que acompanha historicamente grande parte dos gestores públicos da cidade. Nos últimos dez anos, por exemplo, a remoção foi profundamente relativizada nos projetos urbanísticos, assumindo lugar central, enquanto que o direito à moradia nestes espaços foi sendo cada vez mais questionado, desqualificado, e violado com legitimidade dos grupos privilegiados na cidade.

A atual gestão municipal prossegue oferecendo sustentação a ações que dão continuidade ao processo de mercantilização da cidade, com foco na remoção de favelas, e de projetos de grandes impactos promovidos através de parcerias público-privadas, fortalecendo a noção de especulação e subordinação ao mercado financeiro e imobiliário. Ainda em processo de campanha, por exemplo, o atual prefeito prometeu utilizar-se de concessões e parcerias com a iniciativa privada para resolver o déficit habitacional de favelas, além disso, a substituição do termo “obras” por “infraestrutura” em seus discursos reflete a tentativa do atual prefeito de romper com a imagem da ligação entre a prefeitura e as grandes obras de Eduardo Paes, que teve sua gestão marcada por uma série de violações nas favelas cariocas, através dos intensos processos de remoção.

Esse constante tensionamento urbano, que preconiza o desaparecimento da favela e a usurpação do próprio sentido de cidadania traz à tona questionamentos por parte dos sujeitos envolvidos. Ao ser evidenciado o protagonismo feminino nesse processo, foi observado que as mulheres, em questão, na atual conjuntura que se segue, não se consideram mais envolvidas apenas na resistência à remoção, na luta pela permanência, ou por reivindicações pontuais de infraestrutura urbana, pois esses elementos reforçam uma necessidade muito maior. Elas buscam se inserir politicamente em espaços convencionados como incomuns à sua presença, disputando o direito à cidade em seu sentido amplo.

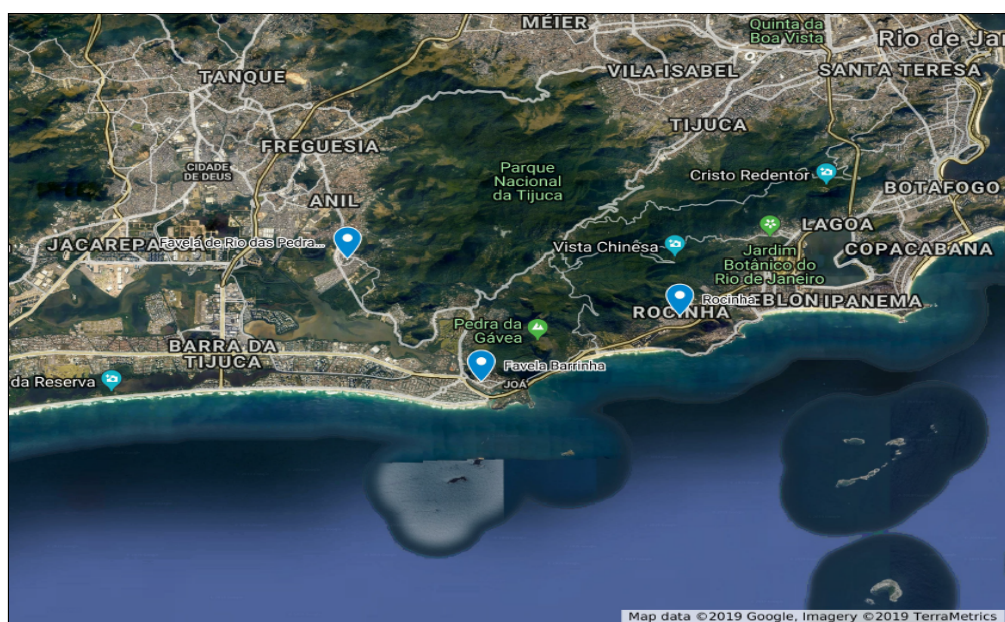
Questionam quais têm sido as ações que compõem a política urbana para todas as favelas na cidade, visando alterar essa perspectiva de exploração e expropriação de seus locais de moradia, em detrimentos da manutenção dos privilégios do mercado imobiliário. Esse movimento agregador de tantos elementos insurgentes constrói e fortalece o controle social, na medida em que essas

mulheres transitam pelas esferas públicas e privadas com a mesma intencionalidade, convertem demandas individuais, em coletivas, assim como, articulam suas identidades com espaços novos, tornando tão seu quanto suas próprias favelas.

Como mencionado anteriormente, o Protagonismo das mulheres moradoras de favelas no controle social da política urbana está sendo analisado a partir da perspectiva do exercício de um controle social, que se articula com as instâncias públicas, porém, não como espaços institucionalizados e regulamentados pelas esferas do poder público. Nesse sentido, as experiências, que se apresentaram como evidências desse protagonismo, foram baseadas nos processos dinâmicos vividos e sentidos em especial por três mulheres que integram o Conselho Popular, além dos exemplos já destacados anteriormente, onde mulheres de suma importância como Dona Penha, e Emília foram lembradas.

Cabe ressaltar que esse processo se esbarra em muitas outras mulheres faveladas, igualmente importantes para a evidência desse protagonismo. Porém, na tentativa de explorar com mais qualidade as experiências de luta convertidas em práticas de controle social, focaremos nosso trabalho em Simone moradora da Rocinha, Jaqueline, da Barrinha, e Andrea, de Rio das Pedras. (Geograficamente, se trata de uma favela localizada na zona sul da cidade, e duas na zona oeste).

Figura 4 - Mapa com a localização das favelas Barrinha, Rio das Pedras e Rocinha na cidade



As construções sociais que conformam suas escolhas e posições assumidas em relação à luta pelo direito à moradia são ao mesmo tempo distintas e semelhantes. O que foi percebido como semelhante é a relação construída com as favelas onde moram, e a distinção aparece na maneira em que cada uma se apropriou do sentido político de suas ações cotidianas.

Jaqueline tem 34 anos, é moradora da Barrinha desde 1996. Reside com sua mãe, e filha e trabalha sem vínculo formal como vendedora de salgados. Explica que quando sua família chegou para estabelecer sua vida na Barrinha, já existiam famílias na região, e que estes moradores mais antigos estão na localidade há quase 40 anos. A Barrinha é uma das favelas, que estão ameaçadas pela remoção atualmente, e a sua localização na cidade é uma das razões principais do conflito. É considerado um sub-bairro da Barra da Tijuca, e entre os apartamentos e condomínios de casas tipificados juridicamente como regulares, estão as 51 famílias que residem em casas populares “informais”⁵³ em terreno particular visado pelo mercado imobiliário por seu exorbitante potencial especulativo.

Inicialmente foi estabelecida para alojar os trabalhadores para um grande conglomerado hoteleiro. O espaço foi negociado com os proprietários do terreno, e os aluguéis dos trabalhadores eram pagos pela rede de hotéis. Depois de um tempo, o mercado dessa rede de hotéis foi enfraquecido, alguns encerraram suas atividades na região, e com isso os aluguéis foram deixando de ser pagos aos proprietários. Porém, os trabalhadores permaneceram, constituíram família, e atribuíram função social para a região, que inclusive era um local de descarte indevido de lixo. Para Jaqueline, o “pedaço” de terra se desenvolveu, com casas que foram passadas de um membro da família para outro. Mas sua família chegou à Barrinha por meio de compra em regime de posse.

Jaqueline é presidente da Associação de Moradores da Barrinha e conta que sempre foi interessada em conquistar coletivamente a segurança da sua moradia, porém sente que sua inserção no Conselho Popular possibilitou um posicionamento mais consciente a respeito do direito à moradia. No entanto, destaca que sua mãe foi

⁵³ A informalidade urbana pode ser compreendida como uma forma singular de “produção do espaço”, um modo específico de “planificar, disciplinar e exercer o poder” no contexto urbano, que sem ser necessariamente extralegal se caracteriza por possuir “zonas sombrias” e integrar “combinações distintas de legalidade e formalidade” (GONÇALVES, 2017).

a primeira pessoa a influenciar o papel que exerce hoje em sua “comunidade”. Jaqueline explica que sua mãe, se encarregou, por exemplo, em buscar na Defensoria Pública apoio para regularizar a condição da Barrinha, ainda na década de 1990.

Logo quando nós viemos para cá, no início em 1996, a minha mãe começou a tentar informações para regularizar nossas moradias com Defensoria Pública, mas não foi pra frente porque existia um processo em curso entre os donos do terreno, com a rede de hotéis, exigindo o pagamento de todos os alugueis atrasados. A orientação que minha mãe recebeu na época, foi para esperar. Quem ganhasse se pedissem a reintegração, a Defensoria ia entrar com o pedido de usucapião. Ela também tentou fazer o registro da Associação, pela FAFERJ. Só que ela não conseguiu reunir o dinheiro todo necessário na época para poder terminar o registro. Ela chegou a fazer a ata, a montar um quadro, teve eleição, mas não conseguiu efetivar o registro, se não a gente teria aí mais de 20 anos de Associação. Tempos depois, conseguimos, minha mãe foi presidente por muito tempo, e depois de alguns aborrecimentos, decidiu sair, e eu assumi. (ANDRADE, Jaqueline. Entrevista concedida à Márcia Araujo. Rio de Janeiro. 30 dez. 2018.).

Até esse momento da entrevista, Jaqueline se ateu aos aspectos da organização política da Barrinha, que foram conformando ao longo do tempo a permanência dos mesmos na região. Nesse ponto, é interessante ressaltar que a representação do espaço é ao mesmo tempo simbólica e material. Corresponde a uma necessidade objetiva da vida humana, mas também representa a manutenção de laços e referências que valem a pena ser preservados, e protegidos. Daí o esforço de adquirir garantias convencionais regulamentadas juridicamente, na esperança de legitimar socialmente, que o morador de favela também tem direito de acessar a moradia de forma digna.

Tanto Jaqueline, como Simone e Andreia são moradoras antigas, e possuem origens nordestinas. A relação de pertencimento com o local de moradia, que assumem possuir, constitui a favela como espaço de construção e validação de suas narrativas de luta. Tais narrativas são construções que representam o lugar que o sujeito político está inserido, contribuindo com a formação e fortalecimento de seus repertórios de resistência, potencializados a partir de alianças. Como destacamos anteriormente, a resistência passa a existir quando é exercida por aqueles que agem unidos em aliança, àqueles que são excluídos, ou considerados irreais pelos que

buscam monopolizar a realidade, e definir a esfera de participação por meio da exclusão de grupos específicos. (Butler, 2018).

O que foi reconhecido, portanto, como distinto em suas narrativas, foi à maneira com que cada uma reconheceu sua inserção nas experiências políticas em torno da defesa do direito à moradia, e do processo de aproximação e constituição de suas alianças, ou seja, inserção no Conselho Popular. Andrea de 37 anos, é moradora de Rio das Pedras desde que nasceu, trabalha com transporte escolar, e também é Cabeleireira. Entende que antes da ameaça de remoção que atingiu sua “comunidade”, não se reconhecia como sujeito ativo e consciente de aspectos políticos em seu cotidiano. E assim como Jaqueline, conheceu o Conselho Popular após o risco eminente de remoção das favelas que residem. No entanto, a atuação comunitária de Andrea estava mais voltada a práticas assistenciais, diferente da experiência cotidiana política de Jaqueline e Simone, em suas respectivas favelas, que estavam mais relacionadas propriamente com o direito à moradia.

Eu fiz parte de uma igreja evangélica, e lá eu sempre fazia trabalho social, sempre gostei né, desse tipo de trabalho, dessa coisa de ajudar o próximo. Quando eu me afastei da religião, fiquei com minha fé, só eu e Deus mesmo, por incrível que pareça apareceu esse projeto de remoção, logo em seguida. Então assim, através do projeto de remoção eu acabei me envolvendo novamente com a questão social, e conheci o Conselho Popular (...) é uma coisa que continua me dando muito prazer. Embora eu tenha o meu trabalho a minha vida particular, o dia a dia, a correria, mas eu gosto de está sempre envolvida com coisa social. Pra mim foi tudo uma grande surpresa, eu não tinha acesso a nenhum tipo de informação. Nem imaginava nada. A época das Olimpíadas, por exemplo, pra mim era uma alegria, aquilo tudo era uma festa, um momento de comemoração. Eu nunca imaginei mesmo, de verdade. Antes de eu entrar nessa questão da remoção eu era totalmente leiga da política, leiga mesmo, eu ainda considero que eu tenho muito a aprender, mas hoje meu olhar político é completamente diferente do meu olhar de antes, eu tinha zero conhecimento, hoje em dia eu vejo que é muito importante à gente saber de política, antes eu achava assuntos desse tipo um saco, hoje eu vejo que pra mudar alguma coisa a gente precisa entender de política. (FERREIRA, Andrea. Entrevista concedida à Márcia Araujo. Rio de Janeiro. 19 jun. 2019.).

Neste ponto, consideramos que a narrativa de Andreia demonstra que as normatividades que definem as práticas políticas na cidade, muitas vezes, anulam a prática cotidiana singular de cada indivíduo, que é igualmente dotada de política. Essa questão é tão intrínseca ao dia a dia de Andrea, que mesmo não reconhecendo,

sua consciência política sempre esteve presente em sua trajetória de vida, ao ponto que quando se viu diante da ameaça de remoção, imediatamente acionou referências já construídas em seu tecido urbano, por meio do senso de justiça e coletividade experimentados por ela.

Sobre o lócus de mobilização de Andrea, podemos ressaltar algumas considerações. Rio das Pedras, assim como Barrinha, estão localizados na zona oeste da cidade. Os moradores mais antigos de Rio das Pedras relatam que a favela expandiu com maior expressividade da década de 1970, junto com o crescimento da Barra da Tijuca, à medida que aumentava à mão de obra na região. Assim como a Barrinha, e até mesmo a Rocinha, cresceram como resultado de determinantes projetos de construção, urbanização, e expansão de uma área específica da cidade. Rio das Pedras está localizado entre os bairros do Itanhangá e Jacarepaguá.

Andrea explica que Rio das Pedras é formado aproximadamente por 180 mil habitantes, especialmente por conta da migração de nordestinos, e que inclusive sua família, natural do Estado da Paraíba e Piauí, chegou a Rio das Pedras bem no início da ocupação e ali seus familiares se estabeleceram. É uma localidade que possui uma história marcada por muitas nuances políticas caracterizadas por muita resistência e descasos do poder público. Infelizmente é muito mais conhecida como a primeira favela, onde os grupos criminosos chamados de milícias foram formados. Inclusive, cabe destacar que esse assunto não foi abordado na entrevista, por motivos de segurança, considerando tanto a entrevistada, quanto minha posição como pesquisadora e moradora da região.

Em artigo publicado no ano de 2017 em um site de notícias sobre favelas cariocas (RioOnWatch),⁵⁴ Juliana Ritter explica que Rio das Pedras pode ser dividida em duas partes principais: uma área norte mais consolidada e uma área sul com infraestrutura mais recente e, por consequência, mais precária. No entanto, para os moradores, as principais divisões dentro de Rio das Pedras são as “sub-comunidades” conhecidas como Areal 1, Areal 2, Areinha, Casinhas, Pinheiro e Pantanal. As ruas principais são a Rua Nova, Rua Velha e Engenheiro. Andrea reside no Areal 1, sendo vizinha de muitos familiares e amigos.

⁵⁴ <https://rioonwatch.org.br/?p=23886>. Acessado em Julho/2019.

A terceira entrevistada tem uma trajetória política claramente delineada. Simone tem 30 anos, reside com os pais no Laboriaux, sub-bairro da Rocinha (histórico da região apresentado na parte inicial deste capítulo). É Advogada, formada pela rede de ensino privada na condição de bolsista integral, por meio do Programa Federal Universidade Para Todos – PROUNI. Explica que a escolha da sua profissão tem relação direta com a forma como sempre teve interesse em se posicionar na sociedade, priorizando a garantia e defesa dos direitos fundamentais, principalmente a questão da moradia.

Comecei desde os 13 anos pela Pastoral da Juventude, pelas Pastorais sociais fazendo andanças pela Rocinha e identificando as casas das pessoas que precisavam de acolhimento. Fazendo trabalho emergencial de arrecadação de alimentos, empoderar as pessoas, conversar, fazendo jornal comunitário, divulgando oportunidade de trabalho na vizinhança, de curso gratuito. A gente mapeava o que tinha e dentro e ao redor da Rocinha. Fazia um trabalho super simples, de colagem em mural, imprimia, tirava cópia e entregava para as pessoas, junto com uma cesta básica, para ajudar naquilo que a gente sabia que era emergencial. Ai eu já fui percebendo desigualdade dentro da própria Rocinha, com mais de 15 sub-bairros que demandava por muita política pública específica, e tudo que permeia a moradia digna. A gente começou a perceber que tinha pontos na Rocinha muitos mais precários que outros. Por exemplo, a parte da baixa da Rocinha, o bairro Barcelos, ali tem loteamentos regularmente construídos, inclusive regularizados há pouco tempo, mil famílias ali tem o título de regularização fundiária. Deste dessa época eu comecei a perceber a diferença, até mesmo em relação ao acesso a serviços. E tudo isso me ajudou a pensar que a gente faz parte de um todo, de um espaço que tem tá conectado e a integrado à cidade. (RODRIGUES, Simone. Entrevista concedida à Márcia Araujo. Rio de Janeiro. 04 maio. 2019.)

Os processos continuados de organização política, mencionados até esse momento, nas três entrevistas, foram consolidados de forma singular e demonstram que as ações cotidianas que marcam as trajetórias de vida dessas três mulheres e de tantas outras espalhadas nas favelas cariocas, correspondem a representações infrapolíticas de resistência. Representações estas não estabelecidas como negação do que é convencionado como prática política tradicional, pelo contrário, elas se inserem no espaço que demanda a necessidade de mobilização, conciliando novos sentidos políticos em diferentes espaços e práticas, ressignificando dualidades e a produção do cotidiano onde o sujeito político existe e produz a si mesmo.

Antes mesmos da materialização das suas alianças políticas, e de seus vínculos com a luta pelo direito à moradia, suas potencialidades já estão disponíveis no espaço urbano, afirmando que os processos de luta são infrapolíticos, uma vez que antes de tudo, eles atravessam repetidas vezes suas próprias realidades cotidianas em seus locais de moradia, da mesma forma que Lugones (2018) pontua como expressão de resistência às imposições coloniais. Tais representações infrapolíticas de luta são provocações propositivas das mulheres. Não se trata da negação da política, mas da possibilidade de perceber que diariamente todos os esforços para romper com a negação do direito de voz, de visibilidade, de sobrevivência, de igualdade, inclusive do direito de moradia, entre outros, confrontam imposições a partir de ações infrapolíticas.

Atualmente, as três mulheres, que conformam os sujeitos privilegiados de investigação nesta pesquisa, estão inseridas no Conselho Popular e postulam a garantia do direito à moradia a partir de suas próprias experiências, porém conciliando demandas distintas de diferentes favelas. Em seus processos de luta, evidenciam que quando são ameaçadas de remoção, o que está em jogo é muito mais que uma casa, é na verdade a forma de sobrevivência de suas famílias, adaptadas ao fluxo regular vivido nos espaços que ocupam. Nesse sentido, assumem um compromisso ampliado com a promoção da justiça social na produção do espaço urbano carioca.

Simone participa do Conselho Popular desde 2010, enquanto que Jaqueline e Andrea participam desde 2017. Em 2010, a área do Laboriaux na Rocinha sofreu ameaça de remoção. Simone conta que em abril desse mesmo ano, chuvas torrenciais causaram desmoronamentos e vitimaram fatalmente duas mulheres, deixando os moradores muito impactados. Essa tragédia foi usada pela prefeitura como justificativa para interromper o processo de regularização fundiária em curso e interditar a zona, com a ameaça da remoção imediata, sob o discurso indiscriminado da noção de área de risco. Nesse contexto, a prefeitura interditou todo o Laboriaux e marcou as casas com a sigla SMH sem apresentar laudo técnico de comprovação de área de risco. Para Simone, isso representou desrespeito e descaso com as famílias.

Após as reclamações dos moradores, a Secretaria Municipal de Habitação apresentou um laudo técnico antigo elaborado pela GEO-RIO, que é um órgão de avaliação geológica do município do Rio de Janeiro. O referido laudo foi questionado pelos moradores, pois quando puderam acessar as informações contidas ali, perceberam que se tratava de um documento genérico e que não correspondia a realidade total do local. Simone destaca, ainda, que apesar da mobilização dos moradores, a prefeitura nunca os envolveu nas decisões tomadas, e nenhuma alternativa para evitar a remoção foi providenciada. Ao contrário disso, negou informações, agiu com autoritarismo, truculência e abuso de poder. Simone pede, na entrevista, que isso não deixe de ser mencionado, pois precisa ser veementemente denunciado. A violação foi tão expressiva e permeada por pressão psicológica, utilizada principalmente para forçar os moradores a assinar o auto de interdição, que se viam apreensivos, sem saber para onde iriam à época, e como ficariam suas vidas em lugares distantes do emprego, do lazer entre outros detalhes. Simone conta que, inclusive, as pessoas adoeceram nesse processo, como infelizmente foi comum em outras favelas que passaram pela mesma situação.

As primeiras iniciativas de resistência aconteceram a partir da formação de uma comissão de moradores a qual Simone continua fazendo parte. A mesma relata que a partir da formação da comissão, conseguiram o apoio da Pastoral de Favelas, do Conselho Popular, e do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública.

As ações de resistência foram diversas, uma das mais marcantes foi a ocupação da Escola Municipal Abelardo Chacrinha Barbosa. Nesse dia a ação de mulheres e mães impediu uma demolição, parando um trator conduzido por um agente da prefeitura. Além disso, também buscamos parceiros para a elaboração de um laudo técnico alternativo, que identificou a necessidade de um número menor de remoções que seriam necessárias para viabilizar as intervenções urbanísticas que garantissem as condições seguras para a permanência dos moradores do território. (RODRIGUES, Simone. Entrevista concedida à Márcia Araujo. Rio de Janeiro. 04 maio. 2019.)

Simone explica que o desfecho não representa o que as famílias mereciam e queriam, pois com toda resistência cerca de 130 famílias foram removidas sob o discurso generalizado de risco ambiental e de risco de desabamento. Algumas

famílias receberam como contrapartida o aluguel social de apenas R\$ 400,00 mensais, enquanto outras foram reassentadas em conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida, em Triagem, Estácio, e Cosmos. Simone inclusive tem familiares que estiveram nessa situação, e por isso reconhece que se torna mais visível para ela os impactos negativos na vida das pessoas. Citou como consequência desse processo, algumas evidências negativas, como, o aumento de despesas, perda de trabalho, mudanças de escolas e creches, dificuldade de mobilidade, quebra de laços sociais devido à distância em relação ao espaço onde construíram pertencimento, além de problemas de ordem psicológicas.

O Laboriaux é um caso dentre tantos, onde as remoções foram viabilizadas no contexto dos megaeventos por meio de decretos, sem reconhecimento da posse qualificada pela sua função social, de forma arbitrária e truculenta, correspondendo às características do modelo de empresariamento urbano. Porém, como já destacado, as violações não ocorreram sem tensões e oposição. Simone explica que a articulação com moradores de outras favelas se tornou mais forte com seu envolvimento com o Conselho Popular, e a mobilização dos moradores foi sendo consolidada e ganhando contornos bastante significativos. Sabe-se que o movimento entre resistir e permanecer pautado por diversos atores sociais nas favelas cariocas é histórico.

Os moradores do Laboriaux, junto a outros moradores de favelas ameaçadas de remoção—como como Prazeres e Pavão-Pavãozinho se fortaleceram ainda mais juntos, realizando diversos debates dentro das favelas e participando de manifestações populares e audiências públicas. Os moradores do Laboriaux também se engajaram em mutirões de limpeza de lixo nas áreas verdes em volta do Laboriaux. Vale lembrar também que há quatro anos, no contexto das manifestações de junho de 2013, 4.000 moradores da Rocinha fizeram uma manifestação reivindicando a aplicação de políticas públicas na comunidade. Como desdobramento desse momento histórico, uma comissão de moradores conseguiu apresentar pautas de reivindicações aos governos estadual e municipal, levando o então Prefeito Eduardo Paes a assegurar, em visita ao Laboriaux, que não removeria mais ninguém e que realizaria intervenções de melhorias no local. Essas ações coletivas dos moradores do Laboriaux na luta pela permanência no local, a comunidade obteve algumas vitórias. Pois a prefeitura reativou a escola e fez uma contenção no lado fronteiro a Gávea (bairro de alto valor imobiliário) e asfaltou a rua principal, Maria do Carmo. A contenção da pequena área apontada como ponto crítico pelo contra laudo técnico, não foi feita até hoje. Segundo a prefeitura, entre 2012 e 2013, esse projeto de contenção estaria em licitação,

porém já passaram seis anos e os moradores não receberam nenhum retorno. (RODRIGUES, Simone. Entrevista concedida à Márcia Araujo. Rio de Janeiro. 04 maio. 2019.)

Embora o legado Olímpico tenha sido de remoções e agravamento das desigualdades urbanas, a articulação dos moradores, em especial de muitas mulheres, em movimentos de resistência, potencializou toda resistência presente no cotidiano de cada mulher favelada. Ao ocupar o lugar central dessa resistência, elas representam a afirmação de uma resistência subjetiva no interior de suas famílias, e de seus locais de vida. Diariamente, as mulheres enfrentam uma série de violações, pautadas por um modelo de sociedade, que vela as condições desiguais às quais as mulheres são submetidas. Tal resistência política feminina se depara com a dificuldade de postular sua voz, e sua luta por simplesmente se afirmar mulher nestes espaços.

Simone ao reconhecer esses desafios, considera que a articulação foi necessária para que mais mulheres continuem buscando por formação política, se informando sobre seus direitos, e assim constituindo quais os caminhos que devem percorrer para conseguir disputar o planejamento urbano, através do exercício do controle social. Destaca que o compromisso assumido, há dez anos, continua movendo sua consciência enquanto cidadã e moradora de favela, e que sua luta continua viva não só na Rocinha, mas viva por outras favelas também. Falou da importância de ações contínuas em torno do direito à moradia, e que, por isso, dedica bastante tempo, para fomentar compromisso com a permanência no local em todos os moradores, bem como a necessidade de fazer reivindicações permanentes a respeito de projetos urbanísticos, de contenções, pavimentação das ruas, melhorias habitacionais, mas sempre com participação popular. A participação de Simone no Conselho Popular permite que agendas de resistência de outras mulheres se esbarrem com sua experiência, contribuindo com a instrumentalização das mesmas. Em uma reunião do Conselho Popular, realizada em abril de 2019, estiveram reunidas muitas lideranças de favelas, entre elas, estavam Simone, Jaqueline e Andrea.

Em função da situação de ameaça recente da Barrinha, todos os representantes do Conselho buscaram, nesse dia, ideias para organização de um ato

em defesa do direito à permanência da Barrinha. Foi possível conceber através das falas, em especial de Jaqueline, Simone e Andrea, e das demais mulheres presentes, é que a favela é um lugar de luta pela cidade, e que sua formação e permanência se propõe como sobrevivência e alternativa de acesso ao direito à moradia. De fato, não são espetáculos, nem ócio, tão pouco consumo custoso que as cidades necessitam com urgência.

A reatualização da remoção realizada na gestão de Eduardo Paes contribuiu com a intensificação desse processo na cidade, tornando inclusive indispensável à utilização de todo tipo de justificativas, como aquelas atreladas à preparação dos megaeventos. Os agentes públicos e privados, mobilizadores do empresarismo urbano, apresentam claramente que as favelas são prejudiciais ao modelo de cidade que eles representam, e por isso devem ser extintas do cenário urbano. Responsabilizam, assim, as favelas como geradoras de todos os problemas sociais.

Figura 5 - Reunião do Conselho Popular na Barrinha



Fonte: Foto de Márcia Bastos de Araujo (Abril/2019) – Reunião do Conselho Popular na Barrinha.

No contexto de radicalização profunda das transformações urbanas na cidade, as favelas permanecem sendo alvos recorrentes de expulsão, configurando-se em um exemplo de claro do projeto atual de cidade, completamente subordinado aos

interesses e exigências do processo de acumulação e de produção capitalista (Harvey 2014). As favelas são, neste caso, consideradas como obstáculos para a apropriação do espaço, no circuito de valorização do capital imobiliário, e de outros potenciais financeiros.

Jaqueline explica que a ameaça de remoção da Barrinha começou no mês de novembro de 2017, quando receberam uma notificação da Prefeitura, já sob a gestão do atual prefeito Marcelo Crivella. Com o apoio do NUTH, descobriram que a Associação de Moradores da Barra da Tijuca (AMABA) representou uma ação junto ao Ministério Público – MP, reivindicando a remoção de todos os moradores da região. O Ministério Público prosseguiu a denúncia, e vem desde então pressionando a prefeitura para a execução da remoção, caracterizando a Barrinha como dano estético, moral e ambiental, por não corresponderem aos padrões urbanísticos da área. Durante a reunião do Conselho, em 2019, Jaqueline fez a seguinte explanação;

É uma ação sem propósito, já que os condomínios de luxo estão mais próximos da encosta que a comunidade. Não faz sentido. O problema é que a prefeitura obedece ao MP e veio notificar os moradores, ao invés de iniciar o processo para tornar a Barrinha Área de Especial Interesse Social. (JAQUELINE ANDRADE, moradora da BARRINHA. Reunião do Conselho Popular. Rio de Janeiro. 27 Abr. 2019.).

Concordando com Jaqueline, Andreia aproveitou para relembrar o momento crítico que Rio das Pedras enfrentou com a ameaça de remoção, através do projeto de verticalização da favela, pelo governo Crivella, também iniciado em 2017. Para ela, a intenção foi claramente para servir os interesses imobiliários, e apesar de ter sido interrompido através da mobilização de todos os moradores, não significa que o risco é inexistente, pois acredita que grupos distintos de poder tem interesse na especulação na região. O plano de verticalização de Rio das Pedras buscou viabilizar a construção de prédios com 35 mil apartamentos de 12 andares, contando com a emissão dos Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPACS, possibilitando, desta maneira, o aumento do gabarito de construção na área. A proposta em questão consistia na remoção dos moradores para fazer com

que estes perdessem suas casas para financiarem apartamentos pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

Andreia reflete que o projeto não atendia a totalidade dos moradores e, da mesma forma, buscava fazer uma “limpeza social” na Barrinha, assim como em Rio das Pedras, mas utilizando de outras estratégias. Defende que em função dessas constantes ameaçadas, os esforços de resistência precisam ser estratégicos e fortalecidos ao lado de outras favelas.

Ao longo desse caminho a gente aprendeu muito, e uma das coisas que a gente mais aprendeu foi em relação à união das comunidades. Tudo que a gente pensa em fazer, a gente pensa em todos juntos. Quando recebemos a ameaça a primeira que fizemos foi colocar a palavra remoção no google, lá conhecemos a experiência da Vila Autódromo. Decidimos depois disso, visitar eles, e fomos muito bem recebidos pela Dona Penha, que instruiu a Comissão formada em Rio das Pedras. Ela nos deu uma aula, sobre força, garra e mobilização política. (ANDREA FERREIRA, moradora de Rio das Pedras. Reunião do Conselho Popular. Rio de Janeiro. 27 Abr. 2019.).

As narrativas de Jaqueline, Andrea, e Simone demonstram que as estratégias da Prefeitura em gestões distintas, assumem a mesma premissa em suas intervenções urbanísticas. Em oposição a esta prática corriqueira, que pauta a remoção de favelas como estratégia de urbanização central nessa perspectiva de cidade mercadoria, estas moradoras vêm defendendo a necessidade de debates, e que as soluções e alternativas precisam ser encontradas de forma participativa.

A articulação das mesmas no Conselho Popular tem propiciado esse enfrentamento por meio de diversas ações, e, em todos os casos, elas compartilham ter ganhado bastante confiança por parte dos demais moradores. Andreia, por exemplo, quando questionada sobre a forma que encontrou para mobilizar os moradores, diante de tanta ofensiva por parte da Prefeitura, disse o seguinte;

Aqui as pessoas são simples, sem muito estudo, quando eu vi agentes da prefeitura entrando nas casas das pessoas pra fazer um cadastro, sem oferecer nenhum tipo de informação, sem perguntar a nossa opinião, entrei em desespero. Foi assim, que comecei a usar a informação como estratégia de mobilização. Eu e todos da comissão, íamos de casa em casa, inclusive dos moradores que são inquilinos. Nós levamos informações que os moradores não tinham, com ajuda das orientações que fomos adquirindo com nossa inserção no Conselho Popular. Hoje eu não passo um dia sem ser procurada na minha comunidade, e por isso eu uso esse alcance para o bem.

(FERREIRA, Andrea. Entrevista concedida à Márcia Araujo. Rio de Janeiro. 19 jun. 2019.).

Nesse ponto, Andrea estava se referindo ao momento atual da sua mobilização em Rio das Pedras, que está mais voltada atualmente a atender as necessidades básicas dos moradores, por meio de distribuição de cestas básicas, divulgação de empregos, realização de bazar solidário, cursos entre outras ações. Após intenso processo de resistência, entre protestos, mobilizações, participações em audiências públicas, entre outras ações, a remoção de Rio das Pedras é considerada na atual conjuntura um episódio aparentemente vencido, assim como o caso mais antigo no Laboriaux. Diferente da Barrinha, que continua sofrendo ameaça direta.

A presença precarizada do Estado diante das demandas dos segmentos mais empobrecidos da sociedade, não passa despercebida pela liderança comunitária exercida pelas mulheres. Andrea considera que o Conselho Popular se tornou um espaço relevante na defesa por melhorias para Rio das Pedras, assim como atestado por Jaqueline e Simone. Em fala expressiva de Andreia, ela demonstra como os projetos para as favelas são lançados sem a devida intenção de corresponder às necessidades locais.

A prefeitura não consegue pagar os médicos da família, mas dinheiro pra tirarem nossas casas eles têm. Ninguém aqui em Rio das Pedras construiu casa para ser derrubada, construímos com amor e afeto. Se o prefeito tem bilhões para arrumar pra esse projeto absurdo de verticalização de Rio das Pedras, que arrume então para a educação, e para a saúde. (FERREIRA, Andrea. Entrevista concedida à Márcia Araujo. Rio de Janeiro. 19 jun. 2019.).

Na Barrinha, o argumento utilizado pela gestão municipal tem recaído sobre a suposta necessidade de atender aos apontamentos feitos pelo Ministério Público. Inclusive em reunião realizada em dezembro de 2017, Jaqueline conta que o Secretário de Urbanismo da época, Índio da Costa, disse que a situação da Barrinha é de âmbito judicial, e que a prefeitura não tem gerência sobre o caso. Representando para os moradores da Barrinha, contradição e incoerência.

Nós aprendemos através do acompanhamento da Defensoria Pública, e com as lideranças antigas do Conselho Popular que a remoção acontece quando a comunidade está em risco, e que isso está previsto na lei orgânica municipal.

(ANDRADE, Jaqueline. Entrevista concedida à Márcia Araujo. Rio de Janeiro. 30 dez. 2018.).

Todo esse escopo de discussão do direito à moradia na cidade, proposto por essas mulheres, são materializados em mobilizações de extrema relevância na esfera pública. A condição de aparecimento de seus corpos na esfera pública se impõe contra a preservação da dominação masculina nesse espaço normativamente masculino. Essa dominação presume a presença de homens nesse lugar, sem estar apoiado a nada, enquanto que a esfera privada é presumivelmente feminina. Nessa perspectiva, a esfera privada é lida como pré-política. Assim, o protagonismo feminino em torno da luta urbana, reivindica espaços de participação social, e de controle social das políticas urbanas e redimensiona o papel de gênero normativo, que é construído socialmente. Além disso, modifica a noção de esvaziamento político do cotidiano feminino na esfera privada. Ambas as esferas possuem sentido político.

Entre as mais recentes expressões de controle social, que evidenciam o protagonismo feminino, através da luta de mulheres faveladas, podemos destacar algumas como a Jornada das Remoções no ano de 2017, que abriu precedentes para articulações importantes. A jornada foi organizada durante as reuniões do Conselho Popular e foram realizadas em três atos, denominadas como Ocupa Península (01/12), Ocupa Palácio da Cidade (08/12) e Ocupa Prefeitura: a ceia dos pobres (15/12). Jaqueline lembra que a experiência da Jornada foi muito significativa para a luta recém-constituída na Barrinha, na medida em que se aproximou de exemplos de outras pessoas moradoras de favelas, que passaram ou estavam passando por situação semelhante. Destaca que as vozes se uniram, mostrando que a luta era pelo direito de morar na casa que já eram deles. Como se de fato, reivindicassem o direito a ter direitos.

Como sequências desses atos, em decorrência da pressão popular, o Conselho Popular conseguiu realizar reuniões com o Prefeito Marcelo Crivella, outras com a Secretaria de Urbanismo, bem como conseguiu apoio de frentes parlamentares para a realização de audiências públicas debatendo a questão da moradia. Porém, as conclusões desses encontros para as moradoras incidem na necessidade de fortalecer a luta cada vez mais. Simone explica que em uma dessas reuniões com o

prefeito, que ocorreu em maio de 2018, foi prometido que haveria participação do Conselho Popular e de outros movimentos nas discussões sobre ocupações e reassentamentos, mas sem explicar como. Para ela, em muitos momentos da reunião, foi possível perceber a falta de planejamento e perspectiva para a política habitacional. E, por isso, destaca que reivindicar formas alternativas de controle social na política urbana deve ser uma prática assídua de luta, por todos os moradores de favelas, na medida em que não é possível haver contentamento com as afirmações do atual prefeito, pois se sabe que os governos enganam e manipulam, de forma estratégica, produzindo mentiras para alcançar seus objetivos em processos de remoção de favelas.

O Conselho Popular deve se esforçar para construir propostas mais objetivas, indicando que a participação nas decisões públicas sobre moradia é fundamental e que não vamos aceitar remoções, inclusive questionando os recentes grupos de trabalhos criados na atual gestão municipal para tratar de assuntos que eles chamam de ocupação irregular. (RODRIGUES, Simone. Entrevista concedida à Márcia Araujo. Rio de Janeiro. 04 maio. 2019.)

De fato, a mobilização é bem constante, independente de riscos específicos, é possível acompanhar a circulação ampla dessas mulheres nos espaço de luta, reivindicando direito e participação. Caracterizando sempre como novos capítulos da luta contra a remoção, as articulações atualizam a unidade de todos que seguem integrando o Conselho Popular. No último dia 26 de junho de 2019, uma audiência pública contou com a presença de muitas mulheres do Conselho Popular, a referida audiência foi realizada por iniciativa de diversos movimentos sociais, e foi convocada pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, e pela Comissão de Política Urbana Habitação e Assuntos Fundiários.

Figura 6 - Audiência Pública na ALERJ, sobre Moradia Digna e Má gestão orçamentária da Política Urbana no Rio de Janeiro



Fonte: Foto de Welington Araujo – Audiência Pública na ALERJ, em junho de 2019.

Andrea, Simone e Jaqueline, no decorrer das entrevistas fornecidas para esta pesquisa, ocorridas, separadamente, demonstram entender que suas ações no Conselho Popular correspondem a formas de controle social, e veem esse aspecto urgente a todas as favelas no Rio de Janeiro, levando em consideração que as condições precárias em algumas favelas, e as práticas comuns de violação de direitos são comuns, porque a Política Urbana tem um controle social frágil.

Concomitante a este aspecto, reconhecem que o protagonismo feminino nas favelas cariocas, pautando a importância do controle social para a superação dos episódios frequentes de remoção no Rio de Janeiro, está também construindo um legado para as mulheres, em relação à maneira em que se enxergam e se posicionam na cidade. Simone, por exemplo, entende que a mobilização das mulheres na cena urbana não é novidade, e faz algumas provocações sobre esse assunto.

Eu não vejo a participação das mulheres como novidade. Isso tem 100 anos. Se a gente pegar a arte, fotografias antigas, imagens de jornal de mulheres lutando pelo direito à creche, porque elas precisavam trabalhar (...) No dado oficial as mulheres são chefes de família. A maior formação de famílias no Brasil é formada por Mães e seus filhos. Por isso a luta das mulheres não é uma coisa nova. A gente viu ao longo da história, e só dando continuidade. Mesmo sendo uma resistência ser mulher que quer construir junto política pública para a cidade. (RODRIGUES, Simone. Entrevista concedida à Márcia Araujo. Rio de Janeiro. 04 maio. 2019.)

É possível identificar que o protagonismo feminino não é, portanto, lutar apenas na direção da perspectiva do gênero. Perpassa a constante necessidade de pensar sua própria inserção na cidade e sua relação com todas as variáveis que compõe o espaço urbano. Ao se reconhecer como protagonista, essas mulheres se percebem como agentes ativos, que lutam por cidadania, no sentido individual e amplo, preconizando o avanço de todos.

Para Simone, os sujeitos que circulam no espaço da luta urbana estão percebendo que as mulheres estão assumindo a centralidade nesse processo, e, por isso, é importante ser identificado quais as proposições políticas advindas nesse movimento de mulheres para as favelas.

As pessoas estão percebendo que as mulheres tem vez, são inteligentes, são competentes. Até então as pessoas eram acostumadas em uma estrutura de sociedade patriarcal e machista, onde o homem sabe mais, onde ele que fala e ponto final. A gente ainda vivi isso, mas acho que mudou um pouco em função da participação da mulher em disputar esses espaços, aí dá força, da maior legitimidade para outras mulheres avançarem na luta. (RODRIGUES, Simone. Entrevista concedida à Márcia Araujo. Rio de Janeiro. 04 maio. 2019.)

No próprio Conselho Popular, por exemplo, a estrutura de organização se dá de forma privilegiada a partir da presença das mulheres, sejam as moradoras, seja pela presença das Defensoras Públicas, e da Pastoral de Favelas representada pela Advogada Dra. Eliane. E mesmo não sendo suficientes os temores em torno das insistentes ameaças do direito à moradia, elas também se deparam com discriminações e violências, pelo fato de serem mulheres protagonizando a resistência na cidade e pela cidade.

Andrea conta que existia um desconforto em Rio das Pedras por ela representar a comissão de moradores, sendo uma das principais vozes. Em entrevista, relatou alguns questionamentos que enfrentou;

Eles diziam, vem cá será que é bom o fato de ser mulher falando? E aí te pergunto: Mas qual o problema? O que o homem pode falar que a gente não pode? (...) Teve até um episódio que a gente tentou organizar de um jeito diferente, e colocamos um homem pra falar, e coincidentemente acabou não dando certo. (...) O sexo é a ultima coisa importante, nesse tipo de situação. Mas infelizmente a sociedade como um todo reage estranho. Por exemplo, teve uma vez, a gente reunida na manifestação e a polícia chegou

perguntando quem eram os líderes. Quando falamos que eram as mulheres que estavam ali, eles perguntaram: Ué, mas vocês? Só vocês? (FERREIRA, Andrea. Entrevista concedida à Márcia Araujo. Rio de Janeiro. 19 jun. 2019.).

De todo modo, apesar de todo desafio, reconhecem que as mulheres enxergam como importante se fazer presente na luta através da articulação no Conselho Popular, objetivando fortalecer outros espaços na cidade de forma a garantir moradia digna. Andrea destaca, ainda, que no momento de maior necessidade da luta em Rio das Pedras não teve interesse em buscar ser representada por partidos de esquerda ou de direita, tendo em vista que, para ela, o mais importante era encontrar apoiadores. No entanto, disse que se sentiu muito inibida em muitos gabinetes de vereadores homens, que pareciam não reconhecer a legitimidade da sua luta, por se tratar da disputa pelo espaço da favela, e também pelo não reconhecimento da sua voz, pelo seu lugar de fala como mulher pobre, moradora de favela e nordestina. E quando encontrou a vereadora Marielle Franco em seu gabinete, brutalmente assassinada em março de 2018, sentiu como se estivesse em casa, pela acolhida e importância conferida a Andrea pela vereadora. Nesse sentido Andrea conclui dizendo;

Tudo com a mulher é diferente, a gente tudo tem que provar primeiro pra depois ter o espaço. Mas a gente tem provado que as mulheres representam muito bem a questão da luta. Eu acho que mulher é força, essa questão de mulher se inferior ao homem é a pior coisa que criaram. Eu acredito que não existe diferença, eu acredito que a mulher é super guerreira, quando ela quer uma coisa ela vai atrás. Ela tem filho, ela trabalha, mas mesmo assim dão um jeito de se deslocarem para a luta. Tanto que nas reuniões itinerantes do Conselho Popular, são as mulheres que aparecem mais. Então assim, essa fragilidade na mulher não existe. (FERREIRA, Andrea. Entrevista concedida à Márcia Araujo. Rio de Janeiro. 19 jun. 2019.).

Talvez o protagonismo feminino das mulheres no controle social da política urbana, expressado principalmente na luta contra remoção, e obviamente ampliado em uma perspectiva de um direito à cidade amplo, indique que as mulheres acabam sendo mais afetadas pela remoção em decorrências de todas as funções sociais normativas impostas sobre as mulheres. Porém, esse intenso processo viabiliza práticas emancipadoras para as mulheres, a partir do reposicionando na esfera pública. Ocorre, nesse movimento de mulheres, uma possível desestabilização do

lugar convencionado como feminino. Há um deslocamento que produz afirmação das mulheres enquanto sujeitas da política e da história.

Os eixos temáticos, que conduziram as entrevistas com base no reconhecimento das narrativas resistentes, foram à perspectiva da vivência cotidiana e da participação na esfera pública. Esses aspectos disputam o sentido da política e da circulação e apropriação da mulher frente a esses espaços. Por isso, possibilita perceber que o caminho de luta dessas mulheres não se restringe à esfera do Estado e de suas instituições. Esse caminho atravessa os domínios da vida cotidiana e se encontra presente nas relações variadas, que se estabelecem entre todos os sujeitos, incluindo mulheres e homens. Deste modo, concebemos que o controle social protagonizado por mulheres faveladas também está presente nas representações políticas e simbólicas, elaboradas nas manifestações espontâneas e ou organizadas na cidade, onde, até mesmo práticas referenciadas socialmente como exclusivas para as mulheres, expressam resistência e tem peso importante para a efetivação do direito à cidade, a partir da mulher como sujeito coletivo.

5

Considerações finais

A pesquisa realizada buscou apresentar algumas considerações a respeito do protagonismo das mulheres no controle social da política urbana destinada as favelas cariocas por meio da atuação do Conselho Popular no período de 2015 a 2019. Essa atuação expressou os desdobramentos da intensificação das remoções ocorridas no Rio de Janeiro. Este período representa um novo momento de luta na estrutura de organização do Conselho Popular, na medida em que a agenda de mobilização política assumida nesse período, em torno do Direito à Cidade, se tornou mais ampla.

A reatualização do discurso sobre a remoção no Rio de Janeiro no contexto dos megaeventos gerou consequências práticas na vida dos moradores de favelas, na medida em que as intervenções urbanas ocorridas nesse período provocaram mudanças nos usos e fluxos regulares dos espaços da cidade (Magalhães, 2013). Ficou evidente o caráter antidemocrático da política urbana carioca, e os interesses econômicos privilegiados nesse processo. Em nome de um projeto de cidade excludente, o direito à moradia nas favelas no Rio de Janeiro ao longo dos últimos dez anos, tem sido sistematicamente violado.

A mobilização de interesses especulativos na cidade, assumida pelo executivo municipal durante a gestão de Eduardo Paes, se mantém igualmente ativa na atual gestão de Marcelo Crivella, potencializando, desta maneira, a lógica do empresariamento urbano. Conforme observamos, a partir dos apontamos feitos por Ribeiro e Junior (2013), essa lógica reposiciona a centralidade da cidade como uma espécie de produto atrativo ao mercado, pronta para ser vendida como mercadoria, e não para o uso e tão pouco para melhoria de vida de seus habitantes.

Nesse contexto de radicalização profunda das transformações urbanas na cidade, as favelas permanecem sendo alvos recorrentes de expulsão, configurando-se em um exemplo de claro do projeto atual de cidade, completamente subordinado aos interesses e exigências do processo de acumulação e de produção capitalista. (Harvey 2014). As favelas são, neste caso, consideradas

como obstáculos para a apropriação do espaço, no circuito de valorização do capital imobiliário, e de outros potenciais financeiros. Sendo assim, as experiências de resistência às ameaças de remoção abordadas nesta pesquisa, representam entre tantos exemplos, “espaços temporais” distintos em que o processo de mercantilização da cidade, objetiva primordialmente a remoção de favelas.

Em contrapartida, sabe-se que o movimento entre resistir e permanecer pautado por diversos atores sociais nas favelas cariocas é histórico. Como apontado anteriormente existem registros, desde a década de 1930, que evidenciam o envolvimento dos moradores de favela em defesa da permanência de suas moradias no Rio de Janeiro, principalmente na luta contra a grilagem, prática muito frequente nessa época. (Bittencourt, 2012).

Através desta perspectiva, foi constatado que os contornos da mobilização política nas favelas no período supracitado permitiu observar que a luta pelo Direito à cidade tem se lançado como contestação a financeirização da vida, e também como contestação das relações de poder. Nesse sentido, a participação das mulheres moradoras de favelas, no contexto de tensões e contradições na cidade, se tornou primordial nesta pesquisa, em função do lugar central por elas assumido e reconhecido em diversos espaços, como por exemplo, no Conselho Popular.

A participação política das mulheres é uma pauta antiga de luta, e por isso notamos que pensar a conjuntura atual da luta urbana protagonizada por mulheres nas favelas cariocas implicou necessariamente na necessidade de problematizar a perspectiva da construção social do gênero, a partir da concepção do Feminismo Decolonial. Ao situarmos a mulher como sujeito político distinto, entendemos que o sistema conceitual moderno colonial de gênero permitiu que as diferenças na sociedade não fossem apenas vividas como diferenças. Elas ganharam sentido nas relações de poder estabelecidas socialmente, sendo esse movimento responsável por dar o tom das desigualdades de gênero vivenciadas de forma específica, a partir de eixos distintos de opressão. (Lugones, 2014). O Feminismo Decolonial possibilitou a compreensão de que a construção social do gênero pode ser observada como resultado de um sistema de poder, que criou dualidades hierárquicas. Entendemos, portanto, que no Rio de Janeiro às mulheres moradoras de favelas pautam uma luta específica, não comum a outras mulheres na cidade. O lugar de fala delas

determinado geograficamente na cidade, conforma os fatores que as colocam na mesma posição das mulheres em situações coloniais, ou seja, expostas a toda natureza de hierarquia, e violação.

Nesse contexto, foi percebido que a construção social do papel de gênero caracteriza imposições que restringem as ações das mulheres na participação política. Tratando-se de mulheres faveladas, foi importante considerar que existem desigualdades sociais tensionadas por contradições, que revelam múltiplas realidades, complexidades, e experiências que ampliam os limites impostos pelas construções normativas convencionadas. Por isso, foi fundamental referenciar o lugar de fala das mulheres pesquisadas, na medida em que na condição de mulher moradora de favela, é que elas construíram e validaram suas narrativas políticas em torno do direito à moradia.

Deparamo-nos também com representações infrapolíticas de luta, na medida em que as provocações propositivas das mulheres vêm questionando o lugar silenciado estruturalmente de grupos em situação de subalternidade. Historicamente as mulheres, sobretudo as mulheres periféricas, faveladas, pobres, negras, nordestinas, entre outras, são pressionadas para a margem dos espaços hegemônicos de decisão e de construção política. Esta lógica busca esvaziar o sentido político do cotidiano da mulher, e consequentemente afirmar a esfera privada como não política. No entanto, a luta é antes de tudo cotidiana, por isso infrapolítica, uma vez que questiona os espaços tradicionais, assim como questiona a compreensão moderna e absoluta da política, e os padrões de autoridade e de produção de subordinação. Não se trata da negação da política, mas da possibilidade de perceber que diariamente todos os esforços para romper com a negação do direito de voz, de visibilidade, de sobrevivência, de igualdade, inclusive do direito de moradia, entre outros, confrontam imposições a partir de ações infrapolíticas.

Evidentemente que estas considerações finais não se encerram nelas mesmas. As ponderações que compõem essa seção abrem um campo de discussões em relação à temática trabalhada e seus possíveis desdobramentos. Porém, mesmo considerando que ainda existem muitos aspectos a serem aprofundamos sobre o tema, foi possível perceber que as ações políticas protagonizadas por mulheres faveladas conjecturam uma crítica fundamental sobre as formas de apropriação do

espaço urbano. As mulheres em questão pautam a luta pelo direito à moradia de forma coletiva, acionando reivindicações próprias e de outras realidades urbanas com o mesmo potencial, resultando, portanto, no fortalecimento de suas resistências.

Por essas razões, compreendemos que os processos específicos em seus locais de moradia as levaram mais adiante na luta, e a articulação das mesmas no Conselho Popular ampliou o potencial político de cada uma. As resistências, que antes eram locais, passaram a ser compartilhadas, ganhando novas representações e contornos na esfera pública. Nessa direção, o Conselho Popular como espaço efetivo de participação da população favelada frente às necessidades de luta, se tornou também um mecanismo alternativo importante de controle social da política urbana, sobretudo para as mulheres.

O reconhecimento do protagonismo feminino no controle social das políticas urbanas, por meio da atuação do Conselho Popular, foi identificado nas ações de resistência e nos processos de mobilização diante das recorrentes ameaças de remoção em que as favelas cariocas têm enfrentado nos últimos anos. A Mobilização se deu através da participação em reuniões, em audiências junto aos órgãos públicos e de justiça, nos atos de protestos em espaços públicos, na formulação de respostas coletivas, na instrumentalização conjunta da luta, expressando a pactuação de interesses em comum dos moradores de favelas. As lideranças de cada favela não abdicam de suas pautas específicas, a diferença é que a mobilização é tecida por muitas mãos, e assim elas consideram abrir caminhos para transformações efetivas na cidade.

Estruturalmente, é possível atestar que as estratégias de luta na cidade diante das conjunturas políticas formadas para as favelas se estabelecem como alternativas de criação de um projeto de cidade que se oponha ao modelo imposto pelos agentes privados e públicos, envolvidos nas violações do direito à moradia. São mobilizações que reivindicam o cumprimento da previsão de participação popular no planejamento da cidade previsto nos instrumentos municipais da política urbana. É uma organização contínua e propositiva, que visa melhorias, permanência dos moradores e da cultura local, objetivando, ainda, a conciliação desses aspectos a uma nova proposta de desenvolvimento da cidade.

Sem dúvida, quando mulheres constantemente pressionadas a permanecer em um lugar constrangido e segregado, confrontam essa lógica e partem na direção da luta política na cidade, alterando o curso das ações violadoras de direitos, elas estão redimensionando o papel de gênero socialmente construído, e abrindo possibilidades para mudanças na política urbana destinada às favelas. Explicitamente, o direito à cidade e a justiça social para as mulheres se afirmam a partir de um planejamento urbano que seja de fato democrático.

Podemos considerar, portanto, que o protagonismo feminino no controle social da política urbana, abre possibilidades para o lugar da mulher na luta pelo direito à cidade. Nos últimos dias que antecederam a finalização desta pesquisa, três mulheres que integram o Conselho Popular (Maria da Penha da Vila Autódromo, Emília do Horto, e Cris dos Prazeres) estiveram em Nova York a convite do professor Leonel Ponce da Pratt Institute⁵⁵ com o objetivo de apresentar as principais estratégias de luta contra a remoção no Rio de Janeiro. Apesar de não ter sido possível explorar essa experiência no presente trabalho, essas situações reforçam o que apresentamos aqui e se apresentam como apontamentos para futuras elaborações. Cada vez mais mulheres estão reatualizando e ampliando as estratégias de luta em torno do direito à cidade por meio de uma perspectiva de garantia mais ampla.

⁵⁵ <https://www.facebook.com/events/347564519248989/>. Acessado em Julho de 2019.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, P. V. **O grande encarceramento como produto da ideologia (neo) liberal.** In: Depois do grande encarceramento, SEMINÁRIO/ ORGANIZAÇÃO Pedro Vieira Abramovay, Vera Malaguti Batista – Rio de Janeiro: Revan, 2010.

ABREU, M. A. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro.** Mauricio de Almeida Abreu – Rio de Janeiro. Ed. Instituto Pereira Passos, 1984.

ALMEIDA, N. L. T. de; ALENCAR M. M. T. de. **As novas condições da acumulação capitalista no marco da mundialização do capital. In Serviço Social, trabalho e políticas públicas.** São Paulo: Saraiva, 2011.

BARROCO, M. L. S. **Código de Ética do Assistente Social comentado. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, (org).** – São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL, F. P. D. CARNEIRO, Ricardo. **Os caminhos (e descaminhos) da democratização das políticas urbanas: o que há de novo no Brasil contemporâneo?.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania. v14, n 55, 2009.

BATISTA, P. N. **O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos,** Caderno Dívida Externa nº 6, 2º ed., PEDEX, São Paulo, 1994.

BIROLI, F. **Feminismo e Política: uma introdução.** 1º Ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil.** 1º Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BITTECOURT, D. L. **“O morro é do povo”: memórias experiências de mobilização em favelas cariocas.** Daniele Lopes Bittencourt. Rio de Janeiro 2012. Dissertação de Mestrado, UFF.

BRAVO, M. I. B. CORREIA, Maria Valéria Costa. **Desafios do controle social na atualidade. Serviço Social e Sociedade.** 2012

BRUM, M. **Breve história das favelas cariocas: das origens aos Grandes Eventos.** Rio revisto de suas margens/ 2ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

BURGOS, M. B. **Favela: uma forma de luta pelo direito à cidade.** Favelas cariocas: ontem e hoje; organização Marco Antonio da Silva Melo. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia.** Judith Butler; tradução Fernanda Siqueira Miguens. 1º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez.** Revista Estudos Feministas. 2014.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAVALCANTI, Mariana. A construção social, material e simbólica da dita "Barra Olímpica": entre condomínios e quitinetes. Projeto de pesquisa, 2014.

COELHO, Franklin Dias. **História Urbana e Movimentos Sociais: O movimento de reforma urbana (1950 – 1990).** Rio de Janeiro 1996. Tese de Doutorado, UFF

COUTINHO, C. N. **Notas sobre cidadania e modernidade.** Praia Vermelha – Estudos de política e Teoria social. Vol 1, nº 1, Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ – D&A, 1997

CORREIA, M. V. C. Controle social na saúde. In: MOTA, Ana Elizabete [et al] (orgs). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional.** São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2012.

COSTA. G. **Sediar megaeventos esportivos vale à pena? O Social em questão.** Rio de Janeiro, PUC-RIO – ano XVI- nº 29. 2013

DAGNINO, E. (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Sociedade Civil, participação e cidadania: Do que estamos falando?** Faces. Venezuela. 2002.

_____. **Sociedade civil, espaços públicos e construção democrática no Brasil: limites e possibilidades.** Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** Angela Davis. São Paulo: Ed. Boitempo. 2016.

DELGADO, M. **La ciudad mentirosa. Fraude y miseria del modelo Barcelona.** Madrid: Los libros de la Catarata, 2007.

FABRICIO, R. **A mulher operária e camponesa e sua emancipação como obra de revolução.** ANAIS DA XIV JORNADA DO HISTEDBR: Pedagogia Histórico. Crítica, Educação e Revolução: 100 anos da Revolução Russa. UNIOESTE – FOZ DO IGUAÇU-PR, 2017.

FERREIRA, A. **A cidade do século XXI: segregação e banalização do espaço.** Alvaro Ferreira. – Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2011.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva/ Silvia Federici.** São Paulo: Elefante, 2017.

FONSECA, C. **Ser mulher, mãe e pobre.** História das mulheres no Brasil. São Paulo. Ed Contexto. 2017.

FREIRE, L. L. **Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro.** O Social em questão. Rio de Janeiro, PUC-RIO – ano XVI- nº 29. 2013

FURLANI, J. **Gênero e Educação.** 2ed, Rio de Janeiro. Geledés, 2016.

GIULANI, P. C. **Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira.** História das mulheres no Brasil. São Paulo. Ed Contexto. 2017.

GOMES, M. F. C.; FERNANDES, L. L. **A mercantilização da cidade e a questão do desenvolvimento local.** O Social em questão. Rio de Janeiro, PUC – RIO – ano X - nº 18. 2007

GONÇALVES, R.; AMOROSO, M. **A centralidade da UTF na reconstrução da memória dos movimentos associativos de moradores nas Favelas cariocas.** XIV Encontro Nacional de história oral. 2012.

GONÇALVES, R. (Prefácio). **A resistência de favelas no Rio de Janeiro: instituições do comum e resistências urbanas: a história do núcleo de terras e habitação e a luta contra a remoção de favelas do Rio de Janeiro. (2007-2011)** organização Alexandre F. Mendes, Giuseppe, Giuseppe Cocco. – 1ed. – Rio de Janeiro: Revan, 2016.

_____. **Da política da “contenção” à remoção: aspectos jurídicos das favelas cariocas.** Favelas cariocas: ontem e hoje; organização Marco Antonio da Silva Melo. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

_____. **Do Centenário à Olimpíada: megaeventos e seus impactos sociais na cidade do Rio de Janeiro em uma perspectiva histórica.** Revista Praia Vermelha. V.24, nº 1. 2014.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito.** Rafael Soares Gonçalves. – Rio de Janeiro: Pallas – Ed. PUC – RIO. 2013.

GONÇALVES, R. S. **L’informalité comme une ressource urbaine? Le cas des favelas de Rio de Janeiro.** EchoGéo, n. 39, 2017.

GONZALES, L. **Por um Feminismo Afro – latino Americano.** Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino, n.1, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais.** Revista SER Social, v.15 – Brasília, dez/2013.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** David Harvey. – São Paulo. Ed, Annablume, 2005.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** São Paulo, 1980.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: direito à cidade à revolução urbana.** David Harvey – São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2014.

_____. **O Neoliberalismo – história e implicações.** 2º ed, Loyola SP – 2005.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** 4 ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão, 2006.

_____. **A revolução urbana.** Belo Horizonte. Editora:UFMG, 1999.
LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Henri Lefebvre – São Paulo: Ed. Centauro, 2001.

LUGONES, M. **Rumo a um Feminismo descolonial.** Revista Estudos Feministas. v, 25, n. 4, 2010.

MACHADO, T. **O Controle Social democrático e o atual Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro: um estudo no Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro.** 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social).

MAGALHÃES, A. **Transformações no “problema favela” e a reatualização da “remoção” no Rio de Janeiro.** Tese de doutorado em Sociologia. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2013.

MARICATO, E. **A Copa do Mundo no Brasil: Tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana.** Brasil em jogo, o que fica da copa

e das olimpíadas? / Andrew Jennings; Raquel Rolnik; Antonio Lassance (org). 1º Ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

MARTÍNEZ; C. E. Resenha. Useche, Oscar (2016). **Ciudadanía sem resistencia: el acontecimiento del poder ciudadano y la creación de formas no violentas de resistencia social**. Bogotá: Editorial Trillas; UNIMINUTO, 544 páginas. Polisemia No. 22, 109 - 111. Ciudadanía sem resistencia. Bogotá, ISSN: 1900-4648. Julio - diciembre de 2016.

MARTINS, J. de S. **Uma sociologia da vida cotidiana – ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre**. Editora Contexto: São Paulo, 2013.

MATHIAS, M. PEREIRA, N. M. **As Mulheres e a Revolução Sandinista: hegemonia e transformação na construção de uma nova Nicarágua**. ALAS, Uruguai, 2017.

MEDEIROS, M. **O protagonismo feminino na luta contra as remoções do Rio de Janeiro**. /organizadores, Giselle Tanaka. – 1ed. – Rio de Janeiro. Letras Capital, 2018.

MENDES, D. **Por uma creche na Vila Autodrômo. Viva a viva Vila Autodrômo: o plano popular e a luta contra a remoção**. /organizadores, Giselle Tanaka. – 1ed. – Rio de Janeiro. Letras Capital, 2018.

MONTEIRO, P. **Insurgência Feminina: A ética do cuidado e a luta contra a remoção**. XVII ENANPUR 2017– Sessão temática: Novos movimentos e estratégias de luta urbana e regional.

MELO, L.; GONÇALVES, E. **#Diferença e Interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde**. Revista Cronos, V. 11, n.2, 2010.

MOTA, A. E. **Serviço Social brasileiro: insurgência e legado político. Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo/** Maria Liduína de Oliveira Silva (org). – São Paulo: Cortez, 2016.

MOTA, A. E. AMARAL, A. **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

MOTA, F. R; FREIRE, L. L. **O Direito de ter ou não direitos: a dimensão moral do reconhecimento na promoção da cidadania**. Revista Contemporânea, nº 1. Rio de Janeiro, 2011.

NASCIUTTI, L. **Gênero, Cidade e Luta: Narrativas resistentes das mulheres da Vila Autódromo**. Monografia (Graduação) – Universidade Federal Fluminense/ Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói: IACS/UFF, 2016.

NEVES, A. V. **Cultura Política e Democracia Participativa. Um estudo sobre orçamento participativo.** pp. 11-36. Rj – Ed. Gramma, 2008.

NUNES, M. J. **A habitação Popular na revisão do Plano Diretor do Rio de Janeiro. Favelas cariocas: ontem e hoje;** organização Marco Antonio da Silva Melo. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

OLIVEIRA, A. L. de. **Mulheres e ação política: lutas feministas pelo direito à cidade.** Revista PerCursos, Florianópolis, v. 19, n40, 2018

PELEGIRINO. A. I. de C. **Trabalho informal: a questão das mulheres das favelas de Praia Rosa e Sapucaia.** Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas. Rio de Janeiro – Ed. Faperj, 2006.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social: temas e questões.** 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

PETTI, D. R. **“Não tem preço, ninguém esquece sua vida assim” Uma etnografia sobre a “luta” contra as remoções de favelas no Rio de Janeiro.** Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas - Rio de Janeiro, 2016.

PIMENTEL, E. **Prisões Femininas: por uma perspectiva e interseccional.** Mulheres e violências: interseccionalidades/ Org. Cristina Stevens, Susane Oliveira, Valeska Zanello, Edlene Silva, Cristiane Portela. Brasília, DF: Technopolitik, 2017.

PINHEIRO, M. C. de O. **O PCB e os Comitês Populares/ Democráticos na cidade do Rio de Janeiro (1945 – 1947).** Dissertação em história, UFRJ, 2007

PIRES, C. **O Direito à Moradia e as Desigualdades de Gênero e Raça.** A resistência à remoção das favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Ed. Revan, 2016.

PINTO, C. R, J. **A democracia desafiada: presença dos direitos multiculturais.** Revista USP, São Paulo. n.42 – 1999.

QUIJANO, A. **Colonialidade de poder, Eurocentrismo e América Latina.** Buenos Aires – CLACSO, Conselho Latino Americano de Ciências Sociais, 2005.

RANDALL, M. **Estamos todas despertas.** 1ed. – São Paulo: Global Editora, 1982.

RAICHELIS, R. **Gestão Pública e a Questão Social na grande cidade.** Relatório Científico da Pesquisa Temática. São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?/** Djamila Ribeiro. Belo Horizonte (MG) : Letramento: Justificando 2017.

RIBEIRO, L.C. de Q. JUNIOR, Orlando Alves dos Santos. **Governança empreendedorista e megaeventos esportivos: reflexões em torno da experiência brasileira.** O Social em questão. Rio de Janeiro, PUC-RIO – ano XVI- nº 29. 2013.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** 1º Ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **O que é cidade?** Raquel Rolnik. São Paulo : Ed. Brasiliense, 1995.

ROQUE, A. NEDER, R. **Megaeventos esportivos: das grandes obras ao aprofundamento das desigualdades urbanas.** Relatório da Comissão de defesa do Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ. 2013

SAFFIOTTI, H. I. B. **Primórdios do conceito de gênero.** Rio de Janeiro .Cadernos Pagu – 1999.

SANTOS, C. N. F dos S. **A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta.** IBAM – RJ, nº 165 – 1982.

SANTOS, Melo. **Comemorações esportivas do centenário.** 1ed. Rio de Janeiro.2017.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica, Razão e Emoção.** **Milton Santos** – São Paulo. Ed. Universidade de São Paulo, 2006.
ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** Raquel Rolnik. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

SARTI, C. **Feminismo no Brasil: Uma trajetória Particular.** São Paulo. Fundação Carlos Chagas 1988.

SCHATZ, K. **Mulheres incríveis: artistas e atletas, piratas e punks, militantes e outras revolucionárias que moldaram a história do mundo.** Kate Schatz. SP: altral Cultural, 2017.

SETUBAL, A. A. **Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional.** Revista Katal. Florianópolis. V. 10, 2007.

SILVA, C. **Feminismo e Movimento de Mulheres.** Recife. Editora: SOS Corpos, 2010.

SIMIONATTO, I. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social.** São Paulo: Cortez ; Santa Catarina: UFSC, 1995.

SOIHET, R. **Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano**. História das mulheres no Brasil. São Paulo. Ed Contexto. 2017.

SOBRINHO, T. de C. **O papel das mulheres na luta pela apropriação da cidade: reflexões a partir da teoria da interseccionalidade**. Caderno didático – Políticas Públicas e Direito à cidade. Programa Interdisciplinar de Formação de Agentes Sociais. Rio de Janeiro – Ed. Letra Capital, 2017.

SOUZA, V. VELOSO, R. **Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica**. Vanessa Souza, Renato Veloso. – São Paulo: Saraiva, 2015.

SPVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte. Editora: UFMG, 2010.

TANAKA, G. **Resistência à remoção na “Cidade Olímpica”: Repensar a cidade a partir dos conflitos urbanos**. Rio revisto de suas margens/ 2ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

TAVARES, R. B. **Práticas sociais de resistência na perspectiva de gênero contra indiferença à diferença: por um planejamento de possibilidades**. XVII ENANPUR 2017- Sessão Temática: **Perspectiva para o planejamento urbano e regional**.

TELLES, V. da S. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

TILLY, L. A. **Gênero, história das mulheres e história social**. Rio de Janeiro. Cadernos Pagu – 1994

TORRES, Nelson Maldonado. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1ed – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

VALLADARES, L. P. **A invenção da favela: do mito da origem a favela**. Licia do Prado Valladares – Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

VAZ, L. F. **Do cortiço à favela, um lado obscuro da modernização do Rio de Janeiro**. In: SAMPAIO, M.R.A. (Ed). Habitação e cidade. São Paulo: FAU/USP-Fabesp, 1988.

VEILLETTE, A.. NUNES, N. R. de A. **As mulheres e os efeitos da pacificação das favelas no Rio de Janeiro: compreendendo o gênero na política de segurança**. O Social em questão. Rio de Janeiro, PUC-RIO – ano XX- nº 38. 2017.

VIANA. M. R. **O gênero da luta pelo direito a casa e à cidade**. Revista de Educação e Cultura Avesso do Avesso. Araçatuba/SP, 2005.

WALSH, C. **Interculturalidad, estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito, Universidad Andina Simón Bolívar, 2009.

Legados dos Megaeventos esportivos. Brasília – Ministérios do Esporte, 2008.
http://www.esporte.gov.br/arquivos/ascom/publicacoes/Legados%20de%20Megaeventos%20Esportivos_Portugus_e_Inglis.pdf

Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Olimpíada Rio 2016 os jogos da exclusão. Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2015.
http://www.childrenwin.org/wp-content/uploads/2015/12/Dossie-Comit%C3%AA-Rio2015_low.pdf.

7

Anexos

7.1

Esclarecimento sobre uso de imagem e identificação das entrevistadas

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Pesquisa: A Resistência é Feminina: O protagonismo das mulheres no controle social da Política Urbana destinada às favelas cariocas. A experiência do Conselho Popular.

Pesquisador: Márcia Bastos de Araujo
Prof Orientador: Rafael Soares Gonçalves

As mulheres que concederam entrevista para esta pesquisa autorizaram por meio de termo de consentimento uso de imagem e identificação de seus nomes. Em suma foi compreendido, por elas a necessidade de evidenciar claramente suas identidades nesta pesquisa como forma de tornar este estudo instrumento de preservação da memória da luta urbana nas favelas cariocas protagonizada por mulheres.

7.2

Roteiro de entrevista

Dados Pessoais (Nome, idade e endereço).

EIXO: COTIDIANO .

1. Quanto tempo residem no local? E como chegaram?
2. Como costumava ser sua rotina antes das ameaças de remoção?
3. Pensando na sua história de vida, avalia que sua luta política começou com as remoções?

EIXO: EXPERIÊNCIA POLÍTICA NO CONSELHO POPULAR.

1. O que a palavra favela representa para você?
2. Como se inseriu no Movimento de resistência às remoções?
3. Como conheceu o Conselho Popular? E qual a importância do Conselho Popular para você?
4. Quais têm sido/Quais foram as principais estratégias políticas de luta contra a remoção?
5. Qual a sua opinião sobre a unificação da luta de diversas favelas contra a remoção ?
6. Já ouviu falar sobre controle social das políticas públicas?
7. Se pudesse influenciar a Política Urbana atual destina as favelas cariocas, qual seria sua prioridade?

EIXO: PAPEL DE GÊNERO.

1. O que significa lutar contra a remoção para você?
2. Como a remoção afeta a vida das mulheres?
3. O que motiva sua permanência ?
4. Você se considera uma liderança comunitária ?
5. Você acha que as mulheres estão protagonizando a luta pelo direito à moradia?
6. Enfrenta discriminação na luta por ser mulher?
7. Como avalia o resultado/legado desse processo de luta nas favelas, para as mulheres no futuro?